

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2008

Área Temática: PAA - SAN

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Arroz com Feijão - Roberto Malvezzi (Gogó) – Sítio Eletrônico da CPT – 01/05/2008.....	6
Governo discute plano para elevar oferta de alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/05/2008.....	7
A saída da crise é pela agricultura – Celso Marcatto – O Globo – Opinião – 01/05/2008	7
Fatores transitórios e estruturais na explosão dos preços - José Graziano da Silva – Crta Maior – 02/05/2008	9
Alimentação: Crise afeta primeiro mulheres e crianças - Thalif Deen (IPS) – Carta Maior – 02/05/2008	11
“Segurança Alimentar e Nutricional é questão de soberania nacional” – Sítio Eletrônico do MDS – 02/05/2008.....	13
ONU: crise de alimentos se deve à especulação – O Globo – Economia – 03/05/2008...	14
O Brasil e a crise mundial de alimentos – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 04/05/2008.....	14
O combustível da crise – Aloizio Mercadante – O Globo – Opinião – 04/05/2008.....	16
McCain pede menor uso de alimento como combustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008.....	17
Índia estuda proibição de contrato futuro de alimentos – Raphael Minder – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008.....	18
Preço de alimento ainda vai seguir em alta, diz ministro – Sheila D´Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008.....	19
Força-tarefa contra a fome – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008.....	21
Transnacionais de alimentos lucram com aumento da fome - Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior – 07/05/2008	22
Kátia Abreu: "Não somos ameaça à produção de alimentos" – CNA - 07/05/2008	23
Alimentos pressionam, e Fipe prevê inflação maior – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/05/2008.....	25
A miopia do debate sobre a inflação de alimentos - Marcos Fava Neves – Valor Econômico – Opinião - 07/05/2008	26
Inflação acelera e se alastra - Fabiana Ribeiro e Mariana Schreiber – O Globo – Economia – 08/05/2008.....	29
Do chuchu ao feijãozinho – Luiz Carlos Mendonça de Barros – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008.....	30
China busca mais terra para elevar segurança alimentar – Jamil Anderlini – folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008.....	31
Arábia Saudita também visa Brasil, diz jornal – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008	33
Chineses vêm ao Centro-Oeste para conhecer produção rural – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008.....	33
Preço de alimento vai cair com safra recorde de grãos, diz Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008.....	34
Produção agrícola deve crescer 5% - Eliane Oliveira, Geralda Doca e Martha Beck – O Globo – Economia – 09/05/2008.....	36

Via Campesina analisa elevação do preço dos alimentos – Sítio Eletrônico do MST –	
09/05/2008.....	37
Preço dos alimentos em alta até 2015, diz Zoellick – Valor Econômico – Internacional –	
09/05/2008.....	44
Alimento caro perde lugar para produto mais barato – Pedro Soares – Folha de São	
Paulo – Dinheiro – 10/05/2008.....	45
Famílias modificam as refeições para reduzir gastos com alimentos – Pedro Soares –	
Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/05/2008.....	46
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DEBATEM PREÇO DE INSUMOS E SEGURANÇA	
ALIMENTAR	47
- Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetragsul - 12 de maio de 2008.....	47
Agroestratégias – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 12/05/2008.....	47
Encontro em Cuba discute Agricultura Urbana como estratégia de combate à fome –	
Sítio Eletrônico do MDS – 12/05/2008	49
Preços agrícolas sinalizam mais pressão em maio - Cibelle Bouças – Valor Econômico -	
12/05/2008.....	49
FETRAF-SUL APRESENTA EM AUDIÊNCIA PROPOSTA DO PAC MAIS	
ALIMENTOS	50
- Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetragsul - 13 de maio de 2008.....	50
Custos elevados mantêm preços dos alimentos em alta – Mauro Zafalon – Folha de São	
Paulo – Dinheiro – 13/05/2008.....	51
Safras maiores exigem mais fertilizantes, e preço aumenta – Folha de São Paulo –	
Dinheiro – 13/05/2008.....	53
Governo quer política especial para 4 produtos – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo –	
Dinheiro – 13/05/2008.....	54
Independência alimentar e etanol – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Opinião	
– 13/05/2008	54
“É preciso mudar as formas de produção e consumo” - Maurício Thuswohl – Carta	
Maior – 14/05/2008	56
CNA e OCB sugerem medidas para atender ao aumento da demanda por alimentos –	
CNA - 15/05/2008	60
Açúcar e subsistência – Kenneth Maxuel – Folha de São Paulo – Opinião – 15/05/2008.....	62
Preço de alimentos ensaia estabilização, calcula FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro –	
15/05/2008.....	63
Comida tem maior alta em 18 anos nos EUA – Folha de São Paulo- Dinheiro –	
15/05/2008.....	64
Escolhas – Verissimo – O Globo – Opinião- 15/05/2008	64
A pressão do agronegócio por trás da renúncia – O Globo – O País – 15/05/2008.....	65
Tudo pelo pãozinho – Martha Beck e Geralda Doca – O Globo – Economia – 15/05/2008	
.....	65
População acampada e pré-assentada na Bahia conta com apoio do MDS para	
produção de alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 15/05/2008	67
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ganha parceria de mais um ministério.	
Alimentação escolar será reforçada – Sítio Eletrônico do MDS – 15/05/2008.....	68
Agroinflação recua – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2008.....	69
Mudanças na política de preços mínimos - Mauro Zanatta- Valor Econômico –	
Agronegócios – Curtas - 15/05/2008.....	69

Segunda Quinzena

ALIMENTOS: PREÇO JUSTO PRA QUEM PRODUZ, PREÇO JUSTO PARA QUEM CONSUME - Altemir Tortelli- Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar (Fetraf-Sul) – 16/05/2008	74
Manipulação – O Globo – Opinião – 16/05/2008	7
5	
IBGE pesquisa hábitos de alimentação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2008.	76
Alta no preço de alimentos reduz consumo – Tatiana Resende – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2008.....	76
Emergentes culpam ricos por crise de alimento – Vivian Oswald – O Globo – Economia – 17/05/2008	77
Restaurante reajusta após alta de alimentos – Fátima Fernandes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2008.....	79
Se um chinês comer um pouco mais por ano... – Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 18/05/2008	81
Governo federal quer estimular produção de alimentos – Sítio Eletrônico da Contag - 20/06/2008.....	83
Café (orgânico) com o presidente – O Globo – O País – 20/06/2008.....	84
UE prevê arrefecimento da agroinflação - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008	85
Lula debate alta de alimentos com ministros – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2008.....	86
Governo quer estimular produção de alimentos - O Globo – Economia – 22/05/2008.	87
Reforma agrícola da UE beneficia exportações de óleo e carne do Brasil - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Economia – 25/05/2008	87
'Seria ruim para o mundo comer como os americanos' – Entrevista feita por Cláudia Santos com Raj Patel – O Globo – Economia – 25/05/2008.....	89
Emergentes: inflação em alta, juros nem tanto - Martha Beck – O Globo – Economia – 25/05/2008	90
Segurança alimentar reúne nutricionistas do País – <i>Adriana Scorza</i> - Sítio Eletrônico do MDS – 26/05/2008	92
Risco-commodity – Folha de São Paulo – Opinião – 27/05/2008	93
Cassel destaca potencial da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 27/05/2008.....	94
Plano para agricultores pobres - Jeffrey D. Sachs – Valor econômico – Opinião - 27/05/2008.....	95
Alta de alimentos corrói renda familiar - Cibelle Bouças – Valor Econômico- Brasil – 28/05/2008.....	97
Remediar ou prevenir – Folha de São Paulo – Opinião – 29/05/2008	99
União quer limite a estrangeiro na Amazônia – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008	100
Brasil pode derrubar preços de commodities - Bruno Rosa e Cássia Almeida – O Globo – Economia – 29/05/2008.....	101

Crise de alimentos e crise de modelo - Renato S. Maluf – Valor Econômico – Opinião - 29/05/2008	103
O futuro chegou: crise alimentar e energética – Paul Singer – Folha de São Paulo – Opinião – 30/05/2008	105
Alimentos seguirão caros por ao menos 10 anos, alerta ONU – Ana Carolina Dani - Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008.....	107
BANCO MUNDIAL LANÇA FUNDO DE AJUDA DE US\$ 1,2 BI - Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008.....	108
Relatório ataca biocombustível de EUA e Europa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008	108
Segurança alimentar é tema de conferência mundial da FAO – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/05/2008	109
Cúpula da FAO discute produção de alimentos – Sítio eletrônico do MDA – 30/05/2008	110
Lula anuncia incentivo à agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 30/05/2008	111
Pescadores europeus param por alta do diesel – O Globo – Economia – 31/05/2008..	113

Arroz com Feijão - Roberto Malvezzi (Gogó) – Sítio Eletrônico da CPT – 01/05/2008

Dizem que o arroz com feijão é uma invenção tipicamente brasileira, assim como o café com leite. Melhor, os nutricionistas descobriram que são excelentes combinações nutricionais. Entretanto, como tudo que tem origem nacional, arroz com feijão tornou-se sinônimo de algo irrelevante, quando não imprestável. Até que o preço subisse nas nossas mesas. Agora, literalmente, passaram a ter valor.

Pois bem, nossa dupla da mesa voltou às manchetes de jornais, televisões e são objeto inclusive de reflexões de intelectuais. Que coisa, intelectual falando de arroz e feijão! Que desprestígio para nossa elite pensante! A razão é que, com a crise alimentar mundial, há uma acirrada disputa de números para sustentar ou desdizer a tese que os agrocombustíveis estão na origem da crise de nossas mesas.

A consolidação dos dados do Censo Agropecuário que está em elaboração ajudará a esclarecer muito de nossas dúvidas. O acesso parcial que tivemos a esses números já esclarece muito do que queremos saber. A área planta de arroz, que era de 4.233.000 hectares em 1990, caiu para 2.997.000 em 2007. Portanto, em quinze anos perdeu 1.236.000 hectares, ou seja, quase que 25% de sua área.

Quanto ao feijão, em 1990 a área plantada ocupava 5.504.00 hectares. Em 2007 a área plantada ocupava 4.331.000 hectares. Em quinze anos teve seu plantio diminuído em 1.174.000 hectares, ou seja, perdeu 12% de sua área. Enquanto nossas áreas de plantio da dupla caíram, a população brasileira cresceu. Como disse o Presidente da República, “também passou a comer mais”. Também é verdade e vamos dar a Lula o que é de Lula. Portanto, a fórmula da inflação dos alimentos está perfeita: menos área cultivada, menor produção, mais gente comendo.

Outro dado esclarecedor é que a soja saltou de 11.487.000 hectares em 1990 para 20.700.000 em 2007. Acréscimo maior que cem por cento. Mas, o povo brasileiro não come soja. A cana saltou de 4.273.000 para 6.557.000. O total da área plantada com lavouras no Brasil saltou para 76,7 milhões de hectares, quase duplicando em 15 anos. A pecuária permanece com 172 milhões de hectares, portanto, ocupa folgadoamente a maior parte dos solos brasileiros. Está claro que a cana e a soja avançaram sobre as áreas de feijão e arroz, sobretudo no sul e sudeste. Mas também aqui na Bahia, no platô de Irecê, o feijão perdeu espaço inclusive para o biodiesel.

Então, qual o papel dos agrocombustíveis no preço dos alimentos? Expandiu a soja, expandiu a cana. A cana, sobretudo no sudeste. A soja, sobretudo no Norte. A cana empurrou a soja, essa empurrou o boi que já ia no rastro das madeiras. Portanto, o agronegócio brasileiro precisa ser considerado no seu conjunto, na sua co-relação íntima de todas as commodities e não pode ser analisado de forma estanque, como se cada setor fosse independente do outro. É o conjunto do agronegócio brasileiro que faz diminuir a área plantada de arroz e feijão – fiquemos só com esses dois que já é assustador por demais – para expandir a cana e a soja.

A pecuária não aumentou sua área, mas pode ter mudado de lugar. O fato é que novas áreas foram incorporadas às custas do desmatamento, seja da Amazônia, seja do Cerrado, seja do Pantanal. Agora a cana irrigada ameaça entrar pelo vale do São Francisco, derrubando a caatinga e consumindo o que resta de água na bacia do Velho Chico.

É refrescante lembrar que a cana é a matriz do etanol e a soja é a matriz principal do biodiesel. Portanto, se os agrocombustíveis não explicam cem por cento a crise alimentar que estamos passando, não há como inocentá-los na cota que lhes cabe, inclusive no Brasil.

* Da Comissão Pastoral da Terra

Governo discute plano para elevar oferta de alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/05/2008

Em reunião ontem no Ministério da Fazenda, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Reinhold Stephanes (Agricultura) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) começaram a discutir a política nacional de estímulo à oferta de produtos agrícolas, tanto para o consumo interno quanto para exportações. Segundo Mantega, o objetivo é fazer o Brasil tirar proveito da alta internacional das commodities.

A Folha antecipou que o presidente Lula encomendou aos ministros medidas para estimular a produção de alimentos de consumo popular como o feijão, o arroz, o leite e o trigo. Algumas delas devem ser anunciadas antes da viagem do presidente à Roma, no início do mês que vem. Na capital italiana, Lula participará de encontro da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

"Em vez de sofrer com a alta dos preços dos alimentos, o Brasil vai tirar proveito dela", disse Mantega. Segundo Cassel, além de eventual ampliação nos pacotes dos próximos planos de safra do agronegócio e da agricultura familiar, haverá medidas específicas para cada produto.

A saída da crise é pela agricultura – Celso Marcatto – O Globo – Opinião – 01/05/2008

O racionamento de comida em mercados norte-americanos e os impactos sentidos em vários países, como distúrbios no Haiti, pelo aumento do custo da cesta básica são indicadores da gravidade da crise mundial de alimentos. Em termos globais, os preços dos alimentos sofreram um aumento médio de 40%. A redução dos estoques internacionais de trigo (-9,9%), milho (-4,8%) e soja (-22,0%) indicam que a produção atual — ainda que venha aumentando ano a ano — não tem sido suficiente para atender à demanda mundial.

As causas vão desde o aumento do custo de produção devido ao preço do petróleo até condições climatológicas adversas. Uma das razões está relacionada com o crescimento econômico na China, na Índia, no Brasil e em outros países. Com a ampliação do poder

aquisitivo, um expressivo contingente de famílias passou a consumir mais alimentos, como grãos e carnes.

Soma-se às causas a crescente utilização de grãos, como milho e soja, para produção de agrocombustíveis. Hoje no Brasil existem 7 milhões de hectares destinados ao plantio da cana-de-açúcar. Até 2015 deverão ser 12 milhões, também em função de investimentos pesados na produção de etanol e de biodiesel.

É evidente que tais investimentos vão provocar impactos ecológicos e sociais igualmente violentos. Sob o aspecto do desenvolvimento humano, o aumento mundial dos preços dos alimentos põe em risco a segurança e a soberania alimentar de uma parcela significativa da população mundial, comprometendo os poucos avanços conquistados até agora na redução do número de 854 milhões de pessoas que passam fome. Sob esse ponto de vista, a crise atual deixa claro o quanto o mundo está vulnerável e quanto os objetivos do Milênio podem estar comprometidos, inclusive no Brasil, um dos poucos países a cumprir antecipadamente o objetivo de reduzir em 50% o número de pessoas abaixo da linha da pobreza: de 14 milhões para 7,5 milhões de pessoas.

Mas a resposta para a presente crise não está na simples ampliação da produção global de alimentos. O acesso aos alimentos disponíveis ainda é uma questão central a ser equacionada, principalmente nos países em desenvolvimento. Com exceção de regiões que passam por revoluções, guerras e catástrofes naturais (maremotos, furacões, enchentes, secas etc.), parte considerável das pessoas que estão na condição de insegurança alimentar no mundo não está por falta de alimentos disponíveis, mas por falta de recursos — dinheiro, terra e meios de produção — que permitam acesso a esses alimentos — adquirir, produzir, trocar. A chamada “revolução verde”, modelo de produção agrícola — baseado na produção em grandes propriedades de monocultivos para exportação, a partir da utilização intensiva de insumos industriais, como adubos químicos, venenos e sementes de alta produtividade — não tem conseguido dar resposta à questão do acesso aos alimentos. Ao contrário, onde o modelo se implantou, ocorreu aumento da concentração da renda e dos meios de produção, com reflexos significativos na ampliação da insegurança alimentar e nutricional da população pobre. Há exemplos de impactos econômicos, sociais e ambientais negativos, substituição das florestas por monocultivos, erosão de solos e assoreamento de rios e lagos, contaminação de águas e alimentos com agroquímicos, empobrecimento dos pequenos produtores e das comunidades que vivem da agricultura familiar.

A revolução realmente necessária no mundo atual é aquela que amplie a produção sustentável e diversificada de alimentos, ao mesmo tempo que facilite o acesso a esses alimentos. Nesse sentido, os números da agricultura familiar no Brasil são impressionantes: dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário mostram que os 4 milhões de estabelecimentos rurais familiares, ocupando uma área de cerca de 100 milhões de hectares, são responsáveis pela produção de mais de 60% dos alimentos consumidos internamente no Brasil.

Com o devido incentivo de crédito, acesso a terras, à tecnologia, aos demais meios de produção e aos mercados, a agricultura familiar pode promover ainda mais um conjunto de serviços que vão além da produção de alimentos. Sua característica de distribuição de renda e de geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham acesso aos alimentos. Além disso, contribui com os processos de conservação de solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade, produção de biomassa, cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável.

Para que os pequenos agricultores exerçam melhor suas múltiplas funções estratégicas para a sociedade é preciso dar-lhes condições e fortalecê-los enquanto produtores. No passado, continentes inteiros, como a Europa, foram reerguidos do pós-guerra com a ativa contribuição da agricultura familiar. Hoje, a agricultura familiar se apresenta como a resposta mais sustentável à crise mundial de alimentos.

Fatores transitórios e estruturais na explosão dos preços - José Graziano da Silva – Crta Maior – 02/05/2008

Dois elementos caracterizam a atual flutuação de preços: o peso do componente financeiro e a expansão de consumo em países pobres. A primeira característica é transitória, enquanto a segunda pode resultar em uma mudança estrutural no fluxo e na intensidade do comércio dos alimentos e das matérias-primas. A análise é de José Graziano da Silva.

SANTIAGO DO CHILE – A deterioração dos termos de intercâmbio é um dos dentes da engrenagem histórica do subdesenvolvimento, fenômeno que não caracteriza uma fase do desenvolvimento, mas uma forma específica e distorcida de inserção das economias periféricas no sistema capitalista mundial. Relações coloniais fortemente estruturadas em torno da exportação de produtos primários modelaram originalmente essa característica da maioria das economias surgidas na periferia do sistema internacional.

No século XXI, algumas delas exibem uma margem de maior controle graças à expansão da base industrial em evolução. Algumas exceções apenas reafirmam a regra latino-americana e caribenha pela qual predominam padrões internos de difusão da riqueza majoritariamente circunscritos a núcleos exportadores minerais ou agrícolas. Trata-se de um corolário de concentração de renda em sistemas produtivos que se mantêm vinculados ao humor variável do comércio mundial de matérias-primas.

A trajetória da América Latina e do Caribe está marcada por ciclos tão intensos quanto efêmeros, com aqueles da prata, do ouro, do açúcar e do café, para citar alguns exemplos do passado, ao lado dos atuais da soja, do minério de ferro e do cobre. A natureza cíclica é o fio condutor que os persegue, deixando em evidência a persistência de padrões de intercâmbio que transferem ao exterior as capacidades de tomar decisões relativas ao desenvolvimento.

A repetição das perdas resultantes desse padrão comercial foi analisada originalmente na década de 50, no início da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), pelo argentino Raúl Prebisch, e posteriormente estudadas pelo brasileiro Celso Furtado, que explicou detalhadamente as limitações estruturais reproduzidas por esse modelo que perpetua condições de subordinação econômica e política ao longo da história latino-americana e caribenha. Nos últimos cinco anos, a explosão dos preços das matérias-primas abriu uma tendência à alta em um dos dentes dessa engrenagem, mas, ainda insuficiente para alterar a lógica do conjunto dado a conhecer por Celso Furtado.

Desde 2003, segundo o índice do Commodity Research Bureau (CRB), a média dos preços de 24 produtos primários agrícolas registrou alta de 50% de suas cotações mundiais. Mas, ao ampliar o campo de observação a um intervalo maior, entre 1974 e 2004, a revista *The Economist* constatou um retrocesso acumulado de 75% para esses produtos. Ou seja, apenas uma parte das perdas foi recuperada. É importante avaliar ano a ano os fatores que impulsionaram a alta recente dos preços, de modo que se possa separar aqueles de natureza estrutural e outros de cunho especulativo. Nesse exercício podemos identificar três momentos distintos.

Entre 20002 e 2004 houve aumento no consumo de alimentos com maior valor protéico – principalmente carne e lácteos – por parte de populações pobres em países em desenvolvimento, entre eles, Brasil, China e Índia. Praticamente no mesmo momento, os Estados Unidos aumentaram, de forma explosiva, sua previsão de consumo de etanol, influenciando, assim, a demanda pelo milho. Se esse período foi marcado pelo crescimento da demanda, o seguinte refletiu cerca escassez na oferta.

Entre 2004 e 2006 ocorreram significativas perdas na produção mundial de cereais devido a fenômenos climáticos, como secas na China e na Austrália e furacões na América Central e no Caribe. Isso comprimiu as reservas mundiais de cereais em um momento de crescimento do consumo. A partir de 2007 é basicamente o componente especulativo que influi na alta continuada dos preços: enfrentados com as incertezas econômicas, muitos investimentos buscaram refúgio rentável nos fundos de *commodities* – agrícolas e não-agrícolas.

Portanto, dois elementos caracterizam o atual ciclo de flutuação de preços: o peso do componente financeiro e a natureza inédita de uma demanda que resulta da expansão de consumo em países pobres. A primeira característica é transitória, enquanto a segunda pode resultar em uma mudança estrutural no fluxo e na intensidade do comércio dos alimentos e das matérias-primas.

São dinâmicas em curso, mas algumas lições já podem ser extraídas desses movimentos. A primeira reafirma os riscos implícitos na dependência das exportações de bens primários, com já advertiam Prebisch e Celso Furtado há décadas. A segunda destaca a necessidade de contrapesos de política econômica para ampliar o leque de produtores beneficiados por ciclos de aumento da demanda por alimentos. O fortalecimento dos pequenos agricultores e de assentamentos organizados em cooperativas, por exemplo, ampliaria o circuito da riqueza proporcionando maior possibilidade de crescimento sustentável.

Nesse sentido, é oportuno recordar que a metade dos mais de 70 milhões de indigentes da América Latina e do Caribe, vivem em áreas rurais. Para eles, a alta dos preços é uma oportunidade de superar a pobreza, sempre que, além das tradicionais políticas de crédito e assistência técnica, tenham garantias de mercado para seus produtos. Isso pode ser feito, por exemplo, através da compra pelo governo de sua produção para formar reservas e para merenda escolar.

O balanço preliminar da atual crise recomenda uma autocrítica das teses neomalthusianas que atribuíram à agroenergia a principal responsabilidade pelos saltos nas cotações das *commodities*, dessa forma minimizando o componente fortemente especulativo – reconhecido agora pelo próprio governo norte-americano ao propor uma ação conjunta da *Commodity Futures Trading Commission* (que fiscaliza os mercados futuros desses produtos) com a *Security Exchange Commission* (que regulamenta os ativos financeiros).

A agroenergia, ao contrário, emerge da atual crise financeira como um porto seguro de consistência real e continuidade estratégica. Por mais que a demanda mundial por *commodities* diminua no curto prazo, o desafio de reconstruir a matriz energética do século XXI está apenas começando. A agroenergia pode ajudar a sustentar a expansão dos países pobres inaugurando uma nova dinâmica de independência comercial – com a industrialização das plantações para a produção de combustíveis e assim criar pontes entre a agricultura familiar e um setor de ponta da economia mundial que veio para ficar.

** José Graziano da Silva é representante regional da FAO para a América Latina e o Caribe.*

Alimentação: Crise afeta primeiro mulheres e crianças - Thalif Deen (IPS) – Carta Maior – 02/05/2008

O Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) se preocupa fundamentalmente com o impacto da crise alimentar nas grávidas e nas mães com filhos pequenos. Segundo a FAO, os preços dos alimentos aumentaram 83% nos últimos três anos.

A crise alimentar causada pela queda das colheitas, pelo aumento de preços e devido à crescente escassez ameaça atingir com maior severidade as mulheres e as crianças, alertam organizações humanitárias e especialistas da Organização das Nações Unidas. “Inclusive a falta temporária dos nutrientes que as crianças precisam para crescer e se desenvolver pode deixar uma cicatriz permanente em termos de seu crescimento físico e potencial intelectual”, afirmou o nutricionista Andrew Thorne-Lyman, do Programa Mundial de Alimentos da ONU.

O Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) se preocupa fundamentalmente com o impacto da crise alimentar nas grávidas e nas mães com filhos pequenos. “Demos assistência alimentar a estas mulheres em crises recentes, incluídas as da Moldávia e de Níger, mas a escassez atual torna mais difícil essa ajuda”, disse à IPS Safiye Cagar, diretora de Informação e Relações Exteriores do UNFPA. A diretora-executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Ann Veneman, alertou que o continuado aumento dos preços dos alimentos “afetará muito mais a população mais vulnerável”. No conjunto, Veneman incluiu os que “dependem de ajuda humanitária, os órfãos, os doentes de Aids ou portadores do vírus HIV, os refugiados e os pobres urbanos”.

A disparada de preços e suas conseqüências podem afetar os avanços para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, adotados pela Assembléia Geral da ONU em 2000 e que propõem, entre outras metas, reduzir pela metade a pobreza extrema e a desnutrição até 2015 em relação aos seus níveis de 1990, acrescentou. Porém, Veneman disse também que pode haver retrocessos ou ter impactos negativos em diversos indicadores sociais referentes à infância.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), os preços dos alimentos aumentaram 83% nos últimos três anos. O do arroz disparou 141% de janeiro até agora. O presidente da organização humanitária Salvemos as Crianças, com sede nos Estados Unidos, Charles MacCormack, disse que a crescente pressão sobre os orçamentos familiares terá um impacto negativo na saúde e educação das crianças. O alto preço dos alimentos arrastará mais famílias para a pobreza e as forçará a tomar decisões difíceis sobre os itens em que gastarão sua renda, acrescentou.

“Os país poderiam optar por reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos para suas famílias, tirar os filhos da escola e colocá-los para trabalhar, limitar o gasto com a saúde ou vender ativos produtivos-chave para enfrentar as sombrias circunstâncias econômicas”, disse MacCormack. “Esta crise se agravará antes que comece a melhorar e é vital que as famílias e as comunidades contem com a comida que necessitam agora, bem como com as ferramentas para se prepararem na resposta às emergências alimentares futuras”, afirmou.

O encarecimento dos alimentos tem um correlato com a desnutrição infantil, e assim demonstram as estatísticas obtidas em Bangladesh nos anos 90, segundo Thorne-Lyman. As famílias não deixaram necessariamente de comprar arroz quando os preços aumentaram, mas reduziram o consumo de outros alimentos ricos em minerais e vitaminas imprescindíveis para ajudar o desenvolvimento das crianças, acrescentou. Cagar, por sua vez, apontou outro aspecto do problema: as mulheres pobres podem ser forçadas a se prostituírem para atender suas necessidades básicas, na medida em que a comida fique menos acessível para suas famílias devido à alta de preços. “Isto pode levar a um aumento da violência, especialmente contra mulheres pobres e as que são chefes de família”, acrescentou.

Cagar tampouco descartou a possibilidade de deslocamentos maciços de pessoas devido a emergências e desastres causados pela crise alimentar. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse à imprensa que “no curto prazo devemos atender todas as crises humanitárias que estão impactando os mais pobres entre os pobres, já que mais cem milhões de pessoas foram arrastadas para esta crise. “Veremos quais ações imediatas e de longo prazo podemos adotar como parte de uma iniciativa liderada pelas Nações Unidas”, afirmou.

“Segurança Alimentar e Nutricional é questão de soberania nacional” – Site Eletrônico do MDS – 02/05/2008

A segurança alimentar e nutricional - um dos temas mais discutidos na atualidade - foi abordada pela ministra interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Arlete Sampaio, durante o encerramento da 2ª Reunião de Presidentes de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas) Estaduais, ocorrido em Brasília (DF), na última quarta-feira (30/04). “O Presidente Lula introduziu na agenda mundial a questão da fome. O Brasil contribuiu para que esta temática fosse posta nas agendas de todos os organismos internacionais. Sem dúvida, uma grande contribuição do nosso presidente”, afirmou Arlete, classificando a área de segurança alimentar e nutricional como “questão de soberania nacional”.

O encontro reuniu - de segunda (28) a quarta-feira (30), na capital federal - presidentes dos 27 Conseas Estaduais. Neste período, foram discutidos, entre outros temas, as diretrizes nacionais para projetos de formação em segurança alimentar e nutricional nos Estados.

Participaram do último dia de reunião o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; o Presidente do Consea, Renato Maluf; e pelo MDS o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, e a coordenadora da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Leonor Pacheco. A ministra interina Arlete Sampaio aproveitou a ocasião para reforçar a importância da recém-instalada Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, criada no último dia 10 de abril com objetivo de promover a efetivação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Já está marcada, para o próximo dia 25 de maio, reunião ordinária da Câmara, que é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e composta por outros 18 ministérios. Durante esta reunião será nomeada uma comissão executiva e votado o Regimento Interno.

Alimentação escolar - A plenária do Consea se encerrou com a apresentação do Projeto de Lei n.º 2877/2008 que trata da regulamentação da alimentação escolar nas escolas públicas e privadas que atualmente se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. As diretrizes prevêm, dentre outros, o emprego da alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar no processo de ensino, a universalidade, a participação da comunidade no controle social, o direito à alimentação escolar. A proposta é consolidar a promoção da saúde na educação escolar.

Se aprovado, o tema será pela primeira vez regulamentado em forma de lei. O projeto prevê também que 30% dos recursos federais para alimentação escolar sejam destinados à aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) sem a obrigatoriedade de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado. A proposta não é só oferecer a merenda escolar, mas também promover a saúde pela educação por meio de ações de segurança alimentar.

Júnia Almeida / Adriana Scorza

ONU: crise de alimentos se deve à especulação – O Globo – Economia – 03/05/2008

PARIS. O novo relator da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier de Schutter, denunciou ontem a especulação como o principal motivo por trás da atual crise de alimentação em mais de 40 países. Ao contrário de seu antecessor, Jean Ziegler, que pôs a culpa nos biocombustíveis, que chamou de “um crime contra a Humanidade” — e depois voltou atrás, enviando carta ao Itamaraty afirmando que o etanol brasileiro não era uma ameaça —, De Schutter enumerou, em entrevista ao jornal francês “Le Monde”, outras razões para a crise, como a industrialização do setor agrícola e os subsídios dos países ricos, que classificou de “vergonha”.

De Schutter considerou “indesculpável” a falta de ação da comunidade internacional, que por anos agiu com descaso em relação aos que pediam apoio.

“Não se fez nada contra a especulação de matérias-primas”, alimentada pela queda da bolsa, afirmou.

Para ele, a crise atual revela os limites da agricultura industrial.

De Schutter também criticou o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) por terem estimulado “os países mais endividados, sobretudo os da região Subsaariana da África, a desenvolverem cultivos de exportação e importarem alimentos”. Segundo ele, o resultado disso foi tornar essas nações vulneráveis à volatilidade dos preços.

Ele criticou ainda as regras de propriedade intelectual de “um pequeno número de empresas” e citou Monsanto, Dow Chemicals e Mosaic, que controlam as patentes de sementes e pesticidas.

O Brasil e a crise mundial de alimentos – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 04/05/2008

O MUNDO está assistindo a uma inflação dos preços dos alimentos de dimensões preocupantes, com repercussões na segurança alimentar mundial. Estamos convencidos de que essa crise coloca em discussão o modelo mundial de produção e abastecimento de alimentos. A situação atual exige uma reflexão séria e responsável. Existem pelo menos quatro grandes fatores que explicam o movimento dos preços agrícolas.

O primeiro é a produção de etanol de milho pelos EUA. O país usa nada menos que 10% da produção mundial de milho para produzir etanol. Isso equivale a duas safras brasileiras de milho. É desnecessário comentar o quanto tal demanda contribui para o aumento dos preços. Só no ano passado, houve um incremento de 37% no uso de milho para etanol nos EUA.

O segundo elemento é a especulação financeira. Como consequência da crise imobiliária norte-americana, da desvalorização do dólar e da volta da inflação com baixo crescimento econômico nos países desenvolvidos, as commodities são o novo destino dos especuladores financeiros.

Outro componente é a demanda dos países em desenvolvimento (PEDs), principalmente China e Índia, puxada pelo crescimento populacional e pela mudança do padrão alimentar. Contudo, conforme salienta a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), há um pequeno decréscimo no consumo per capita de cereais nos PEDs.

O que explica a aparente contradição desse fenômeno é que faixas importantes de população dos PEDs entraram na esfera de consumo da classe média. O consumo de carne, por exemplo, cresceu 100% na China, 70% no Brasil e 20% na Índia nos últimos 15 anos. Como são necessários, em média, 7 kg de cereais para produzir 1 kg de carne, a mudança no padrão alimentar também está inflacionando o preço dos cereais. De outro lado, essa elevação de preços afeta de maneira dramática os 2,5 bilhões de pessoas que vivem com menos de US\$ 2 por dia.

Finalmente, concorrem a alta do preço do petróleo e os problemas de safras causados pelo aquecimento global. Há importantes perdas de produção em países como Austrália e alguns países africanos relacionados diretamente aos problemas climáticos. É importante ressaltar que o Brasil está conseguindo enfrentar a crise dos preços agrícolas por causa da presença de um vigoroso setor de agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e pelas brasileiras.

Desde 2003, desenvolvemos uma estratégia de fortalecimento dessa agricultura, com políticas públicas de crédito, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural. Ao mesmo tempo, desenvolvemos e estruturamos uma política nacional de segurança alimentar articulada em torno do Fome Zero. Fomos além, com a institucionalização dessa estratégia por meio da Lei da Agricultura Familiar e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Enquanto o índice dos preços agrícolas internacionais subiu 83% nos últimos 36 meses, a cesta básica brasileira subiu 25% no mesmo período.

O leite, um produto tipicamente de agricultura familiar no Brasil, teve um aumento de preço de 120% no mercado internacional nos últimos 24 meses, mas no país o aumento foi de 25%. Isso se deve ao aumento da produção de leite, que passou de 16 bilhões de litros nos anos 90 para 27 bilhões de litros em 2008, atingindo a auto-suficiência. Fruto de um conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar e da reforma agrária. Outros países que desmantelaram suas políticas de regulação e que voltaram suas agriculturas apenas para o mercado externo estão em crise de abastecimento e inflação.

Mas não estamos completamente imunes a esses acontecimentos. Temos de preservar os avanços e evitar possíveis impactos negativos, como diminuição do poder de compra da população mais pobre, concentração e estrangeirização da terra, concentração ainda maior das cadeias de distribuição e priorização da exportação agrícola em detrimento do abastecimento interno.

A solução de longo prazo para garantir segurança alimentar e estabilização dos preços internos passa por um conjunto de medidas estruturais. É necessário garantir uma oferta suficiente de alimentos, e isso se faz fortalecendo ainda mais a agricultura familiar. Também se faz com reforma agrária, que distribui melhor a terra e garante que a terra seja

usada para produção de alimentos, e não para especulação. E é isso que estamos buscando. Terra para quem quer trabalhar, produzindo alimentos com qualidade para garantir a soberania e a segurança alimentar de nosso país.

GUILHERME CASSEL, 51, engenheiro civil, é ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

O combustível da crise – Aloizio Mercadante – O Globo – Opinião – 04/05/2008

Cerca de 850 milhões de pessoas passam fome no mundo.

Já são muitas, mas o problema é que as recentes altas dos preços dos alimentos ameaçam levar mais 100 milhões à fome. Como a população pobre gasta quase toda a sua renda com alimentos, em muitas nações os esforços de décadas para superar a miséria poderão ser neutralizados.

A insegurança alimentar está perigosamente alta e os estoques de cereais são os mais baixos em 25 anos.

Entre os 82 países que a FAO classifica como Low-Income Food-Deficit Countries (LIFDCs), países pobres com déficit de produção de alimentos, 37 enfrentam crise séria. Nessas horas, não falta quem faça análises apressadas, como Jean Ziegler, que demonizou a produção de biocombustíveis, apontando-os como os combustíveis da crise.

Na realidade, situações como essa têm causas complexas. Em primeiro lugar, há questão estrutural de fundo: a demanda por alimentos vem crescendo mais do que a oferta há vários anos. A afluência e urbanização de países como China e Índia exercem grande pressão no mercado mundial de alimentos. Os pobres desses e outros países estão comendo mais e melhor, o que é muito bom. Porém, esse processo tende a aumentar os preços dos alimentos em escala mundial.

Em segundo, a grande alta do preço do barril do petróleo aumenta os fretes para o transporte dos pesados cereais e encarece a produção de fertilizantes, insumo básico da agricultura. Em terceiro, há fatores climáticos envolvidos.

Na maioria dos 37 LIFDCs em que a crise é mais aguda, fenômenos meteorológicos reduziram a produção interna de alimentos. É o caso do Haiti e da Nicarágua, nos quais furacões inundaram áreas plantadas em anos recentes. O aquecimento global tende a esfriar a produção de alimentos. Em quarto, há movimento especulativo nas bolsas de commodities que potencializa a alta dos alimentos. Com a erosão do dólar e a insegurança gerada pela crise americana, as commodities agrícolas se tornaram ouro, refúgio seguro e valioso contra perdas financeiras.

Nesse contexto, os biocombustíveis pouco ou nada contribuem para a alta dos alimentos. Do 1,2 bilhão de hectares plantados no mundo, apenas 10 milhões, 0,8% do total, estão ocupados por culturas destinadas aos biocombustíveis.

Embora essa área venha crescendo, ela é ainda muito pequena para produzir efeitos significativos na oferta de alimentos. No Brasil, a fabricação de etanol a partir de cana-de-açúcar, extremamente eficiente e com experiência de mais de 30 anos, ocupa apenas 4% da terra plantada.

Entretanto, os biocombustíveis podem ter impacto negativo na produção de alimentos nos EUA e na Europa. Nos EUA, o etanol de milho, altamente subsidiado, está pressionando o preço das carnes, já que o milho é insumo importante para a engorda de animais. Na UE, o etanol de beterraba e o biodiesel de canola, duas aberrações econômicas, estão atraindo cada vez mais agricultores, graças aos generosos subsídios.

Em ambos os lados do Atlântico, tratase de produção duplamente subsidiada.

Recebe dinheiro dos programas de apoio à agricultura e subsídios dos programas de energia renovável.

Chegamos, assim, ao verdadeiro combustível da atual crise alimentar: a montanha de subsídios que países ricos destinam a seus agricultores, que são regamente pagos para plantar ou simplesmente “manter o campo”. Justificase essa irracionalidade sob o prisma da segurança alimentar. Mas essa segurança dos países abastados, ao distorcer o comércio agrícola mundial, gera muita insegurança alimentar em países pobres. A comercialização de alimentos subsidiados inibiu o desenvolvimento da agricultura em nações em desenvolvimento de vocação agrícola.

Na crise, são elas que pagam o preço dessa irracionalidade, com o aumento da fome e da miséria.

Jacques Diouf, diretor da FAO, sugeriu que a comunidade internacional financie o desenvolvimento da agricultura das nações pobres, como forma de compensar as distorções geradas pelos subsídios. Porém, esse não é o melhor caminho. Parafraseando Stanislaw Ponte Preta, o caminho não é locupletar todos os agricultores com subsídios, até mesmo porque não haveria recursos para competir com a farra agrícola dos EUA e da UE, mas sim restaurar um mínimo de racionalidade e de moralidade no comércio dos alimentos. O Brasil e o G20 estão tentando fazer isso em Doha, ao propor a redução substancial de subsídios. Se os países desenvolvidos cederem, as coisas começarão a melhorar.

Podem melhorar ao ponto em que a alimentação do um bilhão de seres humanos que vivem com 1 dólar por dia seja tão boa quanto à das vacas européias, que recebem o triplo.

McCain pede menor uso de alimento como combustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008

O candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, John McCain, ao lado de 23 senadores do seu partido, enviou uma carta à Agência de Proteção Ambiental do país pedindo um abrandamento da lei que prevê o aumento do uso de álcool como combustível. Os senadores atribuem ao biocombustível parte das explicações para a alta nos preços dos alimentos.

"Apesar de muitos fatores contribuírem para os altos custos da comida, a conversão de alimentos em combustível é o único que pode ser reconsiderado nas atuais circunstâncias", afirmam na carta os senadores republicanos. "As famílias americanas estão sentindo o impacto disso nas prateleiras dos supermercados e estão ficando mais inquietas com as preocupações em relação ao álcool feito à base de milho."

A Lei de Energia sancionada pelo presidente George W. Bush prevê o aumento no uso de combustíveis alternativos como o álcool dos 7,5 bilhões de galões em 2007 para 36 bilhões de galões em 2022. A proposta foi aprovada pelo Senado por 86 votos a 8. McCain, que também é senador, não participou da votação.

Bush disse na semana passada estar "muito preocupado" com os altos preços dos alimentos, mas afirmou que o avanço do álcool não é a principal razão para os aumentos.

Segundo ele, o combustível (que nos Estados Unidos é feito à base de milho) é responsável por 15% da expansão dos preços desde 2002 -o restante ele atribuiu às condições climáticas, ao aumento da demanda e aos preços de energia.

Índia estuda proibição de contrato futuro de alimentos – Raphael Minder – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008

A Índia estuda proibir as operações de contratos futuros de alimentos, ressaltando as crescentes preocupações da Ásia quanto ao papel dos fundos de hedge e dos operadores dos mercados financeiros na recente alta das commodities.

Uma proibição emergencial dos mercados futuros de alimentos, proposta pelo ministro das Finanças, P. Chidambaram, reverteria medidas adotadas apenas cinco anos atrás para promover o desenvolvimento da Índia como centro financeiro.

A Índia já restringiu as transações futuras de algumas safras, além de estar entre os países que impuseram restrições à exportação de alimentos. A abordagem indiana, porém, atraiu fortes críticas de dois importantes funcionários do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), ambos indianos, o que destaca as preocupações entre as instituições internacionais de que a alta nos preços dos alimentos esteja gerando protecionismo comercial e novas distorções de mercado.

Rajat Nag, diretor-geral do ADB, disse que restrições às operações "enviarão o sinal errado e não são produtivas". Ifzal Ali, o economista-chefe do banco, as chamou de "um expediente político" adotado para agradar os eleitores.

A escassez de alimentos deflagrou inquietações sociais na África e partes da Ásia, bem como em outros países pobres, como o Haiti.

Haruhiko Kuroda, presidente do ADB, disse que mais de 1 bilhão de pessoas estão sendo afetadas na Ásia pela alta nos preços dos alimentos, que "tem uma dimensão humana bastante sombria".

Preço de alimento ainda vai seguir em alta, diz ministro – Sheila D’Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008

Stephanes diz que alta de juro é insuficiente contra elevação de cotações agrícolas - Infra-estrutura é o maior obstáculo a plano para tornar país líder mundial no fornecimento de alimentos, afirma Reinhold Stephanes

Quando os alimentos despontaram como fonte de preocupação para a inflação em 2007, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) foi o único no governo a afirmar, em entrevista à Folha, que não se tratava de uma alta temporária, mas de um novo patamar de preços.

Quase um ano depois, ele defende que as cotações dos alimentos continuarão subindo nos próximos dez anos, até que se viabilizem novas fronteiras agrícolas. A exceção ficará por conta do trigo e do arroz.

Em nova entrevista à **Folha**, Stephanes diz que esta é uma crise que não se resolve com aumento de taxa de juros e reconhece que problemas de estradas e portos atrapalham os planos do governo para colocar o Brasil na liderança do fornecimento mundial de alimentos.

"O que ganhamos de eficiência no campo acaba, em parte, sendo engolido pelas ineficiências de logística." Esse é um problema que nem o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) resolverá, já que obras previstas enfrentam obstáculos ambientais. "São coisas de uma irracionalidade extrema." Mas ele diz que essas dificuldades não limitarão o crescimento do Brasil. A seguir, os principais trechos da entrevista.

FOLHA - O Brasil tem condições de assumir a liderança mundial no abastecimento de alimentos? Representantes do setor de grãos dizem que, se a produção se expandir, esbarrará num apagão logístico.

REINHOLD STEPHANES - Isso não chega ao ponto de ser fatal para nossa produção. Somos extremamente eficientes dentro da porteira. Nossos problemas começam fora dela. As estradas nem sempre estão em condições. Os portos ainda suportam a carga, mas, se continuarmos a crescer, e eles não se adequarem, poderemos ter problemas no futuro.

FOLHA - Isso não coloca o Brasil em desvantagem?

STEPHANES - Temos uma terceira questão que é o Centro-Oeste com um crescimento extraordinário de grãos, a infra-estrutura mais precária e mais distante dos portos. Embora o PAC preveja obras muito boas, temos dificuldades ambientais para as soluções. Uma licença ambiental leva de dois a cinco anos. É uma limitante. Até para um simples asfaltamento de rodovia que já existe não se consegue licença ambiental. Tem dinheiro, mas a obra não anda. São coisas de uma irracionalidade extrema. Essas

dificuldades vão limitar o crescimento do Brasil? Não. Vamos produzir. Vai diminuir é a renda do produtor com custo maior.

FOLHA - Mas qual estímulo terá o produtor sabendo que esbarrará num apagão logístico?

STEPHANES - Não vai haver apagão. Vai haver dificuldade, aumento de custo. O navio terá que esperar mais dias no porto. O caminhão levará mais dias para descarregar. Isso nos tira competitividade, mas ainda temos vantagens. O que ganhamos de eficiência no campo acaba, em parte, sendo engolido pelas ineficiências de logística. Mas como os preços internacionais estão bons e a demanda é muito forte, vamos continuar produzindo.

FOLHA - Qual é o limite dessa alta dos preços?

STEPHANES - Se o mundo continuar crescendo como está no momento - ressaltados alguns produtos que devem se estabilizar no preço atual ou ligeiramente abaixo, como o trigo e o arroz -, os demais produtos devem crescer.

FOLHA - Trigo e arroz vão cair?

STEPHANES - São dois dos três produtos mais produzidos no mundo. Mas os países produzem para si. Os excedentes são poucos. O consumo está aumentando, os estoques caindo, e alguns seguraram as exportações. Isso criou um desequilíbrio. Isso se ajustará logo porque a capacidade de aumento de produção de arroz existe, e os preços vão estimular. O trigo também.

FOLHA - E os demais produtos?

STEPHANES - No caso do milho e da soja, se os Estados Unidos mantiverem a idéia de continuar usando milho para fazer álcool -dificilmente eles vão recuar dessa posição nos próximos cinco ou dez anos, até que encontrem alternativas-, deverão aumentar o preço do milho e o da soja. Os dois competem em área de produção e uso para alimentação animal. Com isso, aumenta o preço da carne e do leite. Os produtos cuja demanda está crescendo tendem a assumir um patamar maior de preços nos próximos anos porque não há muita capacidade de expansão.

FOLHA - O céu é o limite para os preços dos alimentos?

STEPHANES - O cenário, pelo menos nos próximos dez anos, até que se estabeleçam políticas diferentes de produção para viabilizar novas fronteiras, é de alta. Uma grande fronteira seria a África, que não se estrutura para produção em menos de dez anos. A visão, portanto, é de demanda e, não, de oferta. E pressão de preços.

FOLHA - E como fica o controle da inflação? O senhor tem conversado com o ministro Guido Mantega (Fazenda)?

STEPHANES - O ministro Mantega também tem a visão de que os produtos agrícolas durante 30 anos puxaram a inflação para baixo e, agora, estão puxando para cima. É um fenômeno no qual temos pouco a interferir porque não é nosso e pressiona o mundo inteiro. A inflação está aumentando em todos os países. Isso tem que ser visto sob dois aspectos. Um é o aumento da demanda. Outro, a pressão de custos por causa do petróleo, que dobrou o preço no mercado internacional. Em consequência, adubos e defensivos também dobraram o preço e tem o transporte.

FOLHA - O que o governo pode fazer para neutralizar esse novo patamar dos preços na inflação?

STEPHANES - No Brasil, se, por um lado, vai pressionar a nossa mesa, por outro, eleva a renda de 4.000 dos 5.600 municípios no país. Nesses municípios, hoje corre dinheiro. Eles estão se tornando consumidores, dificilmente encontrarão mão-de-obra ociosa. Isso para o desenvolvimento brasileiro é bom. O interior está crescendo mais do que as grandes cidades.

FOLHA - A ação do governo não tem sido contraditória? Fala-se em estimular o aumento da produção e, ao mesmo tempo, há a ameaça de restringir as exportações.

STEPHANES - O Brasil não quer entrar na armadilha de impor restrições nem de taxar.

FOLHA - Por quê?

STEPHANES - A Argentina está pagando o preço por isso. Resolvo o problema hoje e crio outro para o futuro. A história nos tem mostrado isso. Como o Brasil é eficiente na produção, devemos manter esse estímulo. E o maior estímulo para aumento produção é mercado e preço. Não é interessante criar restrição.

Força-tarefa contra a fome – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008

A ONU está mobilizando seus recursos para combater a crise provocada pelo aumento global dos preços dos alimentos e pretende apresentar, o mais rapidamente possível, propostas estruturais para evitar o problema no longo prazo. Foi o que afirmou ontem, em Nova York, o secretário-geral da organização, Ban Ki-moon, que recentemente esteve em viagens pela Ásia e pela Europa. "A primeira coisa a fazer é colocar nossa força-tarefa contra a crise se movimentando a todo o vapor", afirmou. Segundo ele, os países, sobretudo os da África, têm que investir no desenvolvimento de suas atividades agrícolas, as distorções comerciais que inflam os preços têm que acabar, a produção de biocombustíveis que "concorrem" com alimentos deve ser limitada e é preciso facilitar o acesso de pequenos produtores a insumos como sementes e fertilizantes. No Brasil, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reiterou que os biocombustíveis produzidos no país (etanol e biodiesel) não prejudicam a oferta de alimentos.

Transnacionais de alimentos lucram com aumento da fome - Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior – 07/05/2008

A fome no mundo é a nova grande fonte de lucros do grande capital financeiro e os lucros aumentam na mesma proporção que a fome. Nos últimos meses, os meses do aumento da fome, os lucros da maior empresa de sementes e de cereais aumentaram 83%. Ou seja, a fome de lucros da Cargill alimenta-se da fome de milhões de seres humanos. A análise é de Boaventura de Sousa Santos.

Há muito conhecido dos que estudam a questão alimentar, o escândalo finalmente estalou na opinião pública: a substituição da agricultura familiar, camponesa, orientada para a auto-suficiência alimentar e os mercados locais, pela grande agro-indústria, orientada para a monocultura de produtos de exportação (flores ou tomates), longe de resolver o problema alimentar do mundo, agravou-o.

Tendo prometido erradicar a fome do mundo no espaço de vinte anos, confrontamos hoje com uma situação pior do que a que existia há quarenta anos. Cerca de um sexto da humanidade passa fome; segundo o Banco Mundial, 33 países estão à beira de uma crise alimentar grave; mesmo nos países mais desenvolvidos os bancos alimentares estão a perder as suas reservas; e voltaram as revoltas da fome que em alguns países já causaram mortes. Entretanto, a ajuda alimentar da ONU está hoje a comprar a 780 dólares a tonelada de alimentos que no passado mês de março comprava a 460 dólares.

A opinião pública está a ser sistematicamente desinformada sobre esta matéria para que se não dê conta do que se está a passar. É que o que se está a passar é explosivo e pode ser resumido do seguinte modo: a fome do mundo é a nova grande fonte de lucros do grande capital financeiro e os lucros aumentam na mesma proporção que a fome.

A fome no mundo não é um fenómeno novo. Ficaram famosas na Europa as revoltas da fome (com o saque dos comerciantes e a imposição da distribuição gratuita do pão) desde a Idade Média até ao século XIX. O que é novo na fome do século XXI diz respeito às suas causas e ao modo como as principais são ocultadas. A opinião pública tem sido informada que o surto da fome está ligado à escassez de produtos agrícolas, e que esta se deve às más colheitas provocadas pelo aquecimento global e às alterações climáticas; ao aumento de consumo de cereais na Índia e na China; ao aumento dos custos dos transportes devido à subida do petróleo; à crescente reserva de terra agrícola para produção dos agro-combustíveis.

Todas estas causas têm contribuído para o problema, mas não são suficientes para explicar que o preço da tonelada do arroz tenha triplicado desde o início de 2007. Estes aumentos especulativos, tal como os do preço do petróleo, resultam de o capital financeiro (bancos, fundos de pensões, fundos hedge [de alto risco e rendimento]) ter começado a investir fortemente nos mercados internacionais de produtos agrícolas depois da crise do investimento no sector imobiliário.

Em articulação com as grandes empresas que controlam o mercado de sementes e a distribuição mundial de cereais, o capital financeiro investe no mercado de futuros na

expectativa de que os preços continuarão a subir, e, ao fazê-lo, reforça essa expectativa. Quanto mais altos forem os preços, mais fome haverá no mundo, maiores serão os lucros das empresas e os retornos dos investimentos financeiros.

Nos últimos meses, os meses do aumento da fome, os lucros da maior empresa de sementes e de cereais aumentaram 83%. Ou seja, a fome de lucros da Cargill alimenta-se da fome de milhões de seres humanos.

O escândalo do enriquecimento de alguns à custa da fome e subnutrição de milhões já não pode ser disfarçado com as “generosas” ajudas alimentares. Tais ajudas são uma fraude que encobre outra maior: as políticas econômicas neoliberais que há trinta anos têm vindo a forçar os países do terceiro mundo a deixar de produzir os produtos agrícolas necessários para alimentar as suas próprias populações e a concentrar-se em produtos de exportação, com os quais ganharão divisas que lhes permitirão importar produtos agrícolas... dos países mais desenvolvidos.

Quem tenha dúvidas sobre esta fraude que compare a recente “generosidade” dos EUA na ajuda alimentar com o seu consistente voto na ONU contra o direito à alimentação reconhecido por todos os outros países.

O terrorismo foi o primeiro grande aviso de que se não pode impunemente continuar a destruir ou a pilhar a riqueza de alguns países para benefício exclusivo de um pequeno grupo de países mais poderosos. A fome e a revolta que acarreta parece ser o segundo aviso. Para lhes responder eficazmente será preciso pôr termo à globalização neoliberal, tal como a conhecemos.

O capitalismo global tem de voltar a sujeitar-se a regras que não as que ele próprio estabelece para seu benefício. Deve ser exigida uma moratória imediata nas negociações sobre produtos agrícolas em curso na Organização Mundial do Comércio. Os cidadãos têm de começar a privilegiar os mercados locais, recusar nos supermercados os produtos que vêm de longe, exigir do Estado e dos municípios que criem incentivos à produção agrícola local, exigir da União Europeia e das agências nacionais para a segurança alimentar que entendam que a agricultura e a alimentação industriais não são o remédio contra a insegurança alimentar. Bem pelo contrário.

Kátia Abreu: "Não somos ameaça à produção de alimentos" – CNA - 07/05/2008

Rebatendo acusações de que o Brasil estaria privilegiando a produção de biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) disse nesta terça-feira (6/5) que o Brasil não é e não será responsável pela fome no mundo. Ela lembrou que o Brasil tem 850 milhões de hectares de terra e planta cana-de-açúcar em apenas 0,7% do território.

"Não somos uma ameaça à produção de alimentos. Os cidadãos que moram nas cidades se preocupam, com razão, com o aumento no preço dos produtos ou com a sua falta. Mas não foram os produtores que aumentaram os preços dos alimentos. Quando o preço do aço sobe, sobe o preço dos carros. Portanto, quando sobem os preços dos insumos da produção agropecuária, é claro que vai empurrar os preços adiante", afirmou.

A senadora disse que o aumento do custo de produção se baseia em cinco fatores importantes. Ela listou o aumento no consumo mundial, principalmente nos países emergentes, onde o aumento da renda proporciona maior consumo de alimentos; a alta no preço do petróleo, que encareceu o óleo diesel utilizado por tratores, colheitadeiras e caminhões, além dos fertilizantes derivados do petróleo; a redução da área plantada de soja e trigo, nos Estados Unidos, para incrementar as plantações de milho, usado para a produção de etanol; a crise das hipotecas, que levou os investidores a transferir seus investimentos para o mercado futuro de commodities; e os problemas climáticos em países que são grandes produtores de alimentos.

Kátia Abreu ressaltou que, em 2006, um produtor de soja precisava de 28 sacas do produto para comprar uma tonelada de fertilizante. Em 2007, essa relação saltou para 35 sacas pela mesma tonelada de fertilizante. Ela frisou que os fertilizantes e defensivos agrícolas representam 55% do custo de produção. A senadora ainda citou o caso do sal mineral.

"Em janeiro de 2007, um saco de sal mineral de 30kg, para uso pecuário, custava R\$ 26. Em maio de 2008, o mesmo saco custa R\$ 46. Temos poucas jazidas de sal mineral no Brasil e com qualidade baixa. Marrocos tem as maiores, com potencial de 21 bilhões de toneladas. No Brasil temos um potencial de apenas 268 milhões de toneladas, com qualidade baixa", afirmou.

A senadora ainda sugeriu a isenção da tarifa de importação de 10% do sal e da taxa do Fundo da Marinha Mercante (5%) para baratear o custo de produção. Ela também defendeu a fabricação de fertilizantes genéricos, a exemplo do que já é feito com os remédios para uso humano, e a permissão para que a iniciativa privada invista na construção e melhoria dos portos marítimos.

"Ainda tem o custo-Brasil. Poderíamos produzir mais barato se o governo fizesse a sua parte. Enquanto o mundo inteiro está investindo em hidrovias e ferrovias, 80% do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está investindo em rodovias. Não se preocupem. Nós temos chão e tecnologia para plantar. Precisamos de infra-estrutura para exportar. Precisamos de regulação para proteger o consumidor", concluiu.

Alimentos pressionam, e Fipe prevê inflação maior – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/05/2008

Puxada por trigo, arroz, leite e carne bovina, inflação em SP pode atingir 5% no ano - Taxa também subirá com os aumentos dos remédios, dos preços administrados e o repasse do diesel aos transportes coletivos

O consumidor pode preparar o bolso para os próximos meses. A inflação, que parecia domada, está em processo de aceleração. As maiores pressões virão de alimentos, preços administrados, remédios e do repasse do aumento do óleo diesel para os transportes coletivos.

A alta da inflação no Brasil não deixa de ser, em parte, reflexo da elevação dos preços pelo mundo. É o que ocorre com trigo, arroz e petróleo. Parte dessa pressão, no entanto, vem de fatores internos, como maior consumo ou redução de oferta.

Essas pressões fizeram a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) rever a projeção de inflação deste ano para 4,5% -a previsão anterior era de 4,1%. Essa, no entanto, é uma taxa otimista, admite Marcio Nakane, coordenador do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Ele prevê elevação de 9% para os alimentos, mas não descarta taxa maior. Se os alimentos simplesmente seguirem a tendência atual de aumento acumulado em 12 meses, que é de 12%, a taxa de inflação supera os 5% neste ano na cidade de São Paulo.

Por motivos internos ou reflexos da forte aceleração das commodities no mercado externo, os alimentos já vêm chegando cada vez mais caros à mesa dos consumidores. Nos últimos 12 meses até abril, a Fipe registrou altas de 38,5% no leite em pó, de 26,9% no pão francês, de 21,3% no macarrão, de 27,1% na farinha de trigo, de 62,8% no óleo de soja, de 20,6% nas carnes bovinas e de 22,7% no leite tipo B. A inflação do período foi de 4,51%.

Os cereais também entram nessa lista. O feijão, após pressão acumulada de 143% nos últimos 12 meses, já mostra tendência de queda. O arroz, no entanto, sobe no campo, mesmo em plena safra.

A alta do arroz é reflexo da forte elevação dos preços no mercado externo. Bom para o produtor, que vinha perdendo renda nos últimos anos, mas ruim para o consumidor, que pagará mais pelo produto.

A pressão do arroz ainda não apareceu na inflação da Fipe, o que deve ocorrer nas próximas semanas. Do início de janeiro até esta semana, o produto teve aumento de 54% no campo.

Os consumidores devem receber nas próximas semanas também a pressão das carnes. A arroba do boi teve aumento de 15% no pasto neste ano. O frango, após despencar, teve recuperação de 36% nos últimos 40 dias (ave viva). Já a carne suína está em queda.

No mês passado, a inflação em São Paulo foi de 0,54%, taxa acima da prevista pelo mercado (0,45%). Já neste mês, a inflação deve ficar em 0,58%, segundo previsão da Fipe.

Monitorados - Nakane diz que a inflação terá um componente novo neste ano: os reajustes dos chamados preços monitorados. Após período de pouca pressão, devido à baixa variação dos IGPs (Índice Geral de Preços do Mercado e de Disponibilidade Interna), neste ano os preços administrados vão refletir as taxas mais elevadas desses índices.

Calculados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), os índices servem para reajustes de muitos contratos que dependem de aprovação de agências reguladoras, como os de energia elétrica.

O processo acelerado da inflação não deve se restringir apenas a este semestre, mas segue pelo próximo. Nakane prevê pressão de custos tanto para os alimentos como para os produtos industriais.

Os produtores agrícolas estão semeando a safra de inverno com forte pressão dos custos, principalmente dos fertilizantes, o que deve encarecer ainda mais os alimentos. Essa alta é repassada também para o setor de carnes, que utiliza os grãos na produção, principalmente milho e soja.

As indústrias também não ficarão imunes à elevação de custos, diz Nakane. Os reajustes de aço, plásticos e diesel vão forçar o aumento nos preços finais para os consumidores.

O economista da Fipe diz que a demanda está aquecida, mas que ainda não há um reflexo sobre os preços. Parte dessa pressão da demanda é eliminada pelas importações. Sobre a política do Banco Central, de elevar os juros para segurar os preços -na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), em abril, a taxa de juros subiu 0,5 ponto percentual, para 11,75% ao ano-, Nakane diz que o efeito dessas medidas só vai aparecer na taxa de inflação de 2009.

A miopia do debate sobre a inflação de alimentos - Marcos Fava Neves – Valor Econômico – Opinião - 07/05/2008

Nas últimas semanas, presenciamos várias discussões mundiais acerca da explosão dos preços dos alimentos, trazendo inflação e fome. É uma preocupação real na Europa (3,6%), China (8,3%), EUA (4,0%), Rússia (12,7%) e em outros mercados. Diversos estudos têm apontado apenas os biocombustíveis (a) como causa da alta nos preços, ignorando outros fatores, velhos conhecidos, como o crescimento da população mundial (b), enquanto outros são fenômenos recentes, como o desenvolvimento e a distribuição de renda (c) em países populosos; programas governamentais (d) de assistência e acesso a alimentos; o impacto da urbanização (e) e formação de megacidades, aumentando o consumo e mudando hábitos; os preços do petróleo (f), cujo barril subiu de US\$ 35 para US\$ 125 em 5 anos (aumento no custo de produção e dos transportes); a desvalorização do

dólar (g); escassez na produção devido à fatores climáticos e doenças (h) e movimentos de fundos de investimentos nas commodities (i). Qual é a porcentagem de responsabilidade de cada um desses nove fatores, que juntos trouxeram o problema da inflação? Se são apenas os biocombustíveis, por que preços de produtos não relacionados têm subido intensamente nos últimos anos (arroz, feijão, suco de laranja, por exemplo)?

Investimentos globais sustentáveis em biocombustíveis têm sido severamente prejudicados por opiniões equivocadas. Um economista bem informado declarou que "mesmo políticas para biocombustíveis aparentemente positivas, como a fabricação brasileira de etanol de cana-de-açúcar, aceleram o aquecimento global ao promover desmatamento", ignorando nossa geografia. Representante da ONU classificou biocombustíveis como "crime contra a humanidade" e o diretor geral do FMI considerou-os como "problema moral". Pesquisas sérias atestando experiências positivas em sustentabilidade dos biocombustíveis devem ser lidas e estudadas antes que se emitam opiniões. Periódicos internacionais publicam artigos negativos com metodologias obscuras e generalizam os resultados de forma perigosa. Biocombustíveis não podem ser colocados na mesma cesta, há grandes diferenças entre as diversas matérias primas. A sociedade mundial deve se perguntar quem está patrocinando esses "estudos" e por quais interesses. Um bom ponto de partida seria analisar quem perde margens com as mudanças. Como contribuição para o debate sobre inflação, uma agenda global de 10 pontos seria um caminho a ser percorrido, trazendo resultados à produção sustentável de alimentos e biocombustíveis.

Expandir horizontalmente a produção (1) em novas áreas, com sustentabilidade ambiental. A América do Sul usa apenas 25% de sua capacidade e este crescimento poderia ser a redenção da África. No Brasil, reconhecidas instituições atestam mais de 120 milhões de hectares a serem usados, em sua maioria tomando terras degradadas de pastagem e sem tocar em ecossistemas frágeis. Há também a expansão vertical (2) em terras que poderiam produzir mais caso fossem feitos investimentos em tecnologia. A quantidade de milho que um fazendeiro norte-americano pode produzir é duas ou mesmo três vezes maior que outros países.

Redução das tarifas de importação, outras barreiras importantes e protecionismo (3). Os preços de certos alimentos são artificialmente inflacionados. A carne bovina na União Européia chega a custar quatro ou cinco vezes mais que a de mesmíssima qualidade encontrada nas lojas do mesmo varejista europeu no Brasil ou na Argentina. Outras taxas e impostos internos sobre gêneros alimentícios poderiam ser reduzidos aliviando os preços. O novo patamar alcançado pelos preços agrícolas pode permitir que as agriculturas locais se tornem competitivas. Investimentos em logística (4) para que custos sejam reduzidos. Parte dos países produtores apresenta logística extremamente deficitária, como nosso caso. Os governos deveriam aumentar já investimentos nessa área e promover as mudanças institucionais necessárias para facilitar a privatização (para ontem) ou PPPs de portos, estradas, aeroportos, ferrovias e outros equipamentos para distribuição de alimentos. O grau de investimento trará muitas oportunidades de investimentos para privatização, desde que o governo remova suas travas ideológicas e administrativas.

São Paulo mostra ser possível avançar na produção de alimentos e biocombustíveis sem impacto nos preços

Redução dos custos de transação (5), via reformas institucionais, uma vez que cadeias internacionais de alimentos são mal coordenadas e apresentam redundâncias, mal uso de ativos, corrupção, oportunismo e ineficiências que são responsáveis por grande parte das perdas, aumento dos custos e presença de agentes que não adicionam valor à cadeia de alimentos. Uso das melhores fontes de biocombustíveis (6), de maneira totalmente sustentável. O Brasil produz etanol usando apenas 1% das terras aráveis e suprindo 50% do consumo de combustível, sem causar impacto nos alimentos. São Paulo mostra ser possível avançar na produção de alimentos e biocombustíveis. Produzir etanol a partir de milho não se mostra a melhor solução.

Investimentos em novas gerações de fertilizantes (7), de fontes alternativas, em plantas que absorvam maiores quantidades de energia do sol e em reciclagem de subprodutos como fonte de fertilizantes para mitigar os enormes riscos e custos destes no futuro. Pesquisa e investimentos em inovação (8) principalmente no desenvolvimento genético, novas sementes, para que soluções sejam levadas para a produção com sustentabilidade. Precisamos de mais contratos de fornecimento sustentáveis para produtores (9). Estímulos nos preços são o melhor incentivo para o crescimento da produção com tecnologia e inclusão. A concentração de agroindústrias e varejo retém margens que poderiam ser melhor distribuídas aos produtores rurais, estimulando o desenvolvimento. Finalmente, trabalhar a mudança do comportamento de consumo de alimentos e combustíveis (10). Alimentos são, por vezes, excessivamente consumidos em muitos países, levando à obesidade, uma grande preocupação da saúde. Também o investimento e o uso de transportes coletivos pela sociedade é fundamental e suas políticas de conscientização.

Minha contribuição neste artigo foi organizar nove efeitos causadores da inflação e propor 10 sugestões para este importante debate. Passamos por um momento crítico, um ponto de inflexão. Nós podemos retroceder, tentando aumentar o protecionismo, fomentar a auto-suficiência de regiões ineficientes, banir os biocombustíveis, criar taxas de exportações, ou mesmo ameaçar transformar companhias privadas em empresas públicas. Ou, então, a sociedade pode caminhar para frente; e eu realmente espero que os interesses globais nos permitam seguir uma agenda positiva, no trilho certo para a sustentabilidade, para o desenvolvimento dos países mais pobres, vencendo interesses escusos e pensamentos medievais.

Marcos Fava Neves é professor de Estratégia da FEA-USP de Ribeirão Preto (www.favaneves.org).

O artigo de ontem, do mesmo autor, é uma republicação do originalmente publicado em 27/12/2007.

Surpreendendo até as previsões mais pessimistas, o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) avançou 1,12% em abril, acumulando 10,24% em 12 meses — a maior taxa desde março de 2005 (10,90%). Desde aquele ano, o índice não atingia dois dígitos. O indicador mensal ficou bem acima da expectativa dos analistas registrada na última pesquisa Focus do Banco Central (BC), que previa 0,55%. Os resultados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicam que a inflação continua forte entre os alimentos, mas se alastra para outros segmentos. A principal pressão veio do atacado — arroz (27,78%), minério de ferro (13,48%) e adubos e fertilizantes (10,71%). Para analistas, o consumidor sentirá no bolso, em breve, as altas do atacado.

—As pressões inflacionárias se mostram mais fortes do que há um mês se poderia imaginar. O IGP de abril revela que a inflação não é apenas de alimentos. Embora a alta tenha se generalizado, não há disparada —disse Salomão Quadros, coordenador de análises econômicas da FGV.

O Índice de Preços por Atacado (IPA) passou de 0,80% em março para 1,3% em abril. Os produtos industrializados, que subiram 1,77%, foram os principais responsáveis. Entre as altas: carne bovina (1,72%), leite (4,29%) e arroz processado (17,37%). Itens não-alimentares também pressionaram.

Para Quadros, este ano o IGP deve ser mais instável e com taxas mais altas, acima de 10% nos próximos meses. O espalhamento da inflação, diz, dá mais motivos para o BC manter a trajetória de alta dos juros iniciada em abril, quando a Selic foi elevada para 11,75% ao ano.

— A forte demanda internacional explica a inflação de minerais e de arroz, que também sofre pressão por causa de safras ruins na Ásia. E a alta dos fertilizantes encarece a produção de alimentos — afirma Gean Barbosa, analista da Tendências.

Trigo é a maior ameaça aos preços

Como a demanda no mercado interno também está aquecida, a alta no atacado deve ser facilmente repassada para o varejo, acreditam Barbosa e Elson Teles, economista da Concórdia.

Os dois projetam mais três altas de meio ponto nos juros este ano.

— Agora, com o anúncio o IGP, fica mais difícil criticar o BC. Ele parece ter tomado a medida certa ao aumentar os juros — reconhece Teles.

Parte da alta do atacado já chegou ao varejo. No Prezunic, o arroz ficou 35% mais caro em maio. E, para Genival de Souza, diretor da rede, o preço está longe de ceder. No Zona Sul, o arroz encareceu 17,1% nos últimos 45 dias.

— As carnes, até outubro, podem encarecer 20%. A de segunda subiu 50% em 60 dias. E há outros artigos com perspectiva de alta, como macarrão, biscoitos e leite — disse Souza, destacando que os setores de arroz e feijão registraram queda de 10% nas vendas.

Na Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio, o fardo de arroz (30 kg), vendido há um mês de R\$ 36 a R\$ 38, foi negociado ontem de R\$ 52 a R\$ 60 — alta de quase 50%. Já o quilo de cortes dianteiros de carne bovina subiu de R\$ 3,20 no início do ano para R\$ 4,40 (37,5% a mais).

— A maior ameaça vem do trigo. Se o país não resolver a questão com a Argentina (que restringiu exportações), podemos ter, além de mais alta, falta de produtos — frisou o

presidente da Bolsa, José de Sousa, para quem o brasileiro sofrerá também devido ao reajuste de 8,8% no diesel e nos preços de adubos e fertilizantes.

A reação do consumidor é imediata, explica Aylton Fornari, presidente da Associação dos Supermercados do Estado do Rio (Asserj). Com preços mais altos, há mudanças nos hábitos.

— As pessoas trocam os artigos ou reduzem o consumo — diz Fornari, ressaltando que há perspectivas positivas, já que são fartas as safras brasileiras de grãos.

Maria Moreira Amaral e seu filho Evaldo já notaram o encarecimento dos preços: — Há algum tempo pagávamos R\$ 1,50 ou R\$ 1,60 pelo quilo de arroz de marca boa. Hoje, no mínimo R\$ 1,99. Lá em casa o feijão foi substituído. Todos os dias não dá — disse Evaldo.

Do chuchu ao feijãozinho – Luiz Carlos Mendonça de Barros – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008

TAMBÉM NA economia a história se repete como farsa. Vejamos a declaração recente do ministro Mantega de que a inflação no Brasil é a "inflação do feijãozinho". É a triste repetição da explicação dada, há 30 anos, pelo então ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, para justificar o aumento da inflação à época. A diferença fica por conta da independência do Banco Central atual contra a dependência que existia na época dos militares. Nos idos da década de 70 do século passado, a inflação do chuchu se transformou em poucos anos na hiperinflação que tanto custou aos brasileiros. Hoje, enquanto o BC for o mesmo, o risco de um desastre semelhante é pequeno.

Tenho refletido com frequência sobre o tema da inflação na economia brasileira do governo Lula. Mas, como em todo processo de entendimento de um fenômeno complexo como esse, o tempo é nosso parceiro na busca da sabedoria. Tenho hoje uma visão mais completa sobre as razões de os índices de preços mais recentes estarem surpreendendo o mercado.

O expressivo crescimento da demanda no Brasil não vinha criando uma dinâmica mais perversa no campo dos preços por conta do crescimento de nossas importações. Desde 2006, o nosso comércio exterior vinha representando um poderoso canal de aumento de oferta de bens industriais em nossos mercados. Com o real em contínua valorização e com uma deflação industrial importada principalmente da China, havia um bloqueio para o aumento dos preços desses produtos.

Mais recentemente teve início um processo de vazamento dessa demanda acelerada para setores de serviços e outros produtos não-comercializáveis. Chamei a atenção várias vezes para essa nova situação e alertei de que, se continuássemos nessa toada, a inflação mudaria de dinâmica. Alertei também para o fato de que o superaquecimento chegava ao mercado de trabalho e que o ritmo de aumento dos preços iria se acelerar.

Agora chamo a atenção do leitor da Folha para uma nova realidade que acontece no campo da inflação. O canal externo de oferta -importações- está se transformando em uma força inflacionária adicional. Essa mudança de sinal reflete uma alteração importante que

está ocorrendo na economia global. A inflação de uma cesta de produtos primários está afetando o mundo todo, chegando também à China e a outras economias da Ásia. Produtos intermediários importantes como fertilizantes, aço e resinas estão refletindo o aumento continuado dos preços das commodities. Em pouco tempo, esses preços mais elevados chegarão ao fim da cadeia produtiva, afetando os produtos finais. Os preços de máquinas e bens duráveis ainda permanecem surpreendentemente bem comportados, mas as pressões de custo são cada vez maiores e os riscos se avolumam.

Sem a proteção das importações nos estágios intermediários das cadeias de produção e com a dinâmica interna de consumo ainda refletindo o aquecimento do gasto público e privado, não pode causar surpresa o comportamento recente dos índices de inflação. Somente o analista menos avisado pode confundir a inflação de hoje com o preço do feijãozinho, como fez o ministro Mantega de forma inconseqüente.

A diferença entre a inflação do chuchu do ministro Simonsen e a do feijãozinho é que o Banco Central atual não entrou -nem entrará- nessa lengalenga. Ainda bem!

**LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS , 64, engenheiro e economista, é economista-chefe da Quest Investimentos. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações (governo FHC).*

China busca mais terra para elevar segurança alimentar – Jamil Anderlini – folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008

Proposta, que deve ser aprovada em breve, tende a sofrer oposição de outros países - Alimentos subiram 25% no 1º tri do ano no país, que, mais rico, troca arroz por carne, o que requer grande volume de ração importada

Plantação de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, nordeste do Estado de São Paulo, uma das terras mais caras do país

Empresas chinesas serão encorajadas a adquirir terras aráveis no exterior, especialmente na África e na América do Sul, a fim de ajudar a garantir a segurança alimentar da China, nos termos de um plano que está em estudos em Pequim. Uma proposta preparada pelo Ministério da Agricultura dá posição central na política do governo a um programa de apoio à aquisição de terras agrícolas no exterior por empresas agrícolas chinesas. Pequim já tem programas semelhantes para estimular o investimento de bancos estatais, indústrias e empresas petrolíferas, mas os investimentos agrícolas externos até agora se limitavam a alguns pequenos projetos.

Caso aprovado, o plano poderia enfrentar intensa oposição externa, devido à disparada nos preços mundiais dos alimentos e ao temor de desflorestamento. No entanto, um funcionário próximo às deliberações disse que a aprovação é provável. "Não deve haver

problema na aprovação desta política. O problema poderia vir de governos estrangeiros que estejam indispostos a abrir mão de grandes áreas de terra", disse o funcionário.

A medida surge no momento em que países ricos em petróleo, mas pobres em terras aráveis do Oriente Médio e da África do Norte, começam a explorar possibilidades semelhantes. A Líbia está negociando com a Ucrânia o cultivo de trigo na antiga república soviética, enquanto a Arábia Saudita anunciou que investiria em projetos de agricultura e pecuária no exterior a fim de garantir sua segurança alimentar e controlar os preços das commodities.

A China está perdendo sua auto-suficiência alimentar porque sua riqueza crescente vem gerando alteração na dieta básica do país, com a substituição de arroz pela carne, que requer grande volume de ração importada.

Segurança alimentar - A China abriga cerca de 40% dos agricultores do mundo mas só 9% das terras aráveis. Alguns estudiosos chineses argumentam que as empresas agrícolas nacionais devem se expandir no exterior, caso o país deseje garantir sua segurança alimentar e reduzir sua exposição às flutuações no mercado global.

"A China precisa sair porque temos recursos limitados em termos de terras", disse Jiang Wenlai, do Instituto de Ciências Agrícolas da China. "A solução seria vantajosa para as duas partes, porque aproveitaria ao máximo as vantagens de ambas".

No primeiro trimestre do ano, os preços dos alimentos subiram 25% na China, ante o mesmo período de 2007, o que representa a maior taxa de inflação agrícola desde o começo dos anos 1990, segundo o banco UBS.

A China continua a ser exportadora de commodities agrícolas, em termos líquidos, mas depende cada vez mais da importação de soja. E em breve se tornará importadora de milho.

O país importou 60% da soja consumida no ano passado, e o produto pode ser foco de apoio público a empresas que adquiram terras no exterior, na companhias de bananas, legumes e óleos vegetais, disse um funcionário que conhece a proposta do ministério. O governo já está conversando com o Brasil sobre a possível aquisição de terra para soja, de acordo com esse funcionário.

Alguns países considerariam especialmente problemático que Pequim apóie empresas chinesas para o uso de mão-de-obra chinesa em terras adquiridas ou arrendadas no exterior, uma prática comum entre as empresas chinesas que operam fora do país.

Arábia Saudita também visa Brasil, diz jornal – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008

O governo da Arábia Saudita também pretende estimular companhias locais a investirem em agricultura em países como Brasil, Tailândia e Índia, segundo o jornal "Gulf Times", do Qatar. O incentivo, segundo uma autoridade saudita que não teve a sua identidade revelada, faz parte de um programa para garantir o abastecimento de alimentos do país.

Sem dar mais detalhes, a autoridade afirmou que o governo deseja apoiar os investimentos no exterior em produtos como cereais, carne e vegetais.

No início da semana, o governo da Arábia Saudita aprovou um plano para aumentar os investimentos no exterior na produção de alimentos, pescado e gado, coordenando as ações dos setores estatal e privado. Na ocasião, não foram divulgados os países que receberiam esses investimentos.

A Arábia Saudita também pretende aumentar a importação de trigo, abandonando um programa criado há cerca de 30 anos para garantir a auto-suficiência do cereal, em uma tentativa de economizar a água do reino.

Chineses vêm ao Centro-Oeste para conhecer produção rural – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008

As viagens de representantes de grupos chineses, principalmente para o Brasil central, chamam cada vez mais a atenção de corretores de terras.

"Neste ano eles vieram para conhecer os sistemas produtivos", relata a agrônoma Jacqueline Dettmann Bierhals, analista do Instituto FNP (IFNP), que acompanha sistematicamente o mercado de propriedades rurais.

Bierhals ressalva que ainda não houve relatos de fechamentos de negócios por empresas chinesas.

"Pelo menos nas regiões consideradas mais importantes para a produção de grãos", como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, oeste baiano e o chamado Mapito -a área de cerrado dos Estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins.

O investimento estrangeiro tem sido um dos fatores de valorização da terra no Brasil, hoje em valores recordes.

O hectare no país deve superar atualmente os R\$ 3.998, média nacional registrada no primeiro bimestre deste ano, segundo apurou o IFNP.

Enquanto as compras chinesas não se concretizam, grupos argentinos e norte-americanos têm aquecido os negócios.

"O interesse é por grandes áreas. Há aquisições fechadas à vista. A simples procura de estrangeiros eleva os preços de oferta. Claro que nem todo negócio é concluído pela proposta inicial, mas esse não deixa de ser um fator de valorização da terra", diz Bierhals. Por enquanto, o Brasil tem espaço para oferecer aos chineses e a investidores de outros países. Não há legislação específica sobre a aquisição de terra por empresas estrangeiras. A tendência, porém, é que as restrições sejam ampliadas, dizem analistas. O tema chegou ao Congresso. O Senado tratou do assunto em audiência pública no começo do ano. O Brasil tem uma das maiores áreas agricultáveis do mundo, boa parte delas ainda não exploradas.

Da área total do país, 853 milhões de hectares, o IFNP calcula que 471 milhões sejam ocupados atualmente por cidades e áreas de preservação (florestas e mananciais), além de reservas indígenas.

A agropecuária brasileira aproveita 278 milhões de hectares, sendo 199 milhões para as pastagens e 79 milhões para a agricultura -incluídas as lavouras anuais (com destaque para grãos) e as perenes (como café e fruticultura).

O país tem 104 milhões de hectares agricultáveis, principalmente em áreas do cerrado, para serem abertos sem necessidade de avançar sobre as florestas, diz Bierhals, em referência à Amazônia.

Especialistas da Embrapa estimam que 80% das pastagens cultivadas no Brasil central estejam degradadas. Recuperados, esses solos também podem servir para a agricultura.

Preço de alimento vai cair com safra recorde de grãos, diz Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008

No dia em que a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgaram novas estimativas de produção, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o preço de alguns alimentos tende a cair com a safra recorde de grãos.

"Estamos acompanhando a economia tranquilos, com estabilidade. O momento é bom. Tem uma inflação de alimento que, sabemos, está detectada. Nós vamos ter agora uma safra recorde outra vez de grãos, ou seja, nós vamos sair para 142 milhões de toneladas. Isso tende a baixar [o preço de] alguns produtos", afirmou Lula. O oitavo levantamento da safra realizado pela Conab apontou crescimento de 7,9% na colheita de grãos neste ano para 142,1 milhões de toneladas.

O levantamento assinalou um aumento de 6% na produção de feijão e de 4,8% na de arroz, mesmo com redução da área destinada ao plantio.

Entre os grãos, o maior aumento de produção ficou por conta do trigo, com variação de 71,2% em relação à safra anterior. Em seguida, veio o milho, com 12,7% de crescimento.

A soja continuará sendo a principal commodity plantada no Brasil, com 59,5 milhões de toneladas. Logo em seguida, a safra do milho, com 57,88 milhões de toneladas. Os números do IBGE ficaram bem próximos dos da Conab: produção de 142,6 milhões de toneladas de grãos, 7,2% mais do que a temporada anterior.

O levantamento do IBGE mostra que as colheitas da soja e do arroz estão praticamente concluídas. O clima tem favorecido o desenvolvimento do feijão e do milho de segunda safra, a exemplo do plantio das culturas de inverno, como o trigo.

Café - Em levantamento específico, a Conab também apurou crescimento de 35% na safra de café, que deve chegar a 45,54 milhões de sacas de 60 quilos.

O número significa a segunda maior safra desta década, abaixo dos 48,48 milhões de sacas de 2002/03. O aumento expressivo na safra atual é explicado pelo comportamento bienal da lavoura de café, que alterna um ano de produção considerada alta e outro de baixa.

Banco Mundial: crise de alimentos vai até 2015 - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 09/05/2008

Lula quer plano de estímulo à produção em 30 dias e convoca reunião com ministros. Idéia é reduzir impacto da inflação

BRASÍLIA, CIDADE DO MÉXICO e RIO. O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, afirmou na noite de quarta-feira, em visita ao México, que a crise dos alimentos vai continuar até 2015, ainda que a oferta de grãos seja ampliada no próximo ano. Preocupado com a alta dos preços, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer que o plano para incrementar a safra 2008/09 no Brasil esteja pronto em 30 dias. Para isso, convocou uma reunião com os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e da Fazenda, Guido Mantega, com o objetivo de discutir alternativas de incentivo à produção.

O encontro será em dez dias e visa a garantir o abastecimento e minimizar o impacto dos reajustes na inflação.

— Mesmo que (com o aumento da oferta de grãos) os preços sejam reduzidos um pouco entre 2009 e 2010, sentimos que eles vão se manter altos até 2015 — disse Zoellick, que considerou ser urgente que os países alterem suas políticas agrícolas e busquem uma nova geração de biocombustíveis feitos a partir da celulose, e não de grãos.

É o que o Brasil planeja fazer.

O pacote de estímulos à produção nacional que será conhecido em junho tem como pontos fortes a elevação dos preços mínimos de garantia, mais recursos para o custeio e reforço do seguro rural, medidas semelhantes às adotadas para permitir o aumento de 25% da produção de trigo, a partir de julho.

O governo liberou R\$ 1,5 bilhão para o custeio da safra, reajustou o preço mínimo do produto de R\$ 400 para R\$ 480 e instituiu, pela primeira vez, seguro agrícola subsidiado.

— Nós estamos sob impacto da demanda mundial, mas de qualquer forma o Brasil é o país que mais está contribuindo para diminuir esse impacto, porque é o país que mais cresce na produção e exportação de alimentos — afirmou Stephanes, ao anunciar a previsão revisada da safra de grãos 2007/08, de 142 milhões de toneladas.

O ministro admitiu que os reflexos das altas dos preços nos alimentos na inflação “preocupam o governo” e chamou de “sensíveis” o arroz, o feijão e o milho. Ele defendeu a liberação da importação de milho transgênico para o Nordeste.

A nova estimativa de safra divulgada ontem pelo IBGE representa um crescimento de 7,2% em relação à safra anterior, um recorde no país, e avanço de 1,5% em relação à previsão feita em março, de 140,5 milhões de toneladas.

A mudança nas projeções foi influenciada pelas previsões da safra de trigo e da segunda safra de milho, que deverão crescer 12,4% e 15,7%. A área plantada deverá atingir cerca de 48,3 milhões de hectares em 2008, 3,2% mais que na safra anterior.

O peso dos alimentos no bolso do consumidor já se faz sentir em maio. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) acelerou no começo do mês. A alta foi de 0,83%, contra avanço de 0,72% no mês de abril. Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), 70% da taxa se devem ao aumento dos alimentos.

Produção agrícola deve crescer 5% - Eliane Oliveira, Geralda Doca e Martha Beck – O Globo – Economia – 09/05/2008

Governo prevê expansão do plantio em 1,5%, estimulada por preços altos

BRASÍLIA. A disparada dos preços dos alimentos no Brasil e no mundo já leva governo, analistas e setor produtivo a preverem aumento da área plantada e da produção na safra 2008/2009. Poderá haver até 11,26 milhões de toneladas de alimentos a mais em um ano, o equivalente a todo o trigo ou a todo o arroz colhido no país.

Isso graças à perspectiva de ganhos maiores para os agricultores, diante de uma alta, em 12 meses, de mais de 100% nas cotações de commodities. No mínimo, previu ontem o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o total produzido crescerá 5% — 7,1 milhões de toneladas — e a área plantada, 1,5% — 704 mil hectares.

Analistas e produtores, porém, estão mais otimistas. Fábio Silveira, da RC Consultores, prevê crescimento de pelo menos 5% da área de plantio e de 8% na safra. Se confirmada essa estimativa — à qual faz coro Mauro Osaki, pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da USP —, a produção anual, revisada ontem para 142,12 milhões de toneladas, subirá a 153,4 milhões.

— E o preço será o maior motor — explicou Silveira.

Já Osaki espera ampliação da área plantada em quatro milhões de hectares. Isso corresponde a cerca de 8% do total plantado este ano de arroz, algodão, milho, soja, trigo e feijão.

— Mesmo havendo pouco espaço, os produtores encontrarão uma forma — afirmou. Conab diz que produção dependerá também do clima. Levantamento feito pelo GLOBO junto aos segmentos de arroz, feijão, trigo e milho mostra que a valorização das

commodities no exterior será um motivador. Mas todos contam com a estabilidade e a previsibilidade do clima para que a produção não seja prejudicada.

— A produção depende de uma variável importante, que é o clima — disse o gerente de Safras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Eledon Oliveira.

O presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Ivo Arnt, disse que a área plantada de milho no estado deve crescer de 5% a 8% na próxima safra. Segundo ele, o empecilho são os custos de produção, inclusive fertilizantes, que subiram 70% na última safra.

Também espera-se aumento da safra do feijão. Irmo Casavechia, presidente do Sindicato Rural de Unai (MG), lembra que, em 2006, a saca era vendida entre R\$ 35 e R\$ 50, tendo atingido R\$ 200 no fim de 2007. Este ano, está entre R\$ 70 e R\$ 90.

Via Campesina analisa elevação do preço dos alimentos – Sítio Eletrônico do MST – 09/05/2008

A Via Campesina Internacional, uma coalizão mundial de movimentos de camponeses, pequenos e médios agricultores, trabalhadores rurais sem-terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas, organizada na América, África, Ásia e Europa, apresenta em "Uma resposta à crise global dos alimentos" uma análise sobre o aumento do preço dos alimentos e uma proposta para garantir a sustentação dos pequenos produtores e baixos preços para os consumidores nas cidades.

No Brasil, diversos movimentos fazem parte da Via Campesina, como MST, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimentos de Mulheres Camponesas), CPT (Comissão Pastoral da Terra), organizações de quilombolas e indígenas.

"A especulação, freqüentemente apagada nos debates públicos, é uma das causas principais da atual crise dos alimentos. A produção permanece num nível elevado, mas os especuladores apostam na escassez esperada e aumentam artificialmente os preços", afirma a entidade na nota.

A entidade propõe uma moratória imediata sobre os agrocombustíveis e políticas que limitem o poder das companhias transnacionais para proteger os camponeses e consumidores das flutuações dos preços do mercado internacional. Defende também a Reforma Agrária para permitir aos trabalhadores rurais que produzam alimentos.

"Estamos convencidos que os camponeses e pequenos agricultores podem alimentar o mundo. Por isso, devem ser considerados como elementos chaves para a solução da crise. Com suficiente vontade política e a aplicação de políticas adequadas, os camponeses e pequenos agricultores poderiam produzir facilmente alimento suficiente por um preço razoável"

Leia abaixo a nota da Via Campesina Internacional sobre o aumento do preço dos alimentos.

NOTA

Uma resposta à crise global dos alimentos

Os preços dos cereais no mercado mundial estão subindo. O preço do trigo aumentou 150% no período de março de 2007 a março deste ano. O preço do arroz cresceu

quase 17% em 2007 e 30% até março de 2008. O preço do milho subiu 35% entre março do ano passado a março de 2008. Nos países que dependem muito da importação de alimentos, alguns preços subiram dramaticamente.

As famílias pobres vêem que sobem os gastos com alimentos e que não podem fazer frente aos custos para comprar o mínimo necessário. Em muitos países, os preços dos cereais dobraram ou triplicaram durante o ano passado. Os governos desses países estão sob pressão para tornar a comida acessível, a um preço razoável. O governo do Haiti já se defrontou com esse tema. Em numerosos países -por exemplo, Camarões, Egito, Filipinas, etc – acontecem fortes protestos.

Conseqüência da liberalização da agricultura - Alguns analistas têm culpado exclusivamente os agrocombustíveis, a crescente demanda mundial e o aquecimento global pela atual crise alimentar. Na realidade, a crise também é resultante de muitos anos de políticas destrutivas que enfraqueceram a produção nacional de alimentos e obrigaram os camponeses a produzir cultivos comerciais para companhias multinacionais e a comprar seus alimentos das mesmas multinacionais no mercado mundial.

Nas últimas três décadas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, posteriormente, a Organização Mundial do Comércio (OMC), forçaram os países a diminuir seus investimentos na produção alimentar e seu apoio aos camponeses e pequenos agricultores, que são os produtores fundamentais para a produção de alimentos do mundo.

Os organismos internacionais demonstram falta de interesse na produção de alimentos. A cooperação ao desenvolvimento dos países industrializados rumo aos países em vias de desenvolvimento ascendeu de US\$ 20 bilhões (1980) a US\$ 100 bilhões (2007). A contribuição para a agricultura, no entanto, diminuiu de US\$ 17 bilhões a US\$ 3 bilhões (2007). A maior parte dos fundos provavelmente não se destinou à produção de alimentos baseada nos camponeses.

Sob as políticas neoliberais, os fundos de reserva administrados pelo Estado foram considerados caros demais e os governos reduziram e privatizaram. Por exemplo, a Bulog, a companhia estatal de Indonésia, que foi criada para regular os fundos de reserva, foi privatizada em 1998 sob as políticas do FMI. Sob a pressão da OMC, os instrumentos estatais foram desmantelados pelo mercado, porque se considera que vão contra o princípio do “livre” comércio.

Os tratados da OMC forçaram os países a “liberalizar” seus mercados agrícolas. Foram reduzidas taxas de importação (o qual foi uma perda importante de ingresso para os países importadores!) e se aceitou importações de pelo menos 5% de seu consumo interno, inclusive ainda que sem necessidade. Ao mesmo tempo, as transnacionais continuam fazendo dumping com os excedentes em seus mercados, utilizando todas as formas de subsídios diretos e indiretos à exportação.

Além do mais, os governos nacionais não conseguiram estabilizar seus mercados e proteger os agricultores e consumidores das flutuações repentinas dos preços.

Destruição da capacidade de alimentação dos países - Depois de 14 anos do Nafta (Acordo de Livre-Comércio da América do Norte, na sigla em inglês), o México passou por uma grande crise, chamada com frequência de “crise da tortilha”.

O México era um país exportador e passou a ser dependente da importação de milho dos Estados Unidos. Atualmente, importa 30% de seu consumo de milho. Atualmente, as crescentes quantidades de milho dos Estados Unidos foram subitamente destinadas à produção de agrocombustíveis. As quantidades disponíveis para os mercados mexicanos diminuíram, provocando um aumento de preços.

Em 1992, os agricultores de Indonésia produziram soja suficiente para prover o mercado doméstico. O tofu feito com soja e o 'tempeh' são parte importante da dieta diária em todo o arquipélago. Seguindo a doutrina neoliberal, o país abriu suas fronteiras aos alimentos importados, permitindo que a soja barata dos Estados Unidos inundasse o mercado. Isso destruiu a produção nacional e 60% da soja que se consome na Indonésia é importada. Os preços recordes da soja dos Estados Unidos, no mês janeiro, conduziram a uma crise nacional, quando o preço do 'tempeh' e o tofu (a "carne dos pobres") dobrou em poucas semanas.

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), o déficit alimentar no oeste da África aumentou 81% no período de 1995-2004. Nesse tempo, a importação de cereais aumentou 102%; o de açúcar 83%; os produtos lácteos 152%; e as aves 500%.

De acordo com o FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura), no entanto, essa região tem potencial de produzir alimentos suficientes. Por todo o mundo, mesmo com o aumento da vulnerabilidade dos países, a liberalização avança: a União Europeia está forçando os países da ACP (África, Caraíbas e Pacífico) ao chamado acordo de colaboração econômica para liberalizar o setor agrícola com efeitos adversos previsíveis para a produção alimentar.

Boom dos agrocombustíveis - A emergência dos agrocombustíveis é outra das causas do aumento dos preços dos alimentos. Durante os últimos anos, as transnacionais e os poderes econômicos mundiais como Estados Unidos e União Europeia desenvolveram rapidamente a produção de agrocombustíveis. Subsídios e investimentos massivos estão dirigindo-se rumo a este setor em auge. O resultado é que as terras estão passando em pouco tempo massivamente da produção da comida à produção de agrocombustíveis.

Uma parte importante do milho de Estados Unidos "desapareceu" repentinamente, comprada para a produção de etanol. Esta explosão incontrolada do setor dos agrocombustíveis causou um grande impacto nos já instáveis mercados internacionais da agricultura.

No Egito, os preços dos alimentos, incluindo o pão subvencionado, subiram cerca de 30% no ano passado. Nas Filipinas, o governo está fixando em 1,2 milhões de hectares para a produção de jatropha na ilha do sul de Mindanao, por causa da Companhia Nacional do Petróleo de Filipinas, a corporação de combustíveis alternativos.

O país está também identificando mais de 400.000 hectares de terra para investimentos do setor privado. Jaropha curcas é um arbusto não comestível resistente à seca. Produz frutos do tamanho de bolas de golfe, que contém um azeite que pode se converter em agrocombustível. Esperam-se impactos sobre a segurança alimentar local.

Especulação e escassez - A especulação, frequentemente apagada nos debates públicos, é uma das causas principais da atual crise dos alimentos. A produção permanece num nível elevado, mas os especuladores apostam na escassez esperada e aumentam artificialmente os preços.

A produção mundial de grãos em 2007/2008 está estimada em 2108 milhões de toneladas (um aumento de 4,7% comparado à produção da safra anterior). Isso supera bastante a média de crescimento de 2% na década passada.

O consumo médio de cereais para a alimentação aumentou cerca de 1% anual e alcançará 1009 milhões de toneladas em 2007/2008. O uso de pastagem aumentou 2% até 756 milhões de toneladas. O uso para outros fins será de aproximadamente 364 milhões de

toneladas. Uma parte importante dessa quantidade é de milho (95 milhões de toneladas), e sua maior parte se destina a agrocombustíveis.

Espera-se que Estados Unidos utilize 81 milhões de toneladas de milho pra etanol, 37% mais do que em 2007/2008. Calcula-se que as reservas mundiais do cereal diminuam 21 milhões de toneladas (5%) até chegar a 405 milhões de toneladas no final da temporada de 2008. As reservas foram descendo durante muitos anos. Agora as reservas atingiram seu nível mais baixo em 25 anos.

Ainda que é certo que, durante alguns anos, a demanda aumente um pouco, comparada com a produção. Uma política nacional e internacional equilibrada, dirigida à produção alimentar de cada país, pode facilmente corrigir a situação e assegurar preços estáveis para os camponeses e consumidores.

As transnacionais e analistas convencionais prevêm que a terra se utilizará cada vez mais para agrocombustíveis (milho, mas também óleo de palma, semente de colza, cana-de-açúcar). Prevêm que a classe média ascendente da Ásia começará a comprar carne, o que aumentará a demanda de cereais.

Além do mais, esperam efeitos climáticos negativos para a produção alimentar, como as secas e inundações severas. Enquanto isso, as transnacionais obtêm agressivamente enormes áreas de terras agrícolas em torno das cidades, com fins especulativos, expulsando aos camponeses. Na Índia, se estabeleceram mais de 700 “novas zonas econômicas”, expulsando de suas terras aos agricultores.

Manipulação dos mercados - Os vendedores mantêm suas reservas afastadas do mercado para estimular as altas de preço no mercado nacional, criando enormes benefícios. Na Indonésia, justamente durante a alta de preços da soja, em janeiro de 2008, a companhia Cargill Indonésia conservava ainda 13.000 toneladas de soja em seus armazéns de Surabaya, esperando que os preços alcançassem um recorde.

Em muitos países, os grandes supermercados estão a ponto de obter o monopólio do poder e aumentam os preços muito mais do que o justificado pela alta de preço dos produtos agrícolas. Por exemplo, na França, o preço de certos iogurtes teve um acréscimo de 40%, ainda que o custo do leite supõe somente um terço do preço total. Uma alta substancial dos preços do leite para os agricultores nunca poderia causar tal aumento de preço dos iogurtes.

Na Alemanha, os agricultores viram como os preços que lhes é pago na granja pelo leite descenderam de 20% a 30%, levando-os à quebra. Isso se deve a que os supermercados utilizam produtos láteos baratos como instrumentos de marketing para atrair os consumidores.

A especulação financeira internacional está jogando um papel muito importante no aumento dos preços dos alimentos, desde o verão de 2007. Com a crise financeira dos Estados Unidos, os especuladores começaram a trocar os produtos financeiros por matérias-primas, incluindo os produtos agrícolas. Isso afeta diretamente os preços no mercado doméstico, pois em muitos países dependem cada vez mais da importação de alimentos.

Isso está ocorrendo enquanto ainda há comida suficiente no mundo para alimentar a população global. Segundo a FAO, o mundo poderia ainda alimentar até 12 bilhões de pessoas no futuro.

Lições da crise - A instabilidade do mercado alimentar é uma das características dos mercados agrícolas. Como a produção é de temporada e variável, o seu aumento não é diagnosticado muito rapidamente, pois os cultivos necessitam de tempo para crescer.

Ao mesmo tempo, o consumo não aumenta muito ainda, que haja mais comida disponível. As pequenas diferenças de demanda, as incertezas relativas às colheitas futuras e à especulação nos mercados alimentares se devem, sobretudo, à falta de regulação, à falta de controle sobre os grandes agentes e à falta de da necessária intervenção estatal em nível internacional e nacional para estabilizar os mercados. Os mercados desregulados são uma parte crucial do problema!

Camponeses não se beneficiam da alta de preços - Enquanto os especuladores e comércio de grande escala se beneficiam da crise atual, a maioria dos camponeses e agricultores não se beneficiam dos preços altos. Eles cultivam os alimentos, mas a colheita freqüentemente é tirada das suas mãos. Já está vendida àqueles que emprestam o dinheiro, à companhia de insumos agrícolas ou diretamente ao comerciante ou à unidade de processamento.

Ainda que os preços que se pagam aos camponeses tenham subido para alguns cereais, esse aumento é muito pouco, em comparação com os acréscimos no mercado mundial e aos aumentos que se impôs aos consumidores.

Se os alimentos do mercado vêm dos produtores dos países, freqüentemente os benefícios da alta de preços ficam com as companhias e outros intermediários, que compram os produtos dos camponeses e os vendem a um preço elevado.

Se os produtos vêm do mercado internacional, isso é ainda mais claro, porque as companhias multinacionais controlam esse mercado, definindo os preços de compra dos produtos no país de origem e a que preço se vende para os importadores.

Ainda que em certos casos os preços subam para os produtores, a maior parte dessa alta beneficia outros. Com o aumento dos custos de produção, no setor dos laticínios e da carne, os camponeses vêm inclusive como seus preços baixam enquanto o preço aos consumidores dispara.

Apesar de alguns aumentos moderados dos preços nas granjas, os pecuaristas estão em crise por causa do aumento dos preços da pastagem, e os produtores de cereais se confrontam com grandes aumentos nos preços de fertilizantes que dependem do petróleo.

Os agricultores vendem a sua produção a um preço extremamente baixo, comparado com o que pagam os consumidores. Na Europa, a Coordenadora de Organizações de Agricultores e Pecuaristas (COAG – em espanhol), de Espanha, calculou que os consumidores espanhóis pagam até 600% mais do que obtém o produtor pela sua produção. Números similares também existem entre outros países, onde os preços do consumo se definem principalmente pelos custos de processamento, transporte e venda ao público.

Vítimas do processo - Os trabalhadores da agricultura, assim como muitas pessoas das áreas rurais, também têm que comprar comida, pois não tem acesso a terras nas quais produzem. Como resultado, a crise atual os prejudica severamente.

Alguns camponeses têm terra, mas se vêm obrigados a produzir cultivos comerciais, em vez de alimentos. O incremento do preço do óleo comestível na Indonésia, desde 2007, não beneficiou os camponeses de azeite de palma. Eles só receberam um pequeno incremento do preço da parte dos grandes compradores e não entendem porque as pessoas na rua e consumidores sofrem com preços tão altos para o óleo comestível. Muito deles estão trabalhando sob contratos com grandes companhias de negócios agrícolas que processam, refinam e vendem o produto.

Um pequeno número de grandes companhias agrícolas aumentou os preços domésticos, seguindo a alta internacional dos preços. O modelo de contrato agrícola faz com que os agricultores não possam produzir comida para as suas famílias, pois estão

obrigados a produzir monocultivos comerciais, como cana-de-açúcar, o óleo de palma, o café, o chá e o cacau.

Isso significa que, apesar dos camponeses receberem um pequeno aumento para o seu cultivo comercial, tem que pagar muito mais cara a comida no mercado. Portanto, a alta de preços da comida causa também maior empobrecimento nas suas famílias.

Consumidores urbanos - As políticas de liberalização das últimas décadas expulsaram milhões de pessoas do campo para as áreas urbanas, onde a maioria deles acabam em bairros pobres, com uma vida muito precária e forçados a vender sua força de trabalho muito barata e comprar comida e outros bens a um preço muito elevado.

Os pobres das cidades são as primeiras vítimas da crise atual, pois não possuem meios para produzir o seu próprio alimento. Seu número aumentou dramaticamente e tem que gastar uma grande parte de sua renda em comida. A FAO aponta que, nos países em vias de desenvolvimento, a comida representa até de 60% a 80% dos gastos dos consumidores (incluindo camponeses sem-terra e trabalhadores do campo).

As companhias exploram impiedosamente a situação atual, aceitam que um crescente número de pessoas passe fome porque não têm dinheiro para comprar a comida disponível. Os governos se vêm forçados a importar alimentos caros para chegar à demanda dos consumidores e não dispõem dos meios para apoiar aos consumidores mais pobres.

Livre comércio não é solução - Algumas instituições como o Banco Mundial e o FMI, assim como alguns governos, estão defendendo maiores investimentos na agricultura por aumentar a ajuda alimentar para os países pobres importadores de alimentos e liberalizar mais os mercados para que os países possam melhorar os seu orçamento com a exportação.

Muitos argumentam que necessitamos modelos de produção mais intensivos, o qual significa para mais insumos industriais na agricultura, incluindo a introdução de transgênicos e o uso de mais energia fóssil.

Para isso, continuam promovendo maior acesso para as transnacionais na Rodada de Doha e condicionam o apoio financeiro extra a critérios políticos, para aumentar a dependência desses países. Nada dizem a respeito da necessidade de uma maior regulação e estabilização do mercado.

E chegará a ajuda que tem que ir para a produção agrícola baseada nos camponeses? Eles irão aos países importadores oferecendo uma “ajuda” financeira, investirão mais na produção alimentar comercial e seguirão impondo a mesma receita de não regulamentação e privatização.

Nas negociações da OMC, os preços altos são usados para fazer com que os governos aceitem futuros cortes de tarifas e uma maior liberalização dos mercados agrícolas. Isso criará a suma crise, quando as flutuações dos preços partirem em outra direção.

Saída para a crise - Para corrigir a crise atual, a Via Campesina acredita que os países deveriam dar prioridade nos seus orçamentos para ajudar os consumidores mais pobres para que possam ter acesso a suficiente comida. Enquanto isso, deveriam dar maior importância à produção doméstica de alimentos para deixar de ser tão dependentes do mercado mundial.

Necessitamos de uma produção de alimentos mais intensiva, com relação ao trabalho e ao uso sustentável dos recursos naturais. Sistemas de produção diferentes tem que ser desenvolvidos, que não estejam focalizados exclusivamente nos cultivos principais

como milho, soja, arroz e trigo, que devem estar integrados aos alimentos locais que foram esquecidos desde a Revolução Verde.

As famílias de pequenos agricultores podem produzir uma grande variedade de alimentos que garantam uma dieta equilibrada e alguns excedentes para os mercados. É uma proteção contra a fome!

Os preços do mercado interno devem se estabilizar num nível razoável para camponeses e consumidores. Dessa forma, os camponeses poderão receber preços que cubram os custos de produção e assegurem uma renda digna e, para os consumidores, ficariam protegidos da alta dos preços.

É necessário potencializar a venda direta dos camponeses e pequenos agricultores aos consumidores. O senhor Jacques Diouf, secretário-geral da FAO, afirmou que os países em vias de desenvolvimento devem chegar à auto-suficiência alimentar.

Em cada país, tem que ser estabelecido um sistema de intervenção que possa estabilizar os preços do mercado. Para consegui-lo, os controles à importação, com taxas e cotas são necessários a fim de regular a produção interna do país.

É necessário estabelecer uma reserva de segurança estatal com o objetivo de estabilizar o mercado interno: em tempos de excedentes, o cereal pode ser recolhido do mercado para construir este fundo de reserva, que seria utilizado em casos de falta de cereais.

Portanto, a terra deveria ser distribuída de forma igualitária às pessoas sem-terra e às famílias dos/as camponeses, por meio de uma genuína Reforma Agrária, que deve incluir o controle e o acesso à água, às sementes, créditos e tecnologia apropriada. Deve-se permitir às pessoas produzir novamente o seu próprio alimento e o sustento para as suas próprias comunidades.

Tem que se impedir que arrebatem e expropiem terras e que se expandam as áreas dedicadas aos grandes empreendimentos do agronegócio. São necessárias medidas imediatas para apoiar os pequenos agricultores e camponeses e aumentar a sua produção agroecológica de alimentos.

Os governos nacionais não devem repetir o erro de promover que grandes companhias agrícolas invistam em unidades de produção massiva de alimentos. Segundo a FAO, os países da antiga URSS planejam abrir as suas terras para as companhias de agronegócio para produzir comida na terra que atualmente não é cultivada. Isso pode se converter num outro erro caso se apresente como uma saída à crise dos alimentos.

Regulação dos mercados - Em nível internacional, é necessário tomar medidas para a estabilização. Devem ser estabelecidas reservas de segurança internacional assim como mecanismos de intervenção para estabilizar os preços num nível razoável nos mercados internacionais. Os países exportadores devem aceitar as normas internacionais que controlam as quantidades que podem levar ao mercado.

Os países devem ter a liberdade de controlar as importações para poder proteger a produção nacional de alimentos. A produção de cereais para agrocombustíveis é inaceitável e deve ser detida, pois concorre com a produção de alimentos.

Como primeiro passo, pedimos uma moratória imediata sobre os agrocombustíveis, como propôs o antigo enviado especial da ONU, Jean Ziegler, com relação do Direito aos Alimentos.

A influência das companhias transnacionais deve ser limitada e o comércio de cada país deveria satisfazer o máximo possível da demanda interna. Este é o único modo de

proteger os camponeses e consumidores das flutuações repentinas dos preços do mercado internacional.

Um possível acordo na Rodada de Doha significará outro impacto para a produção de alimentos baseada nos camponeses e, portanto, qualquer acordo tem que ser rejeitado.

Produtores de alimentos - Na Via Campesina, estamos convencidos que os camponeses e pequenos agricultores podem alimentar o mundo. Por isso, devem ser considerados como elementos-chaves para a solução da crise. Com suficiente vontade política e a aplicação de políticas adequadas, os camponeses e pequenos agricultores poderiam produzir facilmente alimento suficiente por um preço razoável. A atual situação demonstra que mudanças são necessárias! Chegou o momento da soberania alimentar.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL

Preço dos alimentos em alta até 2015, diz Zoellick – Valor Econômico – Internacional - 09/05/2008

O presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, disse que a crise mundial dos alimentos permanecerá até 2015, com altas nos preços dos alimentos, em especial os grãos. "Os níveis dos preços em 2015 serão mais altos do que em 2004, devido ao crescimento da demanda dos países em desenvolvimento", disse Zoellick, que faz visita ao México. Ele descartou que os preços dos alimentos possam recuperar os níveis de 2004.

O presidente do Bird afirmou que se espera "que haja uma resposta por parte da oferta para que os preços reduzam um pouco entre 2009 e 2010; mas que em termos gerais a previsão é de que eles continuarão elevados até 2015".

Zoellick considerou urgente que todos os países modifiquem suas políticas de produção alimentícia a fim de garantir a provisão dos grãos básicos às populações. Para ele, uma saída é que "haja uma resposta da oferta para baixar os preços". "Esperamos um aumento da oferta de alimentos que permita frear os preços entre 2009 e 2010", disse.

Ele acrescentou que atualmente existe um debate sobre o uso de grãos e produtos agrícolas, como o milho nos EUA e a cana-de-açúcar no Brasil, para promover a produção de biocombustíveis sem afetar os preços dos alimentos.

Explicou que os mercados internacionais detectaram os riscos que implicam os aumentos dos preços internacionais de grãos, mas as autoridades e os governos tomaram medidas para impulsionar a produção agropecuária, em particular nas zonas mais atrasadas.

O Bird pediu a todos os países-membros que contribuam para um fundo de emergência de US\$ 750 milhões, para apoiar as nações com problemas de abastecimento alimentício. Zoellick disse esperara que os países não adotem medidas que afetem a produção agrícola, como controles de preços.

Uma série de países passa por altas inflacionárias provocadas pela escalada dos preços dos alimentos, o que tem levado a picos de tensão social. No México, por exemplo, consumidores foram às ruas meses atrás para protestar contra o preço do milho. Ontem o país anunciou a inflação do mês de abril foi de 0,23% em relação a março - o resultado mais alto em dois anos.

Alimento caro perde lugar para produto mais barato – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/05/2008

Para economista, alta de preços se converte também em retração de consumo - itens considerados mais sofisticados, como certos derivados de leite, agora freqüentam menos a mesa das famílias brasileiras

O mundo vive um "surto inflacionário" decorrente da forte alta de alimentos básicos, e o brasileiro sente os reflexos na mesa. É intensa a substituição de itens mais caros por outros mais baratos, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

Nos últimos 16 meses, período no qual se acelerou com força, a inflação do grupo alimentação subiu 15,63%, segundo o IPCA. Em 2007, a alta chegou a 10,79%. Neste ano (janeiro a abril), bateu em 4,37% -variação que supera, em apenas quatro meses, as taxas anuais de 2005 (1,99%) e 2006 (1,22%).

Contra a alta de preços, o governo traçou políticas de estímulo à produção de trigo, feijão, arroz e milho com leilões, fixação de preços mínimos e financiamento estatal às lavouras, relatou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A preocupação reside em que os reajustes se concentram neste ano em itens de primeira necessidade, como pão francês (alta de 13,99% de janeiro a abril), óleo de soja (29,46%), feijão-preto (44,99%), macarrão (6,70%), ovos (10,84%). O arroz, por exemplo, teve alta de 5,01% neste ano.

Comer fora ficou mais caro: 4,89%. Foi o que mais pesou no IPCA do ano -0,19 ponto percentual. Nem a cerveja escapou -alta de 3,95%.

Os aumentos se traduzem em menos compras e piora da qualidade dos alimentos consumidos. "As altas se convertem, em algum nível, em menor consumo", diz Carlos Thadeu de Freitas Filho, economista-chefe da corretora SLW.

O economista não vê, no curto prazo, uma inversão da tendência para os preços. "O mundo vive um surto inflacionário. Sou pessimista. É apenas o começo de um processo." Para Raphael Castro, economista da LCA Consultores, a alta dos preços mundiais dos alimentos que se iniciou no final de 2006 deve se estender por um bom tempo ainda.

Estopins - Entre os estopins para o aumento das commodities, citou problemas na oferta de produtos como trigo, desvio de produção de milho para a fabricação de álcool e elevação do consumo de países emergentes.

Diante das fortes altas, Castro diz que é intenso o movimento de substituição de produtos na cesta de compras dos brasileiros. Ele não descarta que algumas famílias de mais baixa renda tenham começado a cortar as quantidades consumidas. Outras, diz, eliminaram da lista itens mais sofisticados, como alguns derivados de leite.

Mais otimista, a coordenadora de Índices de Preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, diz não acreditar numa retração do consumo. O que deve estar ocorrendo, afirma, é uma substituição de marca e restrição de alguns itens.

Para ela, a renda em alta nos últimos anos possibilitou o maior consumo de alimentos e de bens duráveis -estes impulsionados pelo crédito farto.

Agora, com uma parcela maior do orçamento destinada à compra de alimentos, é possível que as famílias reduzam o consumo de outros bens.

A hipótese é referendada por Freitas. "Como a elasticidade dos alimentos é menor, deve haver retração em bens duráveis [eletrodomésticos] e semiduráveis [vestuário]." Segundo o economista, o crédito em expansão assegura, porém, o bom desempenho das vendas desses itens.

Preço globalizado

A alta do consumo mundial de alimentos deprimiu estoques e fez surgir um novo efeito. Se há restrição na oferta de algum produto num país, rapidamente os preços em outros lugares se modificam. *(**PEDRO SOARES**)

Famílias modificam as refeições para reduzir gastos com alimentos – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/05/2008

Contratada pela FGV (Fundação Getulio Vargas) para coletar preços em supermercados, a dona-de-casa Maria de Lurdes Souza, 58, acompanha a alta dos alimentos que persiste desde 2007, que a obrigou a retirar alguns produtos da cesta de compras. "Gasto R\$ 350 por mês no supermercado. Para não aumentar a despesa, tive de cortar coisas que não são essenciais, mas de que gostava, como presunto, queijo, requeijão. E procurei comprar cada vez mais marcas mais baratas", diz ela, que vive em Cordovil (zona norte do Rio).

Ela ganha R\$ 346 por mês para pesquisar preços e diz que houve maior aumento nos alimentos. "Já cheguei a pagar R\$ 4 o feijão, que não passava de R\$ 1,69. O macarrão está a R\$ 2,49. No começo do ano, comprei por R\$ 1,59."

Aposentada e moradora da favela do Jacarezinho (zona norte do Rio), Teresinha Pires dos Santos, 54, diz que cada dia está mais difícil colocar comida na mesa de casa, onde comem ela, o marido e quatro filhos. A alta dos alimentos consome cada vez mais a renda de cerca de R\$ 900.

Ela conta que restringiu a compra de carne, e outros produtos mais caros, como o feijão, antes presente em todas as refeições, hoje vão à mesa três vezes por semana. O aposentado Carlos Lemos, 83, diz que já mudou de marca de arroz para uma similar mais barata. Para a dona-de-casa Nádia Regina Vieira Campos, 43, o carrinho está cada vez mais vazio, mas a despesa só cresceu. (PS)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DEBATEM PREÇO DE INSUMOS E SEGURANÇA ALIMENTAR - - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul - 12 de maio de 2008

O crescente aumento nos preços dos insumos agrícolas e a segurança alimentar diante da atual crise mundial na produção de alimentos são temas de audiências públicas nos três estados do Sul. Os debates fazem parte da IV Jornada Nacional de Lutas promovida pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) e as audiências são chamadas pelas comissões de agricultura das assembleias.

No Rio Grande do Sul, a Comissão de Agricultura Pecuária e Cooperativismo realiza a audiência na terça-feira (13), às 18 horas, em Porto Alegre, no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa. A solicitação do debate partiu do deputado Ivar Pavan. Em Santa Catarina, a Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa realiza a audiência também na terça-feira (13), em Florianópolis, no Plenarinho da Alesc, das 8h30 às 12 horas. A solicitação do debate partiu do deputado estadual Dirceu Dresch (PT).

Foram convidados deputados estaduais e federais, senadores, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Companhia Nacional de Abastecimento, Secretário de Estado da Agricultura, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul e entidades representativas.

No Paraná a audiência aconteceu nesta segunda-feira(12), em Curitiba, na Assembleia Legislativa e discutiu o resultado da privatização do setor de fertilizantes no país, que culminou no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com alta dos preços dos fertilizantes. Este ano, em junho, faz quinze anos da venda da Ultrafertil para a iniciativa privada, que passou a controlar todo o setor.

Agroestratégias – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 12/05/2008

O AUMENTO pronunciado dos preços dos alimentos tem suscitado crescente preocupação no mundo todo. Questões como a segurança alimentar -ou seja, a garantia de suprimento de alimentos no país-, que não vinham recebendo prioridade, voltam rapidamente ao topo da agenda dos governos.

Um dos países que se mobilizam é a China. Há alguns anos está em curso uma estratégia de expansão das empresas chinesas para o exterior. Elas se dirigem, em grande

medida, para os segmentos de energia e alimentos, nos quais o país precisa garantir seu abastecimento para que possa continuar crescendo de modo acelerado.

A China abriga cerca de 40% dos agricultores do mundo, mas só 9% das terras aráveis. Além disso, está perdendo auto-suficiência alimentar com a alteração da dieta básica do país, estimulada pela elevação de seu nível de renda. A mudança de hábitos à mesa tem elevado rapidamente as importações de carne e de ração para rebanhos.

Os chineses já importam volumes consideráveis de produtos agrícolas dos países em seu entorno (Vietnã, Camboja, Laos etc.). Constroem vínculos crescentes com países africanos, exportadores de petróleo e de produtos tropicais. Agora o Ministério da Agricultura da China desenha um programa para aquisição de terras aráveis na América do Sul. Empresas chinesas, com forte apoio financeiro de Pequim, pretendem produzir alimentos no continente, a fim de preservar a segurança alimentar do país asiático. Medidas semelhantes têm surgido em nações ricas em petróleo, mas pobres em terras aráveis, do Oriente Médio e do norte da África. A Líbia negocia com a Ucrânia o cultivo de trigo. A Arábia Saudita anunciou decisão de investir em agricultura, pesca e pecuária no exterior, a fim de assegurar o abastecimento e conter a inflação, que subiu muito no período recente, pressionada pelo preço da comida.

Esses movimentos configuram oportunidades cruciais para o agronegócio brasileiro. O país dispõe de grande extensão de terras agricultáveis, boa parte delas ainda não exploradas. Tem também a água e a tecnologia necessárias para expandir sua oferta de alimentos e ampliar sua participação no mercado global.

Esse aprendizado e os capitais acumulados permitem também um salto das empresas brasileiras para o exterior. Inserir as savanas africanas, muito similares ao cerrado, nas áreas de expansão da oferta mundial de alimentos deveria ser um objetivo estratégico dos agroempresários e do governo brasileiro.

Algumas ações já estão em curso. Nos últimos anos, o governo brasileiro tem levado adiante iniciativas de cooperação tecnológica com vários países africanos. A Embrapa, por exemplo, tem um escritório de representação em Gana. Isso, no entanto, é muito pouco diante da dimensão do desafio. Seria importante aumentar a articulação entre o agronegócio brasileiro e esse esforço estratégico ainda incipiente, embora promissor.

Encontro em Cuba discute Agricultura Urbana como estratégia de combate à fome –
Sítio Eletrônico do MDS – 12/05/2008

Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil, participa Crispim Moreira, diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Promovido pela Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais, se inicia nesta terça-feira (13/05) em Havana, capital de Cuba, o VII Encontro de Agricultura Orgânica e Sustentável. O encontro contará com a presença do diretor da Secretaria de Segurança Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Crispim Moreira. A agricultura urbana como estratégia de combate à fome no Brasil será um dos temas abordados.

Atualmente, o MDS possui 243 convênios de agricultura urbana e peri-urbana em execução, sendo 103 projetos de beneficiamento e comercialização (em feiras, mercados públicos, pequenas agroindústrias), quatro projetos na área de segurança alimentar em acampamentos e 136 na linha de produção (hortas e lavouras comunitárias, plantas medicinais, mudas e viveiros, criação de pequenos animais).

O objetivo dos organizadores do encontro é viabilizar espaços de intercâmbio entre os participantes em busca de soluções para os problemas enfrentados pela agricultura, a partir da análise e avaliação de componentes ambientais e sociais.

Na pauta do encontro - que prossegue até a próxima sexta-feira (16) - está uma visita a campo, quando os participantes poderão conhecer Unidades Básicas de Produção; Cooperativas de Produção Agropecuária e de Crédito e Serviços; Centros de Pesquisas; Centros de Apoio à Produção e Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Sustentável em áreas urbanas e rurais; e Centros de Educação Superior.

Conferências, mesas redondas e oficinas temáticas realizadas nos quatro dias do evento na capital cubana abordarão temas como extensão agrária, conservação e manejo de recursos naturais, sistemas de produção integrados com bases agroecológicos, entre outros.

Júnia Almeida

SERVICO

VII Encontro de Agricultura Orgânica e Sustentável – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Data: De 13 a 16 de maio de 2008 (terça à sexta)

Local: Hotel Nacional de Cuba – Calle O – Esquina a 21 – Vedado – Havana (Cuba)

Preços agrícolas sinalizam mais pressão em maio - Cibelle Bouças – Valor Econômico -
12/05/2008

A inflação de alimentos, que no ano passado foi responsável por metade da variação do IPCA, tende a registrar nova aceleração no mês de maio, levando-se em consideração a alta de preços no atacado e que fatalmente é repassada em algum nível ao varejo.

No primeiro decêndio de maio - cuja coleta de preços ocorreu entre 21 e 30 de abril - , o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu 1,36%, ante alta de 0,33% em igual intervalo no mês de abril. O Índice de Preços ao Consumidor desacelerou, ficando em 0,27%, ante alta de 0,4% em abril.

No varejo, o grupo alimentação também apresentou recuo, de 0,84% em abril para 0,35% nos primeiros dez dias de maio, por conta de queda nos preços de hortaliças e

legumes (1,77%) e frutas (1,09%). No acumulado de 12 meses, no entanto, o IPC de alimentos registra de 10,56%, superior aos 10,28% alcançados no acumulado de 2007.

E tende a se acelerar mais neste mês com o repasse da alta de ocorre no atacado, avalia Fábio Silveira, sócio da RC Consultores. Na prévia do IGP-M, o Índice de Preços por Atacado saiu de uma alta de 0,26% em abril para 1,82% no decêndio. Além do minério de ferro, que subiu 29,49% no período (ante queda de 6,12% em abril), contribuíram para a aceleração a soja em grão, que subiu 1,07% (em abril havia caído 8,12%) e arroz, que registrou valorização de 32,76%, ante queda de 1,24% no mês anterior.

As variações foram apuradas no fim de abril. Nos oito primeiros dias de maio, o indicador de preços agrícolas da RC, que leva em consideração uma cesta de 14 itens, apontou alta de 2,3% dos preços agrícolas no atacado. "Essas variações serão repassadas para o varejo", afirma. Ele pondera, no entanto, que os preços das commodities agrícolas no mercado internacional não registram aceleração desde abril. Ainda há dúvidas se a nova safra americana em fase de plantio permitirá que esse quadro se mantenha. Se isso ocorrer, a inflação de alimentos no Brasil pode apresentar algum alívio a partir do segundo semestre, segundo Silveira. "O mercado doméstico leva de dois a três meses para absorver os impactos do mercado externo."

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, observa que além dos itens apontados no índice da RC, valorizações que ocorreram nos preços de arroz e trigo no atacado no fim de abril também devem recair sobre o varejo. Em abril, os dois produtos contribuíram para que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrasse alta de 0,55%, acumulando em 12 meses 5,04% de variação, acima dos 4,73% identificados nos 12 meses até março e da meta de inflação do governo para 2008, de 4,5%. Os alimentos subiram 1,29% em abril pelo IPCA, respondendo por 0,28 ponto percentual da inflação do mês. Entre os itens que mais subiram estão o pão francês, que variou 7,33%, seguido por farinha (6,8%), pelo pão doce (3,02%), macarrão (2,34%) e pão de forma (1,12%). No ano, os alimentos tem inflação acumulada de 4,37%.

FETRAF-SUL APRESENTA EM AUDIÊNCIA PROPOSTA DO PAC MAIS ALIMENTOS - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf-sul - 13 de maio de 2008

Os alimentos estão mais caros e provocando debates em torno das possíveis causas para a escassez de comida. Na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul o assunto foi discutido, na noite desta terça-feira (13.05) pela Comissão de Agricultura, a pedido da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul). Durante a audiência, que contou com a presença de autoridades, deputados, representantes de ministérios, o coordenador geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli apresentou a proposta do Plano de Aceleração e Crescimento (PAC) Mais Alimentos.

Para enfrentar a crise dos altos preços dos alimentos no mundo e no Brasil, a Fetraf propõe a criação de um PAC tendo como base produtiva a agricultura familiar. A produção de alimentos terá como prioridade as culturas de milho, leite, trigo, arroz, feijão, mandioca, tubérculos e o cultivo de hortifrutigrangeiros, destinados prioritariamente para o mercado interno.

Dentro dessa proposta algumas questões são centrais como a estabilização da renda dos agricultores familiares no momento da comercialização de seus produtos, através do

Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), onde o Estado garante ao agricultor uma remuneração justa pelos seus produtos. Outra questão fundamental é em relação ao Pronaf. “Queremos um aumento dos valores para 13 bilhões em 2008, 14 bilhões em 2009 e 15 bilhões em 2010 e a implantação do Pronaf Sistêmico que financia o conjunto das atividades da propriedade”, afirma Tortelli.

A Proposta do PAC prevê ainda a ampliação dos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, aplicando os valores de R\$ um bilhão em 2008, dois bilhões em 2009 e três bilhões em 2010. Além do que para produção de alimentos deve levar em consideração as questões ambientais propondo a criação um programa federal específico que estimule e compense os agricultores familiares que preservam as Áreas de Preservação Permanentes - APPs e reservas legais.

Outro eixo central da proposta é a garantia Assistência Técnica (ATER) pública com aplicação de um bilhão de reais por ano até 2010. Reestruturação do Proagro Mais como seguro agrícola, criação de um programa de infra-estrutura de armazenamento e de produção; construção de um programa para o fortalecimento de estruturas econômicas; criação de um Programa Nacional de Habitação Rural que leve em consideração as diferentes realidades regionais, viabilizando a construção de 300 mil casas em três anos; e investimentos na educação voltada ao campo com reestruturação da grade curricular, especialmente do ensino médio e superior, nas regiões de predominância agrícola, de tal forma que valorize a atividade rural e prepare os filhos de agricultores familiares a permanecer na atividade agrícola.

Custos elevados mantêm preços dos alimentos em alta – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/05/2008

Conforme a região, produtores poderão gastar até 50% a mais neste ano com sementes, adubos e produtos químicos - Produtor venderá safra com base na cotação do dólar, que está fraco diante do real, mas custos seguem o real, que segue valorizado

A preocupação dos bancos centrais com a pressão inflacionária vivida neste momento, devido à alta dos alimentos, deve continuar. Se a pressão atual vem do desequilíbrio entre aumento do consumo e pouca oferta, virá, também, a partir de agora, dos elevados custos de produção enfrentados pelos produtores em todo o mundo. Os bons preços internacionais das commodities agrícolas devem incentivar os produtores a plantar mais e a buscar maior produtividade. A produção pode ser maior, mas a um custo mais elevado do que o da safra anterior. Essa pressão de custo se espalha pelo planeta. O Brasil, um dos principais fornecedores mundiais de alimentos, não fica imune a essa alta. Ao contrário, tem gastos superiores aos de outros países, principalmente devido às deficiências em infra-estrutura. No país, os custos dos produtores neste ano devem superar em até 50% os do ano anterior, dependendo da região.

Essa alta se deve à forte aceleração no preço dos insumos -sementes, adubos, produtos químicos etc. O líder de aumento são os adubos e fertilizantes. Algumas regiões do país, principalmente as fronteiras agrícolas, estão pagando o dobro do que pagavam no ano passado.

Conforme negócios realizados na BN - Bolsa de Negócios, Insumos e Sementes, especializada em negociações de produtos agrícolas, algumas fórmulas de adubos e fertilizantes tiveram aumento de 120% entre março do ano passado e abril deste ano. "A indústria de insumos tem perfeito controle sobre os custos, elevando ou baixando seus preços de forma a controlar a rentabilidade do produtor." A afirmação é de José Pitoli, da Coopermibra (Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil). Ele lembra que, quando os preços das commodities estão em fase de baixa, as indústrias reduzem os custos. Na fase de alta, no entanto, repõem margens, elevando os preços.

O custo atual dos insumos não preocupa o produtor Roberto Pozzi, de Maringá (PR), mas também não o deixa tranquilo. "Enquanto os preços das commodities permanecerem nos patamares atuais, temos condições de pagar. Mas quem garante que eles [os preços] vão permanecer bons?"

Pozzi alerta para o seguinte cenário: custos elevados dos insumos agora, queda nos valores das commodities lá na frente e dólar caindo para R\$ 1,50 após o Brasil conquistar a posição de país seguro para investimento.

Segurar custos - Anderson Galvão, da Céleres, diz que a safra 2008/9 vai ser rentável para o produtor, mas que essa lucratividade passa por uma série de fatores. O produtor vai vender sua safra com base na cotação do dólar, que está fraco diante do real, mas continua pagando parte dos custos internos na moeda brasileira: óleo diesel -que acaba de subir- e salário mínimo.

Diante desse cenário, Pitoli diz que "o produtor não deve abrir a guarda". Ele recomenda bom controle sobre os investimentos, controle de gastos e busca da maior produtividade na lavoura.

No ano passado, o plantio foi feito com custos menores e perspectivas de preços maiores. Neste ano, no entanto, os custos estão elevados e muita coisa, inclusive uma recessão na economia norte-americana, pode derrubar os preços no início do próximo ano.

Se o produtor não travar custo, pode perder renda", afirma Pitoli. É o que os produtores de Mato Grosso estão fazendo, onde grande parte deles já "comprou pacotes de adubos e de insumos químicos", segundo Juscelino Jankoski, da Rural Consultoria, de Nova Mutum (MT).

Com esses pacotes, os produtores travam os custos de adubos e fertilizantes, de sementes, de fungicidas, inseticidas e herbicidas. Em média, o produtor está gastando por volta de 42 sacas de soja, negociadas a cerca de US\$ 20 cada uma. Apesar dos custos elevados, Jankoski diz que o produtor vai ter boa renda neste ano. "Melhor do que a da safra 2007/8 [a que se encerrou]", diz ele.

Safras maiores exigem mais fertilizantes, e preço aumenta – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/05/2008

Os custos dos fertilizantes realmente estão aquecidos. É o que admite a própria Anda, a associação das indústrias. Mas a alta não é exclusividade do Brasil. A forte demanda mundial por alimentos gera produção maior, que passa a exigir mais adubos e fertilizantes.

"O preço vem de fora", diz André Pessôa, da Agroconsult. Apenas 20% a 25% do preço final ao produtor depende de custos internos, diz ele.

E o país não deve esperar alívio nos custos. China e Índia, onde há aumento no consumo de alimentos, não têm mais terra disponível para cultivar. A saída é o uso maior de fertilizantes, produto subsidiado, segundo Alexandre Mendonça de Barros, da MBAgro. A alta dos fertilizantes eleva os custos de produção, que geram inflação, que puxa os juros. Já o Fed (banco central dos EUA) baixa os juros, facilitando a entrada de capital aqui, valorizando o real e deteriorando a renda do produtor. Conclusão: o país que mais poderia elevar a produção mundial de alimentos tem dificuldade de investir.

Acompanhamento de preços da Agroconsult mostra que, na safra 2008/9, os produtores que anteciparam compras pagaram US\$ 464 (R\$ 773) pela tonelada de adubo em Mato Grosso. Na safra anterior, o custo era de US\$ 290 (R\$ 483). O preço atual de uma tonelada de fertilizante básico é de R\$ 1.620 em Rondonópolis (MT), 103% a mais do que em 2007, mostra a consultoria Céleres.

Para o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a batalha dos fertilizantes não será ganha a curto prazo. O governo tem um grupo específico para buscar soluções para o setor. Uma redução da dependência externa só virá "a médio e longo prazo", diz o ministro. No cenário atual, ganha o produtor que está na vanguarda tecnológica, diz Anderson Galvão, da consultoria Céleres. Na avaliação dele, os custos dos produtores de Mato Grosso devem ficar entre US\$ 800 e US\$ 1.000 por hectare, dependendo do uso de tecnologia. Pessôa estima os custos de produtores mato-grossenses em US\$ 940 nesta safra, 35% a mais do que na anterior. A renda líquida cai para R\$ 270 por hectare, quando considerados apenas os custos variáveis (adubos, sementes, defensivos etc.). A Céleres indica margem operacional bruta de R\$ 484.

Já no Paraná, o custo de produção de soja sobe para US\$ 756 (R\$ 1.260) por hectare. O aumento é de 73%, em dólar, e de 46%, em reais, em relação à safra anterior, segundo José Pitoli, da Coopermibra.

As pressões para os produtores de milho são maiores: na primeira safra, o custo do hectare subiu para R\$ 1.530, com alta de 49%. Já na safrinha, foi de R\$ 1.071, com evolução de 46%.

Mas não são apenas os fertilizantes que pesam para os produtores. A alta de quase 60% no preço do glifosato nesta safra fez o custo de produção da soja transgênica ficar próximo do da convencional, segundo Leonardo Menezes, da Céleres. (MZ)

Governo quer política especial para 4 produtos – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/05/2008

O governo prepara políticas especiais para quatro produtos considerados sensíveis no mercado interno: feijão, arroz, milho e trigo. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ao participar do Seminário sobre Agronegócio para Exportação, realizado pelo ministério e pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Essa política contemplará garantias de preço, financiamento e seguro. Nesta semana, deve sair a renegociação da dívida dos produtores. A medida provisória está pronta e abrange a renegociação de pelo menos 90% dos R\$ 87 bilhões de dívidas dos produtores com o governo.

Caminhos - Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e membro do conselho de agronegócio da Fiesp, disse que "o momento é de abertura de mercados e essa oportunidade não pode ser perdida pelo país".

Rodrigues acrescentou que é preciso uma conjugação pública e privada para a abertura de mercados. Para ele, o país deve aproveitar o momento e fazer negociações bilaterais de longo prazo. (MZ)

Independência alimentar e etanol – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Opinião – 13/05/2008

É plenamente justificada a indignação do presidente Lula com a sórdida campanha européia e da ONU (que tem o mais nobre objetivo e a mais indecente performance para atingi-lo) contra os biocombustíveis e, em particular, contra o etanol brasileiro. Trata-se da mais pura chicana política. Vereadores de arraial, disfarçados de estadistas, defendem os mais inconfessáveis interesses econômicos com o falso argumento que eles irão produzir a fome no mundo. Chicana, em primeiro lugar, porque a Europa criou o biodiesel (de colza) e, de fato, é a maior produtora mundial do produto. E, em segundo lugar, porque o Brasil tem aumentado, simultaneamente, a produção de alimentos e de cana-de-açúcar, como se vê abaixo:

A safra de grãos 2007/08 revela aumento de 7,1% com pequeno crescimento de área plantada (1,6%) e 5,5% de aumento da produtividade. Ao mesmo tempo cresceu a produção de cana-de-açúcar em 8,3%. Com relação à cana, convém lembrar que a área média renovada anualmente (com o plantio de alimentos) é da ordem de 13%. No setor sucroalcooleiro, duas observações são importantes: 1) com o aumento da colheita mecanizada há uma enorme redução do uso da mão-de-obra na atividade (grosseiramente, para cada tonelada de cana colhida mecanicamente, dispensa-se um colhedor). Em São Paulo, por exemplo, onde a mecanização está em torno de 45%, estima-se que a colheita da produção da ordem de 350 milhões de toneladas (contra 320 na safra 2006/07) exigirá praticamente a mesma mão-de-obra da safra anterior. Se a mecanização fosse maior,

haveria dispensa de mão-de-obra. O cronograma fixado em lei é atingir 100% de área mecanizável em 2021 e 100% de área "não-mecanizável" (queima em área menor do que 150 hectares ou declividade maior do que 12%) em 2031; e 2) produzimos hoje um litro de etanol com 1/3 da terra exigida há 25 anos (devido aos ganhos tecnológicos).

Produção brasileira		
Em milhões de toneladas		
Safra	Grãos**	Cana
2004-2005	114,7	423,0
2005-2006	122,5	457,2
2006-2007	131,8	515,3
2007-2008*	142,1	558,1

Vemos que, graças às pesquisas que realizou, o Brasil criou uma eficiente agricultura tropical que deixa longe o fantasma malthusiano: produzimos mais, com menos terra e menos mão-de-obra! O mesmo acontece, aliás, no setor da pecuária de carne (onde somos o primeiro exportador mundial) e de leite (onde em breve assumiremos um importante papel no mercado internacional).

Se isso não fosse suficiente para mostrar a tolice de atribuir ao etanol brasileiro uma redução da produção de alimentos, bastaria lembrar que, dos seus 850 milhões de hectares, o Brasil tem (com a tecnologia hoje existente) cerca de 350 milhões de terras agricultáveis, dos quais apenas 8 milhões (ou seja menos de 2,5%) estão ocupados com cana-de-açúcar. A pecuária ocupa 60% da área, mas a disponibilidade de pastos degradados que estão sendo liberados pelo avanço da tecnologia na produção da carne e de lácteos garante que podemos dobrar (ou mesmo triplicar) a produção de etanol sem derrubar uma árvore! O mesmo acontece com a cultura de grãos, que ocupa menos de 75% das terras próprias para sua produção.

Campanha da Europa e ONU é pura chicana política

O que está acontecendo no mundo deveria ser objeto de nossa reflexão. Deve ser agora evidente, para os ingênuos que defendem o livre-comércio "à outrance" por pura "bobice" ideológica, que os interesses nacionais não terminam nas "vantagens comparativas". Toda nação busca a autonomia alimentar, de forma que o comércio de alimentos será sempre um complemento da produção interna. Que falta lhes faz a história!

Como foi possível chegar a essa situação caótica onde a fome ameaça o mundo? Situação que não foi prevista ou intuída pela suposta "inteligência política e econômica" que sustentamos na ONU, na FAO, na OMC, no FMI, no Banco Mundial e "tutti quanti"? Quando e como nasceu isso? No fim da Segunda Guerra Mundial, a necessária autonomia alimentar mostrou a sua cara. Todos os países a procuraram através do suporte às suas políticas agrícolas. Quarenta anos depois, a Europa não sabia o que fazer com seus estoques produzidos por subsídios e "cotas" (alguém se lembra da "manteiga" e do "leite em pó"?), que protegeram uma agricultura ineficiente à custa de impedir as importações dos emergentes e, portanto, sem induzi-los a realizarem seu desenvolvimento com o aumento da produção para a exportação.

E o que emergiu agora em plena negociação da Rodada Doha? O fantasma da fome e a busca da autonomia alimentar! Tomados de pânico, os países trataram de defender-se

proibindo temporariamente as exportações. Pior, vários países estão desenvolvendo outra vez programas subsidiados e protegidos por "cotas" de importação de alimentos: a Rússia com a carne de porco, China e a Índia com os grãos, Irlanda com a carne de boi, a insensata (do nosso ponto de vista) defesa francesa da Política Agrícola Comum (CAP) e a "Farm Bill" aprovada pelo Congresso dos EUA.

Os preços agrícolas estão subindo por muitos motivos: 1) o mais importante talvez seja a desvalorização da unidade de conta do comércio internacional, o dólar; 2) pela redução dos estoques (recomendação da própria OMC), porque com a "liberdade de comércio" eles seriam dispensáveis!; e 3) pela especulação desenfreada dos "hedges funds". O que restará disso? Primeiro, grandes conversas diplomáticas, lítero-musicais nos foros internacionais. Segundo, concretamente e por "baixo do pano", cada um vai buscar sua independência alimentar...

***Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras**

“É preciso mudar as formas de produção e consumo” - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 14/05/2008

Reunidos no seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia, realizado em Maringá (PR), Paul Singer e João Pedro Stédile falaram da crise no preço do petróleo e dos alimentos, da expansão dos biocombustíveis e dos projetos para a agricultura familiar.

MARINGÁ – Os economistas Paul Singer (secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho) e João Pedro Stédile (membro da coordenação nacional do MST), foram convidados especiais do seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia, realizado na quinta-feira (8) em Maringá (PR), numa parceria entre a Unitrabalho, a Universidade Estadual de Maringá e o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Frente a uma platéia formada por agricultores familiares, assentados, técnicos, professores e representantes do poder público, Singer e Stédile abordaram temas como biocombustíveis, aquecimento global, crise na produção de alimentos, alta do preço do petróleo e organização da agricultura familiar, entre outros.

Leia a seguir os principais trechos das intervenções de João Pedro Stédile e Paul Singer no seminário realizado em Maringá:

Contexto econômico da agricultura mundial - Stédile - Estamos em uma nova fase do capitalismo, na qual os setores mais dinâmicos de controle são os bancos e as grandes empresas transnacionais que controlam os ramos de produção em nível global. O neoliberalismo, em termos de modelo econômico, significa que agora as economias do mundo estão dirigidas pelos bancos e empresas, esse é o novo poder econômico dos capitalistas. Nos últimos 15 anos, o capital fez esse movimento de construir grandes empresas para dominar todos os setores da economia. Luz elétrica, telefone, transporte,

fábricas, etc, está tudo sob o controle desse capital estrangeiro e internacional. Isso provocou grande mudança, pois nos últimos 15 anos as empresas passaram a controlar toda a produção agrícola mundial. Atualmente, não mais que 40 empresas controlam toda a produção de sementes, de fertilizantes químicos e de grãos, além do comércio desses grãos e da agroindústria (transformadora dos produtos alimentícios), ao ponto que hoje o preço dos produtos agrícolas não é mais determinado por cada agricultor em cada país, mas determinado pelo controle monopólico que essas empresas fazem em nível internacional.

As empresas manipulam os preços de acordo com seu interesse de manter sempre altas taxas de lucro. Essas empresas vieram para os países do terceiro mundo, se aliaram aos grandes produtores de terra e estes se subordinam a essa forma de produção agrícola. O capital entrou com a terra e com a espoliação do meio ambiente através da aplicação de altos índices de agrotóxicos e da produção intensiva. Além disso, o capitalista explora os trabalhadores rurais brasileiros. Os explora por um salário ridículo se comparado a Estados Unidos, Europa, México, etc. O agronegócio é a nova forma de o capitalismo controlar a produção. Não tem mais espaço para a agricultura familiar e camponesa, eles não precisam mais de nós, eles conseguem aumentar a produção de leite, soja, etc, sem os camponeses. Estes, têm como opção ir para as grandes cidades ou aceitar políticas de compensação social recomendadas pelo Banco Mundial, como bolsa-família, bolsa-gás, bolsa-frango, etc. Isso fere a dignidade dos camponeses. É como se dissessem: os camponeses estão excluídos, mas não os vamos deixar morrer de fome.

Singer - Os alimentos começaram a subir em 2006. O que está acontecendo é que, em diversos países, a chamada classe c deixou de comer comida de milho e trigo para comer carne e laticínios. O consumo de carne no Brasil aumentou 70%, e o mesmo acontece hoje na Índia. Quando comemos cereais, nós comemos a planta. Quando comemos carne, consumimos as duas coisas, a carne e a planta, mas o problema é que precisamos de sete quilos de cereal para obter um de carne bovina. A demanda por alimentos subiu, e isso exige muito mais terra, sol, água e trabalho humano.

As pessoas querem ter o padrão de vida que a propaganda indica como sendo o padrão dos vencedores. Há escassez de alguns alimentos, e se pergunta por quê não aumentar a produção. Deixar os alimentos escassos ao sabor do mercado é matar gente de fome. Já aconteceram motins por causa disso e outros acontecerão. Um exemplo é a revolta dos mexicanos com o aumento do preço da tortilha causado pela utilização do milho para produzir etanol. Essa crise é uma crise de fome, uma coisa que aparentemente havia sido eliminada. A ONU já fala que as Metas do Milênio para erradicar metade da fome no mundo podem voltar atrás. Se começarem a negar comida, os pobres vão ter que conseguir à unha, ou começar a saquear, como na Argentina. Recordo Celso Furtado e seus escritos clássicos sobre o mito do desenvolvimento. Se formos elevar o mundo ao padrão de consumo do americano médio, romperemos limites da natureza. Esse cenário, que Celso pintou em 1974, está se realizando em 2008.

Aquecimento global - Singer - Se nós quisermos ter uma vida mais longa e de maior qualidade, o padrão de consumo no mundo vai ter que mudar, inclusive para brasileiros, indianos e chineses. Teremos que fazer um só automóvel levar mais gente, criar bolsões de bicicleta e ciclovias, entre outras coisas. O aquecimento global deve ser contido

o mais depressa possível. Todos temos algo a fazer, apesar de o aquecimento ter sido causado pelo uso irresponsável dos recursos naturais pelo grande capital. Teremos que voltar a uma dieta de cereais. Seremos condenados à fome se não mudarmos nossa forma de alimentação.

Stédile - Os problemas são tão grandes que a sociedade tem que tomar uma decisão: ou muda ou vai para o brejo. Alguns problemas ficaram mais claros e estão sendo mais bem percebidos pela sociedade. Em São Paulo, morrem no inverno 80 pessoas por semana de doenças pulmonares causadas pelos automóveis. Cientistas advertem que, se o aquecimento global aumentar mais, vai trazer um desequilíbrio na vida do planeta que pode levar inclusive a uma catástrofe do ser humano. Um grande problema é a falta de acesso à água potável para a maioria dos seres humanos. Setenta por cento da água potável do planeta é utilizada para irrigar o agronegócio e só 30% é destinada aos animais e às pessoas.

Petróleo e Biocombustíveis - Stédile - Vivemos o problema da escassez do petróleo, o preço sobe por efeito da especulação feita pelo capital financeiro que corre para comprar petróleo nas bolsas. Outro fator é que os três maiores produtores do mundo, que são Irã, Rússia e Venezuela, estão contra os EUA. Uma aliança entre as empresas petroleiras, automotivas e o mercado financeiro passou a estimular a produção de agrocombustíveis, como uma falsa forma de combate à poluição, para conseguir seus objetivos de manter a margem de lucro e a utilização do veículo individual. A produção de agrocombustíveis, por si só, não é solução. Não adianta combustíveis mais saudáveis se não trocar essa matriz de transporte individual. Agora querem usar a mesma terra para produzir os agrocombustíveis.

Os setores petroleiro, automotivo e do agronegócio vieram para o Brasil para produzir aqui, porque sol, água e terra não têm mais na Europa. Os capitalistas vieram com as malas cheias de dinheiro para comprar usina e terra e estimular a produção através do etanol da cana e do óleo vegetal da soja, na forma do agronegócio. Os produtores vão produzir e entregar para essas empresas levarem para o exterior. Nenhum país do mundo se desenvolveu explorando matéria-prima, e a expansão do etanol não vai significar isso para o Brasil. Estão construindo 67 novas usinas de álcool e vão passar de quatro para doze milhões de hectares de cana e etanol, que vai ser todo exportado. Se acontecer mesmo dessa forma, a expansão do etanol será um enorme prejuízo para o povo brasileiro, provocando a desnacionalização das nossas riquezas naturais. O monocultivo da cana em Ribeirão Preto alterou a temperatura, o clima e o lençol freático da cidade. O etanol feito do monocultivo da cana altera o meio ambiente e, em longo prazo, traz as mesmas conseqüências do petróleo. Quanto mais tiver adubo químico, feito de petróleo, e agrotóxicos, mais vão aumentar as emissões. O agrotóxico glifosato tem três destinos: a terra, a água ou o nosso estômago. Em São Paulo, a cana já substituiu o feijão, o milho, etc. Em outros lugares, já está empurrando a pecuária para a Amazônia.

Na área de óleo vegetal, não estão interessados na exportação. Justiça seja feita, o Programa Nacional de Biodiesel foi criado para dar uma alternativa à agricultura familiar. Mas, até agora o programa não cumpriu seu objetivo original, que é produzir a partir de outros tipos de plantas, como mamona, mandioca, batata-doce.

Singer - A crise dos alimentos é causada pelo preço do petróleo, que está num patamar que ninguém poderia imaginar. Pela lógica do mercado, quando um produto fica escasso e a demanda cresce é preciso aumentar a produção. Mas, a produção não está crescendo, pois isso possivelmente não convém ao capital internacional. O petróleo hoje é um limite econômico para a expansão. Países que estão crescendo muito, como China, Índia e Brasil, estão transformando boa parte de sua população pobre em classe média. A chamada classe c, nos últimos anos, teve um crescimento espetacular nesses países. O preço dos alimentos cresce muito, e isso tudo é causado pela demanda de petróleo. Tem muita queima e a produção não acompanha. O papel do capital financeiro é jogar com o aumento de preços, e já dizem que o barril de petróleo vai para 200 dólares. A especulação atual se intensifica porque também é interessante para as empresas e companhias de seguro comparem o petróleo agora, porque daqui a seis meses o preço do produto estará ainda maior.

Agricultura familiar e agroenergia - Singer – Estudos da ONU comprovam a multifuncionalidade da agricultura camponesa, da agricultura familiar. A monocultura é a principal responsável pela perda de terra e água e pela nossa incapacidade de atender à demanda por alimentos. Hoje, vemos o uso dos agrotóxicos em várias extensões, e não existe água em vários lugares de terra arável. Você não consegue fazer a monocultura sem usar muito agrotóxico. É preciso acabar com a agricultura capitalista mundial, com a monocultura, e fazer uma agricultura familiar em escala ecológica. Temos que mudar radicalmente a forma de produzir os nossos produtos.

O que a humanidade está pedindo é uma nova revolução agrícola, diferente da Revolução Verde sobre a qual se basearam os conceitos do agronegócio. O passado se tornou o futuro, e hoje aqueles que detiveram os conhecimentos da agricultura ecológica são a nossa esperança. A agricultura familiar hoje é mais rentável do que a agricultura quimificada. Os insumos ficaram muitos caros por causa do preço do petróleo. A agricultura familiar é menos nociva para o meio ambiente e mais segura para os trabalhadores do que o agronegócio. Estamos numa baita crise, mas nós sabemos o caminho para sair dela. Precisamos de políticas nacionais e internacionais que regulem a forma de usar o solo e a água. Não é para outra geração, é para ontem. Os agricultores familiares são a nossa esperança.

Stédile - Temos que implementar projetos da classe trabalhadora. É possível produzirmos agrocombustíveis de uma forma mais equilibrada no meio ambiente, sem substituir os alimentos, mas também potencializando a produtividade dos alimentos. Os resíduos da produção podem ser usados como fertilizantes ou alimento para o gado. Isso só pode ser feito se o agricultor destinar apenas uma parte de suas terras para a agroenergia, e ao mesmo tempo, construir pequenas usinas. Fazer de forma cooperativada, ser dono de uma micro-usina, que pode ser feita pelas cooperativas de metalúrgicos, o que seria, inclusive, um exercício de complementaridade. Assim, podemos produzir energia sustentável, que dê mais renda e cidadania. Temos que criar em cada município pólos de produção de energia para que o agricultor familiar não dependa mais da Petrobras. Se fizermos isso em todo o Brasil, vocês vão ver que o povo vai se apoderar. Não existe independência política e econômica sem soberania alimentar. Precisamos produzir nossa própria energia.

CNA e OCB sugerem medidas para atender ao aumento da demanda por alimentos – CNA - 15/05/2008

Aumentar o volume de recursos para R\$ 110 bilhões para o financiamento da safra 2008/09, facilitar o acesso ao crédito, reduzir os juros do crédito rural de 6,75% para 5% para o custeio e reduzir os spreads bancários são algumas das medidas solicitadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Reinhold Stephanes, em reunião sobre o Plano Agrícola e Pecuário. Segundo o presidente da Comissão Nacional de Crédito Rural da CNA, Carlos Sperotto, “o setor produtivo precisa contar com uma política de Governo que sustente a expansão da produção. Caso contrário, não conseguirá atender à demanda de um mercado internacional de estoques escassos de alimentos e consumo em franco crescimento”.

O aumento considerável dos preços dos insumos agropecuários, somado às deficiências logísticas e de infra-estrutura, pode limitar o potencial de crescimento da agropecuária brasileira. “Estas limitações devem ser amenizadas com a ampliação da disponibilidade de recursos do crédito rural”, diz Sperotto. Atualmente, o crédito rural tem financiando apenas 25% da área plantada no País. Por esse motivo, a CNA defende o aumento para R\$ 110 bilhões dos recursos para financiamento de custeio, comercialização e investimento. Sugere, ainda, a elevação de 25% para 30% das exigibilidades bancárias destinadas à aplicação ao crédito de custeio e comercialização, com taxa de juros prefixada, o que representa quase R\$ 40 bilhões do total do saldo médio dos depósitos à vista, de R\$ 120 bilhões. “Estes recursos têm custo zero para o banco e podem ser emprestados a juros baixos”, argumenta Sperotto.

As atuais limitações no acesso ao crédito pelo produtor rural reduzem a capacidade de investimento e expansão da produção do setor. “O excesso de garantias exigidas para a contratação das operações bancárias muitas vezes ultrapassam os valores financiados”, diz o presidente da Comissão de Crédito Rural da CNA. Os limites de crédito também restringem o acesso do produtor aos financiamentos, cuja liberação fica ainda mais difícil em períodos de frustração de safra ou de dificuldades de comercialização.

As proposições apresentadas pela CNA e OCB se concentram no crédito rural, considerado um dos instrumentos mais eficientes para alavancar a agricultura no curto prazo. Para tanto, o documento também sugere medidas de desoneração do crédito de investimento, como a redução dos spreads (remuneração do banco) dos programas do BNDES destinados à agropecuária, hoje de até 6% ao ano, que elevam os custos financeiros para o produtor. Pede, também, a extinção da taxa flat, de 4%, cobrada das indústrias de máquinas agrícolas e repassada aos produtores nos financiamentos do Moderfrota. “A redução dos spreads destes programas reflete diretamente na composição da taxa de juros real paga pelos produtores”, justifica Sperotto.

Se reduzida, a taxa de juros para os financiamentos de custeio, comercialização e investimentos pode se tornar um incentivo à ampliação da produção agropecuária. No documento entregue ao Ministério da Agricultura, CNA e OCB defendem a redução dos atuais 6,75% de juros do crédito oficial para 5%, de forma a acompanhar o movimento de

queda das taxas de juros da economia. Para o Proger Rural, destinado ao médio produtor, a redução proposta seria de 6,25% para 4,5%.

Também foi solicitada a ampliação para R\$ 400 milhões dos recursos destinados à subvenção do seguro rural, para elevar as subvenções do prêmio. “A área segurada ainda é exígua frente à totalidade da área plantada no País”, diz Sperotto. Segundo ele, é imprescindível a implementação de outras modalidades de seguro rural, como o seguro de renda esperada. Considera fundamental universalizar este instrumento em termos de culturas e regiões atendidas.

Para a pecuária de corte, foram sugeridas medidas como o aumento do limite de financiamento para R\$ 200 mil por operação, para pagamento em seis meses, com as mesmas taxas de juros estabelecidas para o custeio da safra. Apesar dos aumentos nos preços praticados no mercado, a rentabilidade da pecuária de corte apresenta queda, devido ao aumento de 63% nos custos totais da produção frente à elevação de apenas 27% do preço da arroba do boi gordo. “Somente o fosfato bicálcico (matéria-prima do sal mineral) aumentou 162%, de outubro de 2007 a abril de 2008”, afirmou o presidente da Comissão de Crédito Rural da CNA.

No caso da pecuária leiteira, o aumento da produtividade do rebanho e, conseqüentemente, da rentabilidade do produtor depende de medidas como facilitar a tomada de crédito para melhoramento genético. Também foi sugerida a elevação dos limites por animal para R\$ 1.500,00 por vaca ou novilha para crédito de investimento. A criação de linha de crédito permanente para a concessão de financiamento de retenção de fêmeas leiteiras, com limite de R\$ 150 mil por tomador, é outra medida que poderia contribuir para a expansão da produção de leite nas diversas regiões produtoras do País.

Quanto à recuperação da auto-suficiência na produção de trigo, a CNA defende o restabelecimento das compras estatais do produto, para a formação de estoques reguladores. Para o presidente da Comissão de Crédito da CNA, também são necessários investimentos em pesquisa, crédito e garantia de comercialização. Segundo lembrou, o Brasil chegou a produzir seis milhões de toneladas de trigo na safra 2003/2004, volume que vem caindo a cada ano, chegando aos atuais 3,3 milhões de toneladas, insuficientes frente a uma demanda estimada em 10,2 milhões de toneladas.

Na avaliação de Sperotto, a expansão da produção de trigo e demais produtos agrícolas, para atender às demandas internas e externas, dependerá fundamentalmente do controle dos aumentos nos preços dos insumos essenciais, como fertilizantes, que elevam os custos de produção e reduzem a rentabilidade do setor. Somente os preços dos fertilizantes variaram até 120% em relação à safra passada. “Precisamos de mecanismos de Governo que fiscalizem a elevação injustificada destes insumos”, diz o presidente da Comissão de Crédito Rural da CNA.

COM A ALTA acentuada nos preços mundiais dos alimentos, vale lembrar que o "novo" debate sobre etanol versus comida é, na verdade, um debate muito "velho" sobre a cana-de-açúcar versus safras de subsistência. E essa é uma polêmica com antecedentes consideráveis no Brasil. A questão sempre ocupou os pensamentos dos governantes coloniais do Brasil. Para eles, estava conectada ao risco de inquietações sociais. A prosperidade nos setores de exportação muitas vezes gerava escassez e preços altos para a comida no mercado interno, especialmente no caso dos consumidores urbanos. Com base nessa experiência, os governos temiam fome e desordem.

A questão se tornou aguda na década final do regime colonial. Nos anos 1790, um grande levante de escravos aconteceu na colônia caribenha francesa conhecida então como Saint Domingue -e hoje como Haiti. A produção colonial francesa de açúcar, que dominava os mercados mundiais, foi destruída. Em consequência, o açúcar brasileiro voltou a atrair forte demanda internacional.

Os plantadores de cana-de-açúcar da Bahia se beneficiaram dessa alta de preços e da demanda internacional. O bispo Azeredo Coutinho, ex-senhor de engenho tornado prelado e economista, argumentou, em "Memória sobre o Preço do Açúcar", publicado em 1791, que os brasileiros deveriam tirar a máxima vantagem da "providencial revolução" na colônia francesa. Ele recomendou que todas as restrições à produção de açúcar fossem removidas.

As "restrições" que o bispo deplorava eram as leis coloniais que obrigavam os agricultores a cultivar safras de subsistência, como a mandioca. Sem essas restrições legais, eles poderiam explorar todas as suas terras para a produção de cana a fim de aproveitar a elevação no preço do açúcar. Era exatamente isso, de fato, que vinham fazendo ao longo da década de 1790. Como resultado, o preço da mandioca triplicou em quatro anos. Luis dos Santos Vilhena, professor de grego em Salvador, condenou o bispo por suas idéias "européias", as quais, alegava, não levavam em conta as condições locais do Brasil colônia, no qual a oferta de alimentos não era elástica. Mas os agricultores não aceitavam a crítica. Manuel Ferreira da Câmara escreveu que as medidas de proteção à agricultura de subsistência se deviam à "piedade e ao zelo mais religioso que político".

Uma velha discussão, portanto, mas com uma reviravolta tipicamente brasileira: no Brasil do final da era colonial, era um bispo que defendia os agricultores e o mercado livre, enquanto um professor de grego argumentava pela caridade cristã e em defesa dos pobres.

Preço de alimentos ensaia estabilização, calcula FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2008

Índice que mede inflação mundial dos produtos tem a 1ª queda em 15 meses - Taxa, que foi de 216,7 pontos em abril, é considerada melhor medida de preços mundial; arroz, trigo, soja e laticínios puxaram a queda

O aumento dos preços dos alimentos que desencadeou turbulências globais e políticas desde o ano passado começou a demonstrar os primeiros sinais de estar se estabilizando.

O índice de preços de alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), considerado a melhor taxa de medição para a inflação mundial em relação a esses produtos, teve, no mês de abril, o primeiro declínio em 15 meses. A redução foi decorrente da queda dos preços de trigo, laticínios, soja e arroz.

O diretor-geral-assistente da FAO, Jose Maria Sumpsi, disse no começo da semana que, exceto pelos preços do milho e do arroz, a inflação dos alimentos parecia estar "próxima do pico", embora não esperasse que comessem a cair.

Os comentários dele -que são corroborados por outros dirigentes da ONU- e a queda no índice de preços da ONU são o maior sinal do início da redução da inflação dos alimentos desde o início da crise, em meados do ano passado, mas não significam que o problema esteja controlado.

O índice de preços da FAO referente a abril, que será publicado no próximo mês, caiu para 216,7 pontos. Em março, a taxa revisada ficou em 217 pontos e ainda houve alta de 52% nos últimos 12 meses, segundo um executivo que disse ter visto o indicador.

A última vez em que houve queda mensal no índice de alimentos da FAO foi em janeiro do ano passado, que depois se mostrou temporário. Dessa vez, os dirigentes estão mais confiantes de que os preços realmente irão parar de subir ou até mesmo cair.

Neste ano, o clima está mais favorável à agricultura e deve haver aumento de vários cultivos com o objetivo de aproveitar as vantagens dos preços recordes das commodities.

Analistas do setor de alimentos alertam, no entanto, de que ainda pode haver aumento de preços em razão da maior demanda por produtos agrícolas para a produção de biocombustível e do clima desfavorável, como o ciclone ocorrido em Mianmar (antiga Birmânia).

A própria ONU anunciou, no fim do mês passado, a criação de força-tarefa para enfrentar a crise alimentar e pediu à comunidade internacional a doação urgente de US\$ 2,5 bilhões para que a organização possa continuar seus programas de ajuda aos necessitados.

Comida tem maior alta em 18 anos nos EUA – Folha de São Paulo- Dinheiro – 15/05/2008

A inflação ao consumidor norte-americano ficou abaixo do esperado em abril, mas os preços dos alimentos tiveram a sua maior alta em 18 anos, desde janeiro de 1990. O CPI (índice de preços ao consumidor, na sigla em inglês) avançou 0,2% no mês passado, 0,1 ponto percentual menos do que em março. Já o núcleo do índice (que exclui alimentos e energia, itens considerados voláteis) subiu 0,1% e, nos últimos 12 meses, acumula alta de 2,3%, próxima da meta do Fed (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos). A inflação e o crescimento da economia são as principais preocupações do BC norte-americano.

O índice mostrou que os consumidores norte-americanos tiveram que pagar mais pelos alimentos, que subiram 0,9% no mês passado. Os preços de frutas e vegetais subiram 2% no último mês, por exemplo. A carne de porco ficou 3,4% mais cara, e a de peixe, 2,6%. Em março, os alimentos haviam ficado 0,2% mais caros. Já os preços de energia, que são uma das grandes preocupações devido à alta do petróleo nos últimos meses, ficaram estáveis em abril, depois de subirem 1,9% no mês anterior. Categorias como transporte e recreação apresentaram retração nos seus preços no mês passado nos Estados Unidos.

Escolhas – Verissimo – O Globo – Opinião- 15/05/2008

Infelizmente para quem gosta de teses enxutas as coisas nem sempre têm uma simetria aproveitável. Não está provado que a terra usada para produzir etanol vai ser roubada da terra usada para produzir comida. As duas podem coexistir racionalmente — desde que haja racionalidade. Mas mesmo improvável, a tese de que se deixaria de alimentar gente para alimentar carro não é absurda, levando-se em conta o domínio que o carro exerce em nossas vidas. Toda uma maneira de viver, toda uma civilização e uma cultura foram construídas pelo e para o automóvel. Que condiciona (e muitas vezes encurta) a nossa existência tanto quanto determinou o nosso desenvolvimento urbano, a nossa vida econômica e as nossas paisagens nos últimos cem anos. Não admiraria se, na crise terminal do combustível fóssil, escolher sacrificar a comida humana para ter o que dar ao tirano que manda em nós há tantos anos fosse a escolha lógica. Já que a alternativa seria trocar de vida.

A atual crise mundial de alimentos não é nem decorrência da produção crescente do etanol nem prelúdio do que virá quando a escolha entre gente e carro terá que ser feita, mas mostra como não se poderia contar com a racionalidade na hora da opção. Conspicuamente ausente na discussão sobre produção agrícola, subsídios, etc. e a ameaça de faltar comida está a atuação das poucas grandes empresas que dominam o comércio de alimentos no mundo. Desde a chamada Revolução Verde dos anos 50 a Terra produz o suficiente para alimentar, literalmente, todo o mundo. Se não alimenta é porque as grandes multinacionais que ditam e controlam a distribuição no setor sempre fazem a escolha lógica. No caso a lógica capitalista que ignora a fome e opta pelo lucro. E escolhem outro monstro em vez da gente.

Para quem procura simetrias: as grandes multinacionais do alimento que ninguém menciona só têm como rivais no mundo crepuscular dos monstros que dominam a vida no planeta os grandes consórcios de petróleo.

Era inevitável — pobres de nós — que os dois sistemas acabassem tratando, juntos, complementando-se, da nossa sobrevivência.

Não há como enfrentá-los, muito menos apelando à razão. A alternativa seria trocar de mundo.

A pressão do agronegócio por trás da renúncia – O Globo – O País – 15/05/2008

RIO e CUIABÁ (MT). Os ambientalistas não têm dúvida de que, muito mais do que desavenças com o ministro Mangabeira Unger, Marina Silva foi derrubada pelo lado mais beligerante do agronegócio. Na sexta-feira, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, em encontro com o presidente Lula, denunciou que os números de desmatamento da Amazônia tinham margem de erro de 14% e, com base nisso, estavam sendo tomadas medidas contra os agricultores, o que teria um imenso impacto no preço dos alimentos.

— Você está preocupado com a inflação de alimentos? Pois vai ver o que acontecerá se não forem suspensas as medidas tomadas pela ministra Marina... Esses municípios são o celeiro do Brasil e, sem crédito não plantarão e os preços dos alimentos explodirão — teria dito Maggi a Lula.

Lula, irritado, ficou do lado de Maggi, mesmo após Marina reafirmar que a margem de erro dos dados de desmatamento do Inpe era de apenas 5%.

— Lula já escolheu seu lado nessa luta — diz um dos diretores do Greenpeace.

Maggi disse ontem esperar do futuro ministro Minc que dê mais agilidade aos trâmites de projetos na área ambiental: — As coisas precisam ser decididas mais rápido. Se pode, pode. Se não, define logo.

Tudo pelo pãozinho – Martha Beck e Geralda Doca – O Globo – Economia – 15/05/2008

Assustado com o aumento de mais de 25% da tonelada do trigo no país — provocado pelas restrições de venda impostas pela Argentina e os baixos estoques mundiais —, o governo anunciou ontem medidas com o objetivo de facilitar a importação do grão e reduzir o preço, nas gôndolas de supermercado, dos produtos derivados.

Para tentar conter os reflexos na inflação, foi suspensa a cobrança de PIS/Cofins sobre a venda do trigo, da sua farinha e do pão francês, e retirado o adicional de 25% do frete da Marinha Mercante no transporte do grão. Além disso, o governo autorizou a importação com tarifa zero de mais um milhão de toneladas do trigo de fora do Mercosul.

— São medidas para garantir a oferta de trigo e reduzir o custo da farinha e do pãozinho — disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

— O consumidor já foi pego de calça curta, sofreu (com) aumento.

Daqui pra frente, os preços tendem a diminuir.

A renúncia fiscal com PIS/Cofins, de R\$ 500 milhões, e a desoneração do frete valerão até o fim do ano. A cota de importação expira em 31 de agosto. Os ministros Mantega e Reinhold Stephanes (Agricultura) se encontraram com representantes da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) antes de instituir as mudanças. O setor produtivo, garantiram, comprometeuse a repassar os benefícios aos preços finais.

Segundo estimativas do segmento, a desoneração deve reduzir os preços da farinha entre 10% e 11%. Já no caso do pão, isso vai depender do setor de panificação.

— Fizemos o compromisso de repassar imediatamente a redução de tributos feita pelo governo para os preços do trigo — disse Jorge Chammas, presidente do Moinho São Jorge, em São Paulo.

Pão francês foi vilão da inflação em abril - O Brasil precisa importar 70% do trigo que consome. A demanda atual é de 10,2 milhões de toneladas por ano. O estoque mundial de trigo, estimado em 112 milhões de toneladas, é o mais baixo dos últimos 20 anos e o preço do trigo nacional subiu 25,5% em 2008. Ao liberar, na semana passada, mais recursos para financiar o plantio do cereal, o governo espera um aumento de 25% na produção este ano.

O impacto da alta do trigo na cesta básica está no centro das preocupações oficiais. Tanto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu ontem a representantes de movimentos sociais uma redução de impostos incidentes em várias cadeias, especialmente a do trigo.

Lula ligou várias vezes para Mantega durante a reunião com a Abitrigo e ordenou que as medidas saíssem o mais rapidamente possível.

O comportamento dos preços dos derivados justifica a ofensiva. A farinha de trigo subiu 11,31% este ano, puxando um reajuste de 13,99% do pão francês e de 6,7% do macarrão, por exemplo. Só em abril, o pãozinho encareceu 7,33%, tornando-se o vilão da inflação. O IPCA (índice oficial de inflação) do período está acumulado em 2,08%. Segundo Mantega, a alta do pão chega a 25% em um ano e teve um impacto de 0,25 ponto percentual no IPCA dos últimos 12 meses.

— Daqui pra frente, o preço deverá se estabilizar ou cair. A garantia de que isso vai ocorrer é que nós acreditamos na palavra do setor — disse Mantega, informando que a oferta do trigo aumentará no fim do ano, pois “a safra americana vem robusta”.

Mantega explicou que a situação do abastecimento brasileiro foi agravada porque a Argentina não está cumprindo o compromisso de vender um adicional de 800 mil toneladas de trigo. O Brasil importa 4 milhões de toneladas por ano do país vizinho. O consumo interno é de dez milhões, e a produção nacional, de 4 milhões: — Estamos dando condições para que valha a pena importar de outros lugares. Estamos reduzindo o frete e aumentando o prazo para comprar de fora. A Argentina não está fornecendo o trigo adicional que tinha prometido.

No fim de janeiro, já havia sido dada às empresas brasileiras a possibilidade de importarem com tarifa zero um milhão de toneladas, diante das restrições às exportações criadas pela Argentina — que, para enfrentar aumentos de 50%, vetou embarques além do acordado para elevar a oferta doméstica. Desta vez, a ampliação será feita em duas frações de 500 mil toneladas: a primeira entrará em vigor imediatamente, e a segunda, se houver necessidade.

Até agora a medida não se mostrou eficaz. Consta apenas a importação do Canadá e dos EUA de 125 mil toneladas da cota de um milhão aprovada no início do ano. A principal

dificuldade é o alto custo do frete — 2,5% da importação — e os problemas relacionados à logística. Por isso, o adicional de frete foi reduzido.

Auto-suficiência em 7 anos, diz ministro - As medidas se somam a outra iniciativa do governo, que no mês passado lançou o Plano Nacional de Trigo, com o objetivo de estimular o cultivo do produto. Entre as propostas estão o aumento do limite de crédito de custeio das lavouras, a alta de 20% do valor do preço mínimo de garantia e a oferta de seguro aos produtores.

O governo estima que a produção para a próxima safra (2008/2009) atinja um volume de 4,75 milhões de toneladas, um aumento de 25%.

Stephanes disse ontem que o Brasil se tornará auto-suficiente em trigo gradativamente, num prazo entre cinco e sete anos. Para isso, o país dispõe de terra (Região Sul e Goiás) e máquinas. Mas enfrenta problemas com sementes.

População acampada e pré-assentada na Bahia conta com apoio do MDS para produção de alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 15/05/2008

Famílias acampadas e pré-assentadas da reforma agrária no Estado da Bahia passarão a contar com apoio que garante o direito humano à alimentação saudável. A parceria foi firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia (SEDES-BA) com objetivo de estruturar sistemas coletivos de produção de alimentos em núcleos comunitários para auto-abastecimento e comercialização do excedente em feiras locais.

Desde a última terça-feira (13/05), cerca de 84 agentes que vão atuar no desenvolvimento do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional para acampados e pré-assentados da reforma agrária na Bahia (PSAN) estão participando de um curso de formação no município de Mundo Novo (BA). Na capacitação – que se encerra no domingo (18) – estão sendo abordados temas como história da luta pela terra e dos movimentos sociais; agroecologia; associativismo e cooperativismo. Caberá a esses agentes a mobilização das famílias a serem atendidas, a elaboração dos projetos produtivos e o diagnóstico da condição de vida dos beneficiários.

O PSAN conta com recursos do MDS no valor de R\$ 2,5 milhões para atender 8,4 mil famílias. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50,2% da população baiana apresenta algum grau de insegurança alimentar, sendo que 12,3%, ou seja, cerca de 1,7 milhão de pessoas, estão enquadradas em situação grave.

A execução do PSAN ficará por conta da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3 com apoio da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Estadual de Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (Ceta); e Pastoral Rural Diocesana de Paulo Afonso.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ganha parceria de mais um ministério. Alimentação escolar será reforçada – Sítio Eletrônico do MDS – 15/05/2008

Uma das ações do Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi ampliado. O Decreto nº 6.447, publicado no Diário Oficial da União, inclui agora o Ministério da Educação por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O texto legal define o grupo gestor e sua atribuição, as formas de convênios, os valores repassados pelo governo federal, além da função de cada órgão envolvido.

A partir de agora, o Grupo Gestor do PAA - formado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão - ganha também o reforço do ministério da Educação. Estes órgãos são responsáveis pela sistemática e os procedimentos para a aquisição dos produtos com recursos oriundos de seus orçamentos.

O Grupo Gestor é também responsável por definir as modalidades de aquisição dos produtos agropecuários destinados à formação de estoques estratégicos e às pessoas em situação de insegurança alimentar, inclusive para o atendimento da alimentação escolar; os preços de referência de aquisição dos produtos agropecuários, levando em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; as regiões prioritárias para implementação do Programa; as condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários assistidos pelo PAA; as condições de formação de estoques públicos e de venda dos produtos adquiridos.

Fortalecimento agricultura - Entre os objetivos do PAA está o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional fortalecendo os agricultores familiares, tem também como componentes O programa é executado por meio de convênios firmados com Estados, Distrito Federal e municípios, para aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares.

Cada agricultor pode receber do governo federal o valor máximo de R\$ 3,5 mil por ano, com exceção da modalidade de incentivo à produção do leite, operada com recursos do MDS, cujo mesmo valor poderá ser pago por semestre, não sendo acumulativas as operações realizadas com recursos do Ministério da Educação.

Os alimentos adquiridos pelo PAA são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é responsável por fornecer os subsídios e o suporte técnico para operacionalização do Programa. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pela sistemática e os procedimentos em relação aos produtos adquiridos para o atendimento da alimentação escolar.

Para o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, César de Medeiros, “a entrada do Ministério da Educação na gestão e operacionalização do PAA, por meio de uma nova modalidade que permita a aquisição de alimentos através dos recursos do PNAE para merenda escolar, vem somar as demais modalidades do PAA e abrir ainda mais a participação dos agricultores familiares locais, ampliando alternativas de renda e de geração de emprego, fortalecendo a economia local.”

Segundo César, a aquisição dos produtos regionais dos agricultores familiares para a merenda escolar fará com que o aluno tenha uma alimentação mais próxima da sua realidade.

Projeto de Lei – Tramita atualmente, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n.º 2877/2008 que trata da regulamentação da alimentação escolar nas escolas públicas e privadas. Se aprovado, o tema será pela primeira vez regulamentado em forma de lei. O projeto prevê que, no mínimo, 30% dos recursos federais para alimentação escolar sejam destinados à aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos sem a obrigatoriedade de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado. A proposta não é só oferecer a merenda escolar, mas também promover a saúde pela educação por meio de ações de segurança alimentar.

As diretrizes prevêm, dentre outros, o emprego da alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar no processo de ensino, a universalidade, a participação da comunidade no controle social, o direito à alimentação escolar.

Adriana Scorza

Agroinflação recua – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2008

O índice de preços dos alimentos da FAO, considerado o melhor indicador de inflação global dos alimentos, apresentou a primeira queda em 15 meses em abril. Segundo o órgão, o recuo foi puxado por preços menores do trigo, açúcar, soja e lácteos. O índice, que será publicado no fim deste mês, mostra queda para 216, 7 pontos em relação aos 217 pontos de março. Nos últimos 12 meses, ele havia acumulado alta de 52%. Jose María Sumpsi, diretor-geral assistente da FAO, disse que a inflação parece ter "atingido o seu pico".

Mudanças na política de preços mínimos - Mauro Zanatta- Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 15/05/2008

A reforma da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) será o primeiro passo do pacote do governo para estimular a produção de alimentos básicos no país. O objetivo do governo é elevar a oferta de arroz, feijão, milho, mandioca e trigo na próxima safra, que começa em 1º de julho deste ano. A medida amenizaria eventuais impactos da alta dos alimentos básicos nos índices de inflação. Na hora de decidir qual cultura plantará, o produtor leva em conta os preços garantidos pelo governo em caso de excesso de oferta no mercado.

A proposta da nova política, entregue ontem ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, consiste na criação de dois níveis de preços para as aquisições diretas feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). De quebra, a nova política embutiria mais benefícios aos pequenos produtores rurais. Pelo texto, o governo pagaria um adicional em até 20% dos limites individuais por produtor. Um exemplo é a proposta para estimular o

cultivo de feijão, primeiro "vilão" da recente alta de preços que tem preocupado a equipe econômica do governo.

O plano inicial prevê a aquisição de 20% do limite para o feijão - ou 30 sacas - a R\$ 80 por unidade. O restante seria comprado a R\$ 60 por saca. A medida beneficiaria a agricultura familiar, que normalmente comercializa volumes menores da produção. Ao mesmo tempo, estimularia os médios e grandes produtores com um mix de cotações mais favorável em pequenos volumes e garantiria preços mais remuneradores em grandes volumes. Atualmente, o preço mínimo da saca de 60 quilos de feijão está fixado em R\$ 47.

Apoio aos alimentos		
Pacote básico para preços mínimos		
Produto	Limite individual	Preço mínimo proposto (R\$/saca)
Arroz	200 toneladas	22,00 a 25,80
Feijão	150 sacas	60,00 a 80,00
Milho	5 mil sacas	12,40 a 19,00
Mandioca	n/d	23,00 a 25,00 (+10% diferencial)

Seria um reajuste considerável, na avaliação de fontes do governo. Algumas fontes temem dificuldades de comprovação das vendas à Conab, a sobreposição com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o baixo percentual (20%) beneficiado pela nova política de preços mínimos. Haveria, ainda, resistências políticas a um favorecimento da agricultura familiar.

Os planos incluem uma política de diferenciação de preços, além do adicional de 20%, para a produção de arroz em Goiás e Tocantins; sorgo no Nordeste; e milho no Piauí e Maranhão. Os produtores dessas regiões teriam benefícios extras. O reajuste dos preços mínimos auxiliaria o arroz no Sul. Neste caso, o limite seria de 200 toneladas por beneficiário. Seriam pagos R\$ 25,80 por saca para 40 toneladas e R\$ 22 para as demais 160 toneladas.

Para o milho, o governo avalia um limite individual de 5 mil sacas, com preços de R\$ 19 por saca de 60 quilos para o Nordeste e R\$ 12,40 para Mato Grosso. No caso da farinha de mandioca, a idéia é estimular aquisições a R\$ 23 por saca de 50 quilos no Sul do país e a R\$ 25 no Nordeste - com adicional de 10% sobre os preços máximos e mínimos da PGPM.

O governo avalia estímulos extras de 10% nos preços da fécula de mandioca no Paraná e Mato Grosso do Sul, além da farinha no Nordeste. O objetivo seria evitar o avanço da cana-de-açúcar sobre a produção de mandioca nessas regiões.

Alimentação: Crise, outro sintoma da liberalização - Aileen Kwa (IPS) – Agência Carta Maior – 16/05/2008

A crise provocada pela alta no preço dos alimentos não deveria surpreender ninguém. Trata-se apenas da mais recente de uma série de conseqüências da abertura das fronteiras praticada por muitos países em desenvolvimento, como parte de acordos com o FMI e o Banco Mundial.

GENEBRA – O encarecimento dos alimentos desatou distúrbios em muitos países do Sul, da Indonésia a Camarões, da Índia à Costa do Marfim, de Bangladesh ao Haiti. Mas, isso não deveria surpreender ninguém. Trata-se apenas da mais recente de uma série de conseqüências da abertura das fronteiras praticada por muitos países em desenvolvimento, como parte de acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, medidas de ajuste estrutural que acabaram prejudicando o setor agrícola e minando sua capacidade de produzir alimento.

Em tempos de maior controle estatal, nos anos 70 e início dos 80, boa parte dos mercados de alimentos nacionais do Sul estava em mãos de juntas de comercialização estatais e de cooperativas. As juntas garantiam preços mínimos, forneciam sementes e fertilizantes, controlavam o volume importado, redistribuíam alimentos quando diminuía sua produção e compravam matérias-primas das cooperativas. Estes organismos nem sempre eram dirigidos da melhor maneira. Houve muitos casos de corrupção e ineficiência, mas, de todo modo, cumpriam certas funções críticas.

Os agricultores contavam, graças a esses mecanismos, com mercados para vender seus produtos e garantir seu sustento. Os preços eram estáveis mesmo quando eram menores do que desejavam os produtores. Essas políticas permitiam a muitos países em desenvolvimento exportar alimentos ou, pelo menos, alcançar a auto-suficiência. Tudo isso mudou nos últimos 20 anos. O apoio estatal aos agricultores caiu. Aos pequenos camponeses foi aconselhado se dedicar ao mercado internacional, enquanto os mercados nacionais se abriam a produção estrangeira.

Mais do que apoiar os alimentos tradicionais e básicos de cada país, os governos apoiavam os exportadores. Supunha-se que as “vantagens comparativas” dos produtos escolhidos para serem vendidos ao exterior enriqueceriam esse setor e que benefícios se espalhariam em seguida a toda a população. Porém, mais do que originar riqueza, a abertura expulsou milhões de camponeses mais pobres do mercado de seus próprios países. As importações substituíram o que antes se produzia em nível nacional nestes 20 anos, as colheitas diminuíram gravemente.

O ocorrido nas Filipinas é um exemplo cabal do resultado destas políticas. “Nas décadas de 60 e 70, éramos auto-suficientes”, disse à IPS Jowen Berber, do não-governamental Centro Saka. “Nesses tempos, o governo investia muito em arroz, tanto na irrigação e infra-estrutura quanto em apoio ao marketing com créditos e insumos para a produção. Mas, quando as autoridades suspenderam esses incentivos, a colheita diminuiu

lentamente”, afirmou Berber.”O governo agora intervem, mas comprando menos de 1% da produção de arroz filipino. Compra mais arroz importado do que nacional”, acrescentou.

O governo de Camarões retirou seu apoio ao setor arrozeiro em 1994, ao implementar políticas recomendadas pelo Banco Mundial e pelo FMI. Nesse contexto, entregou ao mercado de fertilizantes o setor privado. O rendimento dos campos dos agricultores pobres se precipitou, pois o fertilizante se tornou um artigo de luxo, segundo os especialistas David Pingpoh e Jean Senahoun em um estudo para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A abertura comercial aumentou a vulnerabilidade dos países às políticas dispostas por outras forças externas.

As importações de arroz da Índia multiplicaram por quase oito em apenas um ano, entre 2001 e 2002. Por isso, muitos agricultores abandonaram a atividade. A área cultivada com arroz diminuiu 31,2% entre 1999 e 2004. Segundo a FAO, a Costa do Marfim também foi inundada pelas exportações de alimentos. Em cumprimento aos seus compromissos com a Organização Mundial do Comércio, esse país reduziu as tarifas alfandegárias ao máximo de 15%. Como consequência, as importações de arroz aumentaram 6%, em média, ao ano, de 470 mil toneladas para 715 mil toneladas entre 1997 e 2004. A produção nacional caiu 40% no mesmo período.

As importações de arroz do Nepal tiveram enormes picos de aumento: quase triplicaram em 1994 e aumentaram oito vezes em 2000. Em algumas zonas, o preço ao consumidor caiu quase 20%. Grandes quantidades de estabelecimentos da fronteira com a Índia fecharam. O atual ciclo de encarecimento é atribuído à queda das existências. A produção agrícola se canaliza para a produção de biocombustíveis. A seca australiana fez a sua parte, e também o jogo dos especuladores que compram a futuro. Houve distúrbios e protestos em pelo menos 37 países. Mas, desde o Norte volta a se repetir a cantilena do livre comércio como panacéia.

Assim o fizeram no final de abril, em uma reunião na cidade suíça de Berna onde foi examinada a emergência alimentar, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon; o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, e o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. Dificilmente os agricultores serão convencidos de que mais do mesmo que destruiu seu meio de subsistência durante duas décadas os ajuda. “Proteger a alimentação se converteu em delito pelas leis do livre comércio. O protecionismo, em má palavra, disse Henri Saragih, coordenador internacional da rede mundial Via Camponesa. “Os países se tornaram adeptos da importação de alimentos baratos. Agora que o preço aumenta, a fome mostra seu rosto feio”. (IPS)

ALIMENTOS: PREÇO JUSTO PRA QUEM PRODUZ, PREÇO JUSTO PARA QUEM CONSUME - Altemir Tortelli- Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar (Fetraf-Sul) – 16/05/2008

Muito se discute sobre as causas e conseqüências da crise mundial de alimentos. Esse assunto tem suscitado intensos debates e tem sensibilizado as diferentes camadas da população mundial. Isso se deve ao fato que esse tema atinge diretamente toda a sociedade. Tanto quem produz quanto quem consome são, invariavelmente, atingidos por essa intensa crise. Por isso temos consciência que para juntos iniciarmos a superar essa crise é necessário um forte investimento na agricultura familiar que hoje é responsável por 70% da produção brasileira de alimentos, reestruturando esse modelo de produção voltado ao mercado internacional. A presente crise provou que a produção, processamento e distribuição não podem mais ficar ao bel-prazer do mercado. É necessária uma forte intervenção dos estados e nações regulando esse processo. Com essa idéia a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) está propondo o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) Mais Alimentos para produção de alimentos da Agricultura Familiar.

A produção de alimentos terá como prioridade as culturas de milho, leite, trigo, arroz, feijão mandioca, tubérculos e o cultivo de hortifrutigrangeiros, destinados prioritariamente para o mercado interno e garantindo a produção e pagando um preço justo para quem produz sem onerar os consumidores.

Como ações do PAC propomos estabilizar a renda dos agricultores familiares no momento da comercialização de seus produtos, através do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), onde o Estado garante ao agricultor uma remuneração justa pelos seus produtos. Também é necessário mais investimento no Pronaf, aumentando os valores para 13 bilhões em 2008, 14 bilhões em 2009 e 15 bilhões em 2010. O Pronaf deve evoluir para o financiamento do conjunto das atividades da propriedade (Pronaf Sistêmico). No Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), propomos valores de R\$ um bilhão em 2008, dois bilhões em 2009 e três bilhões em 2010, sendo que 50% dos recursos sejam aplicados na merenda escolar.

Como a questão ambiental é um dos fatores que nos leva a essa crise a nossa proposta é que seja criado um programa federal específico que estimule e compense os agricultores familiares que preservam as Áreas de Preservação Permanentes - APPs e reservas legais. A criação de um Programa Nacional de Habitação Rural considerando as diferentes realidades regionais, viabilizando a construção de 300 mil casas em três anos. Reestruturar o Proagro Mais como seguro agrícola também está prevista no plano de tal forma que permita ao agricultor familiar receber indenização sobre sua produtividade média dos últimos anos das diferentes culturas, desvinculando o financiamento do seguro e permitindo que o agricultor receba por perdas parciais da sua produção por questões climáticas.

São necessários investimentos na educação rural com a reestruturação da grade curricular, são necessários especialmente do ensino médio e superior, nas regiões de predominância agrícola, de tal forma que valorize a atividade rural e prepare os filhos de agricultores familiares a permanecer na atividade agrícola. Outro fator de fundamental importância é a garantia da Assistência Técnica (ATER) pública, gratuita, exclusiva e permanente para a agricultura familiar, com aplicação de um bilhão de reais por ano até 2010. É preciso a reestruturação do sistema CONAB, ampliando sua capacidade

operacional e financeira, para que possa formar estoques reguladores e intervir na regulação e abastecimento no mercado interno.

A agricultura familiar hoje abrange 20 milhões de pessoas que podem alimentar o povo brasileiro sem explorar o consumidor. Com estoques reguladores, silos comunitários e descentralizados, é possível pensar em uma produção agrícola diferente e sustentável. Por todos esses fatores estamos mobilizados em todo o país, realizando manifestações e audiências públicas para debater o tema. Também estamos em Brasília, colhendo apoios e realizando audiências com Ministérios para garantirmos efetivamente avanços para esse setor. Essa é uma luta de todos tanto do campo quanto da cidade.

Manipulação – O Globo – Opinião – 16/05/2008

Temas complexos e com nuances são sempre passíveis de manipulação por grupos de interesses. O exemplo do momento, em escala mundial, é a agenda que conjuga a alta de preços de alimentos com o aumento da produção de biocombustíveis, em que se destaca o etanol.

No centro da polêmica está o Brasil, pioneiro no ramo, com a decisão estratégica tomada na segunda metade da década de 70 de substituir gasolina por álcool obtido da cana-de-açúcar.

Passaria o tempo, o combustível alternativo se consolidaria no país e ganharia importância planetária com o surgimento da agenda ambiental.

Mas o que parecia ser um ponto sem discussão — o Brasil na função de fornecedor-chave de uma energia mais limpa, adequada às necessidades do planeta — virou alvo de críticas, ao sabor dos pesados interesses que transitam no comércio internacional e na indústria de energia.

O encarecimento de produtos alimentícios básicos no mundo é mesmo preocupante. Nos Estados Unidos, o milho, em 12 meses, deu um salto de 75%. Na China, onde a inflação já ultrapassou a faixa dos 8% ao ano, a comida tem subido também na velocidade de dois dígitos percentuais. Já no Brasil há o exemplo do trigo, produto de importação.

A evidência de manipulação está na tentativa de se fazer crer que qualquer remarcação no preço de alimentos se deve, preponderantemente, ao avanço de culturas destinadas a produzir biocombustíveis.

Falso. Nessas análises interessadas escamoteia-se a grande pressão de demanda causada pelas centenas de milhões de novos consumidores surgidos na esteira do crescimento chinês e indiano.

No caso americano, há de fato o equívoco de se usar um produto importante na base alimentar da população, o milho, para a obtenção de etanol — e a custos bem superiores que os da cana.

Em regiões de terras escassas, como a Europa, também há conflito entre biocombustíveis e alimentos. Não no Brasil.

Um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo, o país, hoje com uma área de pouco mais de 60 milhões de hectares cultivados, tem ainda a explorar outros 90 milhões de hectares, o equivalente aos territórios da França e da Alemanha somados — e sem precisar avançar sobre a Amazônia e o que resta da Mata Atlântica.

Mais: dos aproximadamente 60 milhões de hectares plantados, 7 milhões são de canaviais — metade produz açúcar; metade, álcool.

E desses 90 milhões de hectares disponíveis, estima-se que 25 milhões possam ser destinados à cana.

Considerando os avanços tecnológicos, pelos quais a produção agropecuária brasileira se expande num ritmo bem maior que o avanço da fronteira agrícola — a mesma terra produzindo mais —, o fornecimento de álcool pode ser multiplicado sem prejudicar outros cultivos.

Até a saída de Marina Silva do governo serve de inspiração para profecias catastróficas nesse hipotético conflito entre proteínas e energia. Mas os números não confirmam o pessimismo.

IBGE pesquisa hábitos de alimentação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2008

O IBGE leva a campo a partir de segunda-feira a nova POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares). Na sua versão 2008/2009, a pesquisa investigará, pela primeira vez, o consumo de alimentos fora do domicílio e as quantidades e a qualidade dos produtos ingeridos pela população.

Tradicionalmente, o IBGE pesquisava apenas as despesas com alimentos e demais grupos de produtos, informações que continuarão a ser levantadas.

Um dos usos da pesquisa é para definir políticas públicas na área de saúde e conhecer o perfil nutricional da população, além de atualizar os pesos de cada produto nos índices de preço e recalcular a participação do consumo das famílias no PIB.

Alta no preço de alimentos reduz consumo – Tatiana Resende – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2008

Pesquisa da LatinPanel aponta retração, principalmente nas classes C, D e E, no primeiro trimestre do ano

O aumento nos preços dos alimentos começa a afetar o consumo das famílias brasileiras. Pesquisa da LatinPanel, que acompanha 8.200 domicílios, registrou queda de 6% no volume comprado no primeiro trimestre, com destaque para a retração nas classes C, D e E (7%), que têm renda mensal inferior a dez salários mínimos.

A comparação é com o último trimestre de 2007. Mesmo levando em conta o efeito sazonal das vendas de Natal e Ano Novo, os números chamam a atenção, ressalta Maria Andréa Murat, gerente da LatinPanel.

Entre os produtos com diminuição no volume estão farinha de trigo (16%), café solúvel (8%), pão (7%), açúcar (7%), óleo (6%) e massas (4%).

Na cesta de bebidas, a queda foi menor (3%), mas também puxada pelas retrações nas classes C (5%) e D/E (4%).

A inflação medida pelo IPCA aponta alta de 4,4% nos preços do grupo alimentos e bebidas no primeiro quadrimestre, contra 2,1% do índice geral.

Na mesma direção, pesquisa do Dieese mostrou aumento na cesta básica em todas as 16 capitais analisadas nesse período, com maior variação (19,25%) em Fortaleza (Ceará).

O levantamento da LatinPanel, que tem ainda produtos de higiene pessoal e limpeza, é feito com mais de 70 categorias, mas não inclui três vilões da inflação nos últimos meses (carne, feijão e arroz). No geral, o volume teve queda de 4%, com destaque para a classe C (5%).

Na comparação entre os últimos três meses de 2007 e de 2006, houve alta de 3%. A expectativa então, afirma Maria Andréa, era a de que o patamar de incremento no consumo fosse mantido no confronto entre os primeiros trimestres, mas houve estabilidade. A pesquisa de comércio do IBGE, também divulgada nesta semana, não analisa volume nem gasto com produtos específicos - apenas com setores.

Everton Santos, economista da LCA Consultores, alerta que há desaceleração mais forte do crescimento da massa de rendimento na população de renda mais baixa. Na classe C, por exemplo, houve alta de 6,4% no confronto de 2006 com o ano anterior, percentual que caiu para 5,8% em 2007. A projeção para este ano é de que a expansão fique em 4,7%.

Emergentes culpam ricos por crise de alimento – Vivian Oswald – O Globo – Economia – 17/05/2008

EKATERIMBURG, Rússia. Brasil e Índia reiteraram ontem, em reunião na cidade russa de Ekaterimburg, que os subsídios agrícolas de países ricos distorcem o mercado e reduzem a produção mundial de alimentos. Estes seriam, na opinião de representantes dos dois países, um dos principais responsáveis pela alta global de preços dos gêneros alimentícios, e não a produção de biocombustíveis ou a forte demanda das nações em desenvolvimento, como argumentam os países ricos.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que a política de subsídios dos americanos e europeus prejudica a produção das nações mais pobres e força o aumento dos preços, o que também tem impacto sobre a população de menor renda. O chanceler da Índia, Pranab Mukherjee, enfatizou que os subsídios afetam até mesmo produtores eficientes. E destacou que tradicionais produtores e exportadores de

arroz — em regiões afetadas por ciclones em Bangladesh e Mianmar — hoje compram de fora e não têm mais como se manter, o que agrava a sua situação.

Rússia e China apóiam Brasil no Conselho de Segurança Os dois ministros participaram, ao lado de representantes de Rússia e China, do primeiro encontro formal do grupo Bric. A sigla foi criada pelo banco de investimentos Goldman Sachs para se referir a Brasil, Rússia, Índia e China e apontá-las como as potências do futuro.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Yang Jiechi, acusou as atividades especulativas e os preços recordes do petróleo de serem responsáveis pela queda da produção de alimentos no mundo.

Tanto Índia quanto China têm sido apontadas pelos europeus como culpadas pelo forte aumento da demanda por grãos.

— A China dispõe de 9% das terras aráveis do mundo e produz o equivalente a 22% dos alimentos consumidos no planeta.

Essa é a contribuição importante que fazemos para o mundo em termos de segurança alimentar — afirmou Jiechi.

Brasil vai sediar novo encontro em novembro Ao fim do encontro, os três ministros e o colega russo Sergei Lavrov divulgaram nota em que foi dada ênfase à importância do uso dos biocombustíveis, como queria o Brasil. Outra vitória brasileira se deu no âmbito político. Pela primeira vez, Rússia e China apoiaram claramente a candidatura do país a uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, apesar de o documento final reconhecer também a candidatura da Índia.

Rússia e China são membros permanentes do conselho.

Numa demonstração de que os países do Bric estão dispostos a dar novo peso às suas posições em questões globais, três encontros foram agendados.

O primeiro será em setembro, paralelo à Assembleia Geral da ONU, em Nova York. O segundo será em novembro, no Brasil, entre ministros da Fazenda dos quatro países. O terceiro será na Índia, em 2009.

— O novo formato dos encontros dos Bric não é artificial.

É real. Os países apóiam a reforma da arquitetura econômica mundial e a garantia das regras internacionais, e discutem a situação global — disse Lavrov.

'Estamos mudando a organização do mundo'

CORPO A CORPO CELSO AMORIM

EKATERIMBURG, Rússia.

Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a reunião do chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) é a prova de que os quatro países finalmente se convenceram de sua importância global.

O GLOBO: Que sinal o grupo Bric dá ao resto do mundo ao se reunir pela primeira vez? CELSO AMORIM: Juntos, esses países têm quase a metade da população, 20% do território e 15% do PIB mundial, e ajudam a manter a economia global viva neste momento de crise.

Filosoficamente falando, os quatro eram uma realidade em si, e agora são uma realidade para si.

Ou seja, tomaram consciência de sua existência como um grupo de parceiros fortes e importantes.

Demos início a um processo a partir do qual estamos mudando a maneira como o mundo é organizado.

Especialistas questionam como países tão diferentes podem ter pontos em comum.

AMORIM: É isso que torna o grupo ainda mais interessante. A importância do Bric no mundo quase nos obriga a nos coordenar em benefício de nós mesmos, dos países em desenvolvimento.

Em muitos temas, os quatro são complementares. O Brasil é um grande produtor de alimentos, por exemplo, e os outros três, grandes compradores.

O Brasil conseguiu colocar no documento conjunto o destaque à produção de biocombustíveis.

Como o grupo vê o tema?

AMORIM: Não há uma visão preconceituosa.

Nesse assunto, há sempre alguém procurando culpados ou um bode expiatório. Não aqui. Existe um grande terreno para o trabalho conjunto. A Índia, por exemplo, tem grande potencial para a produção a partir da cana.

Fala-se na criação de uma instituição financeira comum, com recursos das reservas internacionais do Bric.

Isso é viável?

AMORIM: Essa é uma idéia muito boa. (Vivian Oswald, enviada especial)

Restaurante reajusta após alta de alimentos – Fátima Fernandes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2008

Com elevação nos custos, churrascarias, cantinas e pizzarias fazem a "terceira onda" de aumentos em menos de um ano - Medidas tomadas pelo governo federal para conter a alta de preços e manter a oferta de produtos podem minimizar os reajustes

Embalados pela alta de custos de alimentos e bebidas e de mão-de-obra, os reajustes de preços nos restaurantes vão continuar. Churrascarias, cantinas e pizzarias efetuam a terceira onda de aumentos em menos de um ano, segundo restaurantes e a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Neste mês, alguns cardápios foram reajustados em quase 20% e há programação para mais aumentos em junho.

"A alta de preços de trigo, arroz, leite e carne bovina deve ser responsável pelo terceiro ciclo de reajustes dos restaurantes, que começou em março, e continua neste mês. Com a entressafra do leite e da carne, os preços dos restaurantes devem subir ainda mais, até porque a demanda continua aquecida", afirma Márcio Nakane, coordenador do IPC da Fipe.

As medidas do governo para conter a alta de preços e manter a oferta de produtos podem minimizar os reajustes dos alimentos e, como consequência, dos restaurantes. Mas, segundo Nakane, o ciclo de aumentos deve se estender.

Os preços dos rodízios de carnes, que subiram 4%, em média, em abril, deverão aumentar de 6% a 10% em junho, segundo a Achuesp (Associação das Churrascarias do Estado de São Paulo). "A elevação de custos está exagerada. O reajuste de 4% ficou abaixo do necessário", diz Ari José Nedeff, presidente de honra da Achuesp.

Nos últimos dez meses, segundo ele, o preço da arroba do boi subiu 32% e das carnes argentinas, 50%. "E, neste ano, o preço do carvão subiu 20%; de legumes e verduras, 15%; de queijos, 20%, e do gás, 10%. No mínimo, todos os insumos de restaurantes, como arroz e leite, foram reajustados entre 15% e 20%. No caso do óleo, a alta foi de 70% em seis meses."

O restaurante Filet do Moraes, em São Paulo, reajustou em 18,8%, em média, neste mês, os preços de seus pratos, após dois anos sem alterá-los. "Está quase certo que vou ter de mexer novamente nos preços, pois há defasagem de cerca de 20% entre os aumentos de custos e de preços", afirma o sócio José Luiz de Freitas.

Desde setembro, o preço do filé mignon, segundo Freitas, subiu entre 60% e 65%. Hoje, ele paga entre R\$ 9,50 e R\$ 12,50 pelo quilo. O filé de 430 gramas com alho seco custava na última sexta-feira R\$ 61,21.

"Enfrentamos um momento atípico, pois o preço do traseiro do boi e o do dianteiro está quase igual. Como aumentou o preço da carne em dólar para exportação, o mercado interno acompanhou. Com a entressafra na produção de carnes, a situação tende a se agravar", diz.

"Está impossível segurar os preços, mas é claro que a tentativa é de repassar o mínimo possível", afirma Nelson de Abreu Pinto, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo. Os reajustes têm sido da ordem de 10% e a defasagem entre preços e custos é ainda de 10%. "Mas a mensagem é de otimismo, não de alarde", completa.

O restaurante Mestiço informa que teve de elevar duas vezes o preço de seu cardápio neste ano-entre 2,5% e 3% em fevereiro e entre 2,5% e 3% em abril. "Teríamos de aumentar os preços em mais 6% para estarmos em linha com a alta de custos. Mas vamos aguardar", afirma Ina de Abreu, sócia do Mestiço e do Fillipa.

Há oito meses, o restaurante Almanara reajustou o preço do cardápio em 3,8%, em média. Desde então, os preços dos insumos subiu entre 12% e 14%, segundo Douglas Coury, diretor do restaurante. "O governo anunciou medidas para desonerar a importação de trigo e manter a oferta de produtos. Por isso vamos segurar os preços até agosto", afirma. Além dos aumentos de custos dos alimentos, Sérgio Kuczynski, diretor do restaurante Arabia, diz que esse setor sofre pressão de outros custos.

"Mudou nos últimos dois anos a forma de os restaurantes operarem, por exigência do Centro de Vigilância Sanitária [Secretaria de Estado da Saúde]. Os funcionários eram obrigados a passar por exame médico uma vez por ano e agora são duas vezes por ano. Temos de ter um responsável técnico pela operação do restaurante. Temos de lavar a caixa

d'água e fazer análise dessa água a cada seis meses. Tudo isso é custo que o restaurante não tinha e passou a ter. E tem o dissídio dos trabalhadores do setor, que ocorre em julho", diz. A nova forma de cobrar ICMS adotada pela Fazenda paulista, na qual o imposto é pago antecipadamente pelos fabricantes, segundo ele, resultou numa alta de 15% nos vinhos. "Os fornecedores embutiram essa mudança na cobrança de imposto no preço. Neste mês, será a vez dos reajustes no setor de sucos prontos."

Após um ano sem mexer nos preços, o Arabia reajustou o cardápio em 6,5%, em média, em abril. "Se fosse repassar todos os aumentos de custos, precisaria subir os preços em mais 5%." Um dos pratos mais populares, o quibe cru, passou de R\$ 26,90 para R\$ 28,50.

Os preços também podem estar mais altos, segundo a **Folha** apurou, porque o consumidor está pedindo cada vez mais nota fiscal nos restaurantes para se beneficiar de créditos oferecidos pela Prefeitura e pela Fazenda paulista. Quem não pagava imposto, ou pagava menos imposto do que devia, passou a pagar, o que também impactou nos preços dos cardápios.

Se um chinês comer um pouco mais por ano... – **Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia**
– 18/05/2008

...haverá efeitos na inflação, na segurança alimentar dos países e na desigualdade mundial, dizem especialistas

Fabiana Ribeiro

O que aconteceria no mundo se cada chinês aumentasse em 25% seu consumo anual de frango e porco? Um frango e oito quilos de suíno a mais na mesa de cada chinês por ano teriam efeitos nos preços da comida, na economia dos demais países, na segurança alimentar e na desigualdade mundial, alertam especialistas.

É um cenário possível em cinco ou seis anos — que poderia ter efeitos agravados em caso de problemas climáticos ou acidentes naturais.

Nos cálculos de Mauro Lopes, especialista em agricultura da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para cada frango a mais consumido por habitante na China, por ano, serão necessários 5,6 milhões de toneladas de milho e 2,4 milhões de toneladas de soja.

E cada oito quilos a mais de suínos na dieta anual dos chineses demandam 21,5 milhões de toneladas de milho e 7,8 milhões de toneladas de soja.

Mais proteínas e menos cereais na dieta Soja, na opinião de Lopes, não é o problema. A questão é o milho: a China teria de importar os 27,1 milhões de toneladas extras do grão. As exportações anuais dos Estados Unidos são de cerca de 60 milhões de toneladas. Isto é: um aumento de consumo dessas proporções da China acarretaria uma explosão de preços do milho ou privação para muitos consumidores em outros países. Ou os dois cenários, prevê o especialista.

— Se somarmos o que Brasil e Argentina exportam, isso ainda não atenderia à demanda extra da China. Se o consumo de alimentos na China continuar crescendo, não

haverá produto para todo mundo. O efeito é nos preços, que poderiam triplicar. Por isso, a taxa de crescimento populacional da China tem que cair. E é preciso fazer ajustes internos para que o país cresça até 6% ao ano (atualmente são cerca de 11%) — disse Lopes.

Estaria, então, o futuro do mercado de alimentos — e da crise — na mesa dos chineses? Para o professor da FGV, sim.

— A crise de alimentos está nas mãos da China, se ela não conseguir conter o desejo do povo de se alimentar mais e melhor. Aí não há cenário possível de se prever. As grandes movimentações populares na China partiram de escassez de alimentos. É uma questão política — explicou Lopes, frisando que petróleo e clima são fatores que contribuem para a crise. —

Estamos no limite, com estoques baixos, que não atingem hoje 12,5% do consumo mundial. Se houver problema de clima, como começou a ocorrer com atraso no plantio de milho em Missouri, Iowa, Mississippi há uma semana, uma importação extra de seis milhões de toneladas seria a gota d'água que desencadearia elevação insuportável de preços.

Mas a pergunta é: até que ponto os EUA suportarão a pressão mundial para que o país reveja a política de etanol? O aumento de renda da população chinesa — rural e urbana — explica parte da crise dos alimentos. E a urbanização fortalece a alta do consumo, embora ainda seja de 39%, equivalente à taxa do Reino Unido em 1850 e à dos Estados Unidos em 1911. Ao trocar o campo pela cidade, boa parte busca empregos na indústria, que pagam mais. No entanto, esses trabalhadores urbanos se tornam consumidores de algo que não produzem mais: alimentos. E querem comer melhor: mais proteína animal, menos cereais.

— Com melhores salários, não é qualquer elevação dos preços que conterá o consumo de alimentos na China. E se alguém come mais, outro come menos — explicou Chico Menezes, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Na avaliação de Menezes, um aumento abrupto do consumo na China teria força para espalhar fome nos quatro cantos do mundo: — Esse aumento de consumo pode tornar vulneráveis regiões que não cuidaram de seu autoabastecimento, como países da África, Honduras, El Salvador, Haiti e México. E, com isso, a questão da segurança alimentar está ameaçada especialmente nesses países: mais gente pode comer menos e pior. Menos comida, preços ainda mais altos.

Uma equação que levaria o mundo a aumentar a desigualdade.

Os especialistas se dividem, no entanto, na hora de refletir sobre as possíveis saídas para o problema. Segundo Menezes, não há soluções globais: — Frente a um consumo desse porte, os governos terão de resolver seus problemas de forma independente. Restrições como a da Argentina com o trigo (veto à exportação) podem se multiplicar.

Para Pierre Vilela, analista da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, o fim dos subsídios agrícolas especialmente em Europa e EUA, que mexem artificialmente nos preços, e um livre comércio é uma das saídas à crise dos alimentos e ao aumento de consumo na China — e ainda em Índia e Rússia.

Na China, oportunidade para o agronegócio brasileiro Ricardo da Cotta, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pondera que um salto de 25% no consumo de frango e suínos não se dá de um ano para o outro. E que, por isso, o mundo tem como se preparar para abastecer a China. Os países terão que produzir mais e ter uma maior produtividade. Nesse contexto, o Brasil sai à frente — com terra, água e capacidade de aumentar a produção.

— A fome na China é uma excelente oportunidade para o agronegócio brasileiro.

Governo federal quer estimular produção de alimentos – Sítio Eletrônico da Contag - 20/06/2008

Depois de elevar os juros e o superávit primário, o governo agora pretende controlar a inflação com um incremento na produção de alimentos. Os agricultores terão R\$ 65 bilhões para financiar a próxima safra e outros R\$ 13 bilhões serão destinados a produtores familiares, medidas que farão parte de pacote agrícola a ser anunciado no início de julho pelo presidente Lula.

O governo vai divulgar também na próxima semana de onde virão R\$ 14,2 bilhões para cumprir a nova meta oficial de superávit primário, elevada de 3,8% para 4,3% do PIB.

Lula fez uma reunião ontem com a equipe econômica, economistas de fora do governo e o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para discutir o andamento de medidas de combate à inflação e eventuais novas propostas. Nas palavras de um ministro, o governo vai continuar a monitorar o comportamento da inflação a fim de mantê-la na meta oficial.

Na área agrícola, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que as medidas discutidas ontem serão suficientes para elevar a produção de alimentos em 5%, alcançando 148 milhões de toneladas.

"Não queremos cair na armadilha em que alguns países estão caindo de tabelar e não ter produto, ou limitar as exportações ou até de taxar, que é o caso da Argentina, e acabar desorganizando o próprio setor produtivo", disse Stephanes.

No ano passado, o financiamento à safra foi de R\$ 58 bilhões e à agricultura familiar, de R\$ 12 bilhões.

Designado porta-voz da reunião, o ministro Guido Mantega (Fazenda) deu rápida entrevista, na qual respondeu a poucas perguntas e da qual saiu puxado por um assessor. Lula não gostou do vazamento de que haveria a reunião, noticiada pela Folha e que acabou ocorrendo num horário em que o mercado financeiro estava aberto.

Mantega fez avaliação otimista da situação econômica. "O balanço é que a economia brasileira continua em trajetória muito saudável, que a inflação que temos é passageira, que vem principalmente de fora."

O ministro disse que o governo fará novos cortes de gastos para conseguir elevar o superávit primário, economia que é feita para pagar os juros da dívida, de 3,8% para 4,3% do PIB.

Apesar de sustentar o discurso de que mantém de pé a proposta do fundo soberano (usar parte do superávit para gastos fora do país financiando empresas brasileiras, por exemplo), a proposta está praticamente engavetada no momento. E o 0,5 ponto percentual a mais de superávit neste ano deverá ser dedicado a reduzir a dívida pública. Nos bastidores, Lula já autorizou que se mire meta de 4,5% de superávit.

No entanto, Mantega disse que não haverá redução nos gastos prioritários do governo. Na apresentação que fez durante a reunião, o ministro avaliou que "o aumento do esforço fiscal contrai um pouco o consumo e reduz a necessidade de juros mais altos".

Para ele, as medidas tomadas pelo governo, como alta de juros e da meta de superávit, elevação do imposto sobre empréstimos e desonerações, estão surtindo efeito e desaquecendo a economia em medida considerada suficiente para evitar o descontrole de preços.

O ministro disse que o governo não estuda medidas adicionais para conter o crescimento do crédito. O objetivo é fazer com que o país cresça em torno de 5% neste ano e repita o desempenho no ano que vem.

Além de Mercadante, Mantega e Stephanes, participaram da reunião Paulo Bernardo (Planejamento), Dilma Rousseff (Casa Civil) e Franklin Martins (Comunicação Social), o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e o professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Como Henrique Meirelles está viajando, foi representado pelo diretor do BC Alexandre Tombini.

*Fonte: Folha de S. Paulo

Café (orgânico) com o presidente – **O Globo – O País – 20/06/2008**

Lula recebe produtores e ouve apelos por investimentos em alimentos sem agrotóxicos BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu seu apetite por comidas que, de leves, quase ou nada têm. É afeito a churrascos e feijoadas, além de alardear seus dotes culinários no preparo de um coelho em sua chácara, em São Bernardo do Campo. Mas, ontem, o presidente alterou o menu e tomou um café da manhã bem saudável. Ele recebeu, no Palácio do Planalto, produtores de alimentos orgânicos. No encontro com os produtores, foram servidos café, açúcar, queijo, mel, pão com fibras, ovos, tudo produzido sem agrotóxicos, nem mesmo na ração da galinha ou da vaca. Lula parece ter gostado muito.

O ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, que participou da reunião, disse, segundo os produtores, que sua pasta estuda a possibilidade de incluir 30% de produtos orgânicos na merenda escolar. Além de Patrus, também estiveram no café da manhã o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o de Comunicação Social, Franklin Martins.

Lula ouviu apelos dos produtores, que apresentaram uma pauta de reivindicação com três itens: ampliação de ensino de agroecologia em escolas técnicas (atualmente, a disciplina só é ministrada em cinco escolas), abertura de linha de crédito especial ao agronegócio orgânico e investimento em pesquisas.

De acordo com Joe Valle, secretário de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia e produtor, o presidente pediu ao Banco do Brasil que estude o assunto, e adiantou que as 142 escolas técnicas federais deverão incluir a disciplina na grade curricular até 2010. Os produtores afirmaram que seria necessário crédito de cerca de R\$ 500 milhões por ano para incrementar a produção e, com isso, possibilitar o barateamento dos produtos.

Atualmente, há 19 mil produtores de orgânicos no país, num negócio de US\$ 500 milhões. Os produtos mais comercializados são açúcar, café, suco de laranja e soja. (Chico de Gois)

UE prevê arrefecimento da agroinflação - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008

A União Européia (UE) avalia que os preços das commodities agrícolas continuarão flutuando, no médio prazo, em um nível mais elevado que o das últimas décadas, mas que as altas recordes dos últimos meses não vão persistir.

A perspectiva foi apresentada ontem pela comissária de Agricultura da UE, Marian Fischer Boel, aos ministros europeus do setor. O anúncio aconteceu um dia antes da divulgação de um documento que analisa as causas do aumento dos preços e sugere algumas alternativas de respostas ao fenômeno.

A avaliação dos europeus, tanto grandes exportadores como importadores, é de que fatores estruturais que aumentaram os preços agrícolas não são passageiros. Mas que a tendência no mercado é de uma leve redução, como já ocorreu com os preços de cereais e lácteos, depois de passados "fatores temporários" como seca em algumas regiões.

A UE se apóia em projeções do Conselho Internacional de Grãos, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e de outras entidades, que prevêem algumas colheitas recordes no mundo este ano.

Para Fischer Boel, isso já teve efeito nos preços. A tonelada do trigo francês, que chegou a ? 300 no começo do ano, já declinou para ? 220. Nos EUA, as cotações do cereal para exportação baixaram entre 30% a 40% em relação ao pico de março. No mercado de futuros, contratos de junho indicam queda adicional de 15%, com cotações abaixo da "barreira psicológica" de ? 200 por tonelada.

Em uma semana, a OCDE e a FAO vão anunciar projeções de longo prazo que, segundo Fischer Boel, também confirmarão essas tendências. Isso significa que, em condições meteorológicas normais, pode-se esperar maior produção e recuperação dos estoques, transmitindo mais "moderação" aos preços. A expectativa é que as projeções acalmem os mercados.

A comissária européia destacou, também, o que chamou de boas notícias no lado das políticas. A Ucrânia, por exemplo, removeu sua cota de exportação para milho e aumentou as licenças de embarque para volumes maiores de trigo e cevada. A Rússia, por sua vez, não vai prolongar a taxa sobre a exportação de cereais, que vigora até o fim do mês de junho.

A avaliação européia é que restrições às exportações impostas em diversos países causaram "efeitos" prejudiciais. Exemplo disso seriam os preços do arroz. Para Fischer Boel, as restrições a exportação foram a principal razão para a explosão do preço da commodity.

Do lado da produção, a UE nota que a diminuição do ritmo de crescimento da oferta de grãos, como o trigo na Europa, está relacionada com os custos de insumos - fertilizantes, defensivos e diesel, entre outros -, que entre 1995 e 2007, aumentaram, em média, 45%. Já os preços agrícolas subiram 25%, segundo Bruxelas.

Do lado da demanda, a UE aponta como principal influência o crescimento econômico e as mudanças demográficas especialmente na Ásia. Também culpa a produção de etanol nos EUA, que afetou o mercado de milho e teve impacto sobre a soja. Fischer Boel aponta, ainda, a especulação financeira nos mercados futuros como outro fator altista.

Em meio à crise alimentar, a comissária defendeu a Política Agrícola Comum (PAC) européia. Em setembro de 2007, Bruxelas deu o sinal verde para o aumento de 10%

na produção de cereais na Europa. Em dezembro, suspendeu tarifas de importação para esses produtos em 2008. Em março, aumentou em 2% as quotas de produção para leite.

Lula debate alta de alimentos com ministros – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2008

A preocupação com os desdobramentos do crescimento da economia na inflação foi tema de reunião ontem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com parte de seu ministério, entre eles representantes da área econômica. O preço dos alimentos esteve no centro do debate.

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) fez um amplo relato da situação dos principais produtos, enfatizando o aumento da demanda mundial por alimentos e também problemas climáticos em alguns países que ajudam a pressionar ainda mais os preços para cima.

As primeiras medidas para tentar estimular o aumento da produção serão anunciadas no mês que vem, no plano agrícola em discussão no governo. Além de uma ampla renegociação de dívidas, que deverá envolver cerca de R\$ 80 bilhões, o governo quer anunciar linhas especiais de financiamentos para estimular o aumento da produção nacional de algumas culturas, entre elas o trigo.

O preço do produto é um dos que mais têm subido no mercado internacional, não apenas pelo aumento do consumo mas também por restrição a exportações por parte de alguns países.

O Brasil importa praticamente dois terços do trigo que consome. O governo pretende reduzir essa dependência de outros fornecedores, em especial da Argentina, que vem apresentando dificuldades em manter constante o suprimento.

O diagnóstico no governo é que a alta recente do preços dos alimentos deverá se manter pelos próximos anos, contribuindo para a subida das taxas de inflação.

Na análise da equipe de Lula, é preciso adotar medidas que garantam eficiência no setor agrícola, não apenas para reduzir o custo de produção mas também para fazer com que o país aproveite a oportunidade de assumir a liderança no fornecimento de alimentos para outros países neste cenário de aumento de consumo.

Governo quer estimular produção de alimentos - **O Globo – Economia – 22/05/2008**

BRASÍLIA. O governo anunciará, em duas semanas, medidas para estimular o aumento da produção agropecuária no Brasil, a fim de combater a alta dos preços dos alimentos, que está pressionando a inflação.

Os focos principais são arroz, milho, feijão e trigo, cujos produtores receberão mais recursos para financiar o plantio das safras, seguro rural e garantia de preços mínimos compatíveis com os do mercado.

Esses preços mínimos são referência para empréstimos e aquisições do governo federal na formação de estoques.

As medidas farão parte do plano agrícola para o plantio da próxima safra de grãos, no segundo semestre. Já o trigo foi alvo de um pacote, anunciado recentemente, para incentivar o aumento de até 25% da produção e reduzir a dependência do mercado externo.

O encarecimento dos produtos básicos e o seu reflexo na inflação também foram temas da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Para o presidente, o país não pode transformar a vitória de ter colocado comida na mesa dos brasileiros num sofrimento, segundo relato de pessoas que participaram dos debates.

Reforma agrícola da UE beneficia exportações de óleo e carne do Brasil - **Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Economia – 25/05/2008**

BERLIM. O Brasil será um dos beneficiados pela reforma agrícola que a União Européia (UE) pretende implantar até 2012, na avaliação de representantes da missão brasileira em Bruxelas, capital oficial do bloco. Entre as mudanças propostas, está o corte de até 22% dos subsídios a produtores, que limitam a competitividade das exportações brasileiras. O tema será discutido a partir de hoje pelos ministros da Agricultura dos 27 países da UE, reunidos em Brdo, na Eslovênia.

O encontro será encerrado na terça-feira.

— O Brasil poderá aumentar as exportações de carne e de óleos para a produção de biodiesel — disse um representante da missão brasileira.

O projeto foi proposto na semana passada pela comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel. Pela proposta, os subsídios à produção nacional das 27 nações serão reduzidos em 13%, em média. No caso das grandes propriedades agrícolas, o corte será de até 22%. As medidas ainda dependem da aprovação dos governos.

Todos os anos, a UE destina C 50 bilhões a subsídios agrícolas, ou 40% do seu orçamento, o que vem gerando críticas de países exportadores para o bloco e organismos internacionais. O relator especial para o Direito à Alimentação das Nações Unidas, o belga Olivier de Schutter, é um dos críticos mais vorazes, por acreditar que “os subsídios arruinam a economia agrícola dos países em desenvolvimento.” — Ainda estamos analisando possíveis efeitos (da reforma), mas, se for mesmo aprovada, trará grandes chances para as exportações brasileiras — disse o representante do Brasil.

Usineiros abrem escritório em Bruxelas

No Brasil, há expectativas em torno do projeto. A União da Indústria Açucareira (Unica), uma das maiores produtoras de etanol do país, já abriu um escritório em

Bruxelas para acompanhar as mudanças. No ano passado, o Brasil exportou 500 mil metros cúbicos de etanol para a Europa (C 0,30 por litro). De cada C 0,30, C 0,19 é cobrado como taxa de importação, o que resulta em um aumento de preço de 70%.

— Uma redução da taxa teria para o Brasil um efeito muito mais promissor do que a redução dos subsídios na UE — disse o funcionário da missão.

Estão previstas mudanças na mistura de álcool à gasolina usada pelos veículos do bloco. Hoje, essa mistura é de 2% e pode ir a 10% a partir de 2020.

Quanto ao biodiesel, a Europa está mais adiantada que o Brasil.

A Alemanha é o principal produtor do mundo. Há no país tanques que são especializados no abastecimento de automóveis e caminhões.

— A Alemanha é pioneira na produção de biodiesel, mas o Brasil é altamente competitivo na produção de óleos. Com a redução dos subsídios, o país poderá exportar mais óleos para o biodiesel na Europa — disse a fonte brasileira.

CORPO A CORPO

OLIVIER DE SCHUTTER

‘Subsídio destrói os produtores de países pobres’

BERLIM. O novo relator da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier de Schutter, afirma que os programas de incentivos aos biocombustíveis têm um peso importante, equivalente a cerca de 30%, na explosão dos preços dos alimentos. O belga, que assumiu o cargo há três semanas, diz que os biocombustíveis não são uma solução para o meio ambiente a longo prazo.

O GLOBO: A reforma sugerida pela União Européia (UE) ajudará no aumento da produção de alimentos em países em desenvolvimento?

OLIVIER DE SCHUTTER: Espero que a proposta tenha um efeito positivo nas discussões das próximas semanas na rodada de negociação de desenvolvimento de Doha. A redução não é bastante, mas a UE não é a única que pode ser criticada pelos subsídios.

Países como Japão, Coréia do Sul e EUA, juntos, gastam US\$ 324 bilhões por ano em subsídios agrícolas. Isso destrói as chances dos produtores dos países em desenvolvimento. Uma redução (dos subsídios) aumentaria as chances dos produtores dos países em desenvolvimento.

A crise dos alimentos é passageira?

SCHUTTER: Eu diria que é de médio prazo e que foi causada por diversos fatores. Problemas nos principais países produtores, especulação, mas também produção crescente de biocombustíveis.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU se reuniu semana passada para discutir a crise. Quais foram as principais conclusões?

SCHUTTER: A principal foi a necessidade de uma ação mundial para facilitar o acesso dos países pobres aos alimentos. Foi criticado também o aumento da produção de biocombustíveis.

Eu propus um congelamento dos novos investimentos (em programas de biocombustíveis) e que a UE cancelasse a meta de adição de 10% do etanol à gasolina até 2020.

Seu antecessor no cargo, Jean Ziegler, disse que a crise atual é um genocídio moderno. O senhor concorda com ele?

SCHUTTER: Trata-se de um exagero. Mas o que ele queria dizer é que a crise tem efeitos dramáticos para os países do Terceiro Mundo.

Devemos admitir que é uma crise global, que só pode ser resolvida com um esforço global. Os biocombustíveis são a causa principal da explosão dos preços dos alimentos?

SCHUTTER: São uma das causas mais importantes.

Calculo que 30% do aumento dos preços dos alimentos são devido aos biocombustíveis. É um fator muito significativo.

Por que o senhor critica o programa de biocombustíveis brasileiro?

SCHUTTER: Não critico o programa porque é importante, traz empregos. Defendo um congelamento dos investimentos, mas isso não é a abolição do projeto.

A contribuição do etanol para a redução do efeito estufa não é importante?

SCHUTTER: O efeito ecológico não é positivo.

Para a produção de agrocombustível, como prefiro chamar, é necessária uma grande quantidade de energia, o que reduz seu efeito positivo. Além disso, as florestas são destruídas. Hoje o Brasil destrói a Floresta Amazônica. (Graça Magalhães-Ruether)

'Seria ruim para o mundo comer como os americanos' – Entrevista feita por Cláudia Santos com Raj Patel – O Globo – Economia – 25/05/2008

Especialista em alimentos e professor das universidades de Berkeley (EUA) e KwaZulu-Natal (África do Sul), o inglês Raj Patel já trabalhou no Banco Mundial e na Organização Mundial do Comércio (OMC) — e hoje critica ambos. Ele lançou, no fim de 2007, o livro “Stuffed and starved” (“Entupidos e esfaimados”, sem previsão de lançamento no Brasil), no qual analisa o paradoxo de 800 milhões de pessoas passarem fome e um bilhão sofrer com a obesidade. Em entrevista por e-mail, ele disse não ver os biocombustíveis como solução para o aquecimento global e defende uma mudança nos hábitos alimentares.

Claudia dos Santos

O GLOBO: Especialistas da ONU argumentam que a especulação com commodities e a maior demanda de China e Índia são as principais razões para a disparada dos preços dos alimentos. O senhor concorda?

RAJ PATEL: Acho que há cinco grandes causas. 1) O preço do petróleo, porque boa parte de nossos alimentos é produzida usando-se combustíveis fósseis, não apenas no transporte como em fertilizantes. 2) Colheitas ruins, por causa de pragas e problemas nas lavouras (alguns responsabilizam o aquecimento global). 3) Maior demanda por carne nos países em desenvolvimento, o que puxa os preços dos cereais. 4) Biocombustíveis. 5) Especulação financeira e ganância de investidores, que buscam lucros excessivos, além de conluio (já há investigações no Reino Unido, na Espanha e na África do Sul sobre fixação de preços por grandes empresas).

O governo brasileiro argumenta que o Brasil produz etanol da cana-de-açúcar, que não é essencial para a alimentação, e ainda temos terras disponíveis.

E que o etanol à base de cana é uma fonte de energia relativamente limpa, o que contribuiria para reduzir o aquecimento global, e mais barata que aquele que os EUA fazem a partir do milho. Não deveríamos separar o etanol bom do ruim? Ou não há diferença?

PATEL: Realmente há diferença entre o etanol de milho e o de cana. Mas todos os tipos de biocombustíveis produzidos hoje geram uma “dívida de carbono”.

Segundo a revista “Science” em fevereiro, o uso de florestas tropicais e outros tipos de vegetação para produzir biocombustíveis em Brasil, Sudeste da Ásia e EUA cria uma “dívida de carbono de biocombustível” ao liberar de 17 a 420 vezes mais CO₂ que a redução de gases do efeito estufa proporcionada pela substituição de combustíveis fósseis.

Se nos preocupamos com CO₂ e aquecimento global, então os biocombustíveis são uma má idéia. Se nos preocupamos com independência energética, conservar energia é uma boa idéia.

Se nos preocupamos com segurança no trabalho, então deveríamos lembrar as palavras de Lula, quando, em 1998, ele comparou produtores de biocombustível a criminosos, devido às condições de trabalho nas lavouras (mas ele deu um giro de 180° desde então). Segundo a Organização Internacional do Trabalho, há cerca de 40 mil trabalhadores forçados, escravos modernos, nas fazendas brasileiras, principalmente de cana.

As nações em desenvolvimento tentam atingir os padrões de alimentação dos países ricos — basicamente, comer carne todo dia. Isso significará um desastre ecológico, devido à quantidade de água e cereais consumidos pelos animais. É possível prevenir esse desastre?

PATEL: Essa é a questão mais difícil de ser discutida, especialmente numa época em que a carne significa luxo, progresso e riqueza. Mas hoje, nos EUA, há famílias de classe média que estão reduzindo seu consumo de carne, não porque querem, mas porque ela está muito cara.

Ninguém realmente espera que o preço da carne vá cair. Acredito que é melhor debatermos essa questão, em vez de deixar que o mercado nos diga como comer. No fim das contas, a mudança em direção aos níveis de consumo de carne nos EUA é insustentável. E seria muito ruim para o resto do mundo comer como os americanos — aqui, a expectativa de vida para mulheres pobres está diminuindo, e as crianças nascidas hoje devem viver cinco anos menos que seus pais por causa de problemas cardíacos e diabetes.

Temos de pensar com muito cuidado sobre a dieta que consideramos “desenvolvida”...

Emergentes: inflação em alta, juros nem tanto - **Martha Beck – O Globo – Economia – 25/05/2008**

BRASÍLIA. Diante da pressão inflacionária mundial, causada sobretudo pela alta dos preços de alimentos, não é só o Brasil que está com índices acima do centro da meta fixada pelo governo.

Praticamente todos os emergentes apresentam números que superam não só o alvo central fixado para 2008 como, em alguns casos, ultrapassam o teto da margem de segurança.

Os bancos centrais desses países, no entanto, têm optado por políticas monetárias mais moderadas que a brasileira para lidar com o problema.

Levantamento da consultoria Tendências com 13 países emergentes mostra que dez aumentaram taxas de juros nos últimos meses, mas em proporções bem mais moderadas para quem já estourou as metas de inflação.

Na África do Sul, por exemplo, a inflação em 12 meses encerrados em março estava em 10,6%, enquanto a meta varia entre 3% e 6%. No Chile, por sua vez, o percentual estava em 8,5%, sendo que a meta era de 3%, com uma margem de tolerância de um ponto percentual.

— Na maioria dos casos, os bancos centrais subiram juros, mas, como sabem que boa parte da inflação vem de um choque externo, eles estão tolerando percentuais acima das metas — afirma a economista da Tendências Marcela Prada.

No Brasil, a inflação pelo IPCA em 12 meses encerrados em abril está em 5,04%, para uma meta de 4,5% com tolerância de dois pontos percentuais. Isso significa que ela ainda pode fechar o ano em 6,5%. Mesmo assim, o Banco Central optou por aumentar a já elevada Taxa Selic de 11,25% para 11,75% ao ano.

Segundo o economista da consultoria Up Trend Thiago Davino, na China, por exemplo, a inflação saltou de 2,9% em março de 2007 para 8,3% em março de 2008 (com meta de 4,8%), enquanto nesse período os juros subiram de 6,72% para 7,5% ao ano. O Brasil, em apenas uma reunião, fez um ajuste quase do mesmo tamanho.

— O aperto monetário na China é bastante moderado — destaca Davino.

Especialista: BC age para construir credibilidade Já na Rússia, a inflação saltou de 7,8% em março de 2007 para 12,7% em março de 2008.

Já os juros caíram no período: de 10,5% para 10,25% ao ano.

A equipe do Ministério da Fazenda tem feito questão de dizer que estava certa ao defender uma meta de inflação em 4,5% para este ano e 2009.

Enquanto o Banco Central (BC) defendia que ela fosse menor, a Fazenda acabou “vitoriosa”, como dizem os técnicos da pasta, ao conseguir fazer prevalecer sua posição no Conselho Monetário Nacional (CMN). E seria exatamente essa “vantagem” que permitiria ao BC ser menos duro com a política monetária: haveria espaço para absorver choques. Mas o estrategista de investimentos para a América Latina do WestLB, Roberto Padovani, pondera que a diferença de postura entre o BC brasileiro e as demais instituições reside na necessidade de manter a credibilidade do país junto aos investidores internacionais.

Ele afirma que, como o BC não tem autonomia, o Brasil não pode mostrar que está deixando a inflação simplesmente correr acima da meta.

— Como o Banco Central não é independente, ele tem que construir credibilidade o tempo todo. A política monetária não vai trazer a inflação para baixo a curto prazo, mas trata-se de formar expectativas. No Chile, por exemplo, o quadro é diferente.

Os agentes econômicos têm confiança no sistema — disse Padovani. — Além disso, os BCs estão esperando para ver os efeitos do desaquecimento da economia mundial, o que pode contribuir para segurar a inflação. Eles podem esperar um pouco para aumentar mais fortemente os juros.

Essa também é a avaliação de Davino: — Enquanto a situação sobre a economia mundial não fica clara, os emergentes têm receio de desacelerar a economia se elevarem demais os juros.

Para economista, governo gasta mal e BC vira vilão Para Davino, no Brasil, o Banco Central acaba agindo para tentar controlar uma inflação que está fora do controle. No entanto, ele alega que essa estratégia se deve à necessidade de a autoridade monetária

ter de assumir um papel de vilão, o que o governo não quer: — O governo gasta mal e tem uma relação entre dívida e PIB em 43%. Se o governo reduzisse mais seus gastos, o BC teria mais espaço para não subir juros.

Mesmo assim, ele afirma que a equipe de Henrique Meirelles tem uma preocupação excessiva com o centro da meta: — O BC tem quase que uma obsessão pelo centro da meta.

Em parte, é possível dizer que ele está mais realista que o rei, mas muito disso tem a ver com essa necessidade de fazer o papel de vilão.

Segurança alimentar reúne nutricionistas do País – *Adriana Scorza*- Sítio Eletrônico do MDS – 26/05/2008

A cidade do Rio de Janeiro está sendo palco de encontro de nutricionistas de todo País que se reúnem para disponibilizar informações promovendo a democratização do saber, a interdisciplinaridade e a troca de experiências. O XX Congresso Brasileiro de Nutrição (Conbran) acontece de 25 a 28 de maio (domingo a quarta-feira), com o tema central: “Saúde e Ambiente: Alimentação, Nutrição e Desenvolvimento Sustentável”.

O evento conta com oficinas, conferências, simpósios e mesas redondas. Os nutricionistas discutem temas, como “Rotulagem de Alimentos”, “Alimentação e Cultura”, “Avanços da Nutrição em pacientes críticos”, “Nutrição e Desigualdade Social”, “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Culinária e Promoção de Alimentação Saudável”.

Considerando a relevância do evento para aprimorar as políticas que desenvolve, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) enviou representantes de diversos programas de Segurança Alimentar e Nutricional, a exemplo do coordenador do Programa Restaurantes Populares, Antônio Leopoldo Nogueira, e da coordenadora do Programa de Bancos de Alimentos, Marilian Medeiros, além de representantes da equipe de Educação Alimentar e Nutricional.

A coordenadora-geral de Educação Alimentar e Nutricional, Sabrina Ionata, esteve presente na mesa de abertura no dia 25 de maio (domingo) às 19h e coordena oficina sobre “Educação alimentar e nutricional nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional” no dia 26 de maio (segunda-feira), das 8h30 às 17h. O MDS também estará presente com estande de divulgação dos programas.

Segundo a coordenadora, o evento é um espaço importante de atualização e articulação destes profissionais, considerando que a alimentação é um tema cada dia mais relevante nas políticas públicas brasileiras. “É interessante notar que em sua vigésima edição, além da abordagem da nutrição mais voltada para a prática clínica, para a produção de alimentos ou para a nutrição no esporte, temas estes já tradicionalmente abordados pela categoria, o Conbran traz à pauta uma discussão muito atual e importante sobre o papel da nutrição e dos profissionais nutricionistas para as políticas sociais, principalmente para o debate da segurança alimentar e nutricional, que vive um momento tão rico com a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)”.

SERVICO - *XX Congresso Brasileiro de Nutrição – presença do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Data: 26 a 28 de maio (segunda a quarta-feira)

Horário: 8h30 às 19h

Local: Rua Machado Coelho, 100 – Centro de Convenções SulAmérica – Cidade Nova – Centro – Rio de Janeiro

Risco-commodity – **Folha de São Paulo – Opinião – 27/05/2008**

Especulação infla cotação global de mercadorias básicas, o que torna mais prováveis oscilações bruscas em seus preços

COTAÇÕES internacionais de alimentos, metais e combustíveis -as chamadas commodities- continuam em alta. Além da elevação dos padrões de consumo nos países emergentes, a especulação patrocinada por grandes fundos de investimento explica uma parte desse fenômeno.

Com a desaceleração da economia americana, em decorrência da crise das hipotecas, reduziram-se as perspectivas de ganhos nas principais bolsas de valores. Com juros baixos e/ou declinantes, a remuneração dos títulos públicos começou a ficar muito próxima da inflação -ou até a ser batida por ela- nos EUA, na Europa e no Japão.

Investidores globais passaram, então, a buscar mais rentabilidade por meio da diversificação das aplicações. Procuraram nações emergentes que, como o Brasil, mantêm bom ritmo de expansão do PIB e, de quebra, pagam juros altos. Outro alvo foram os mercados futuros de commodities.

Em 2007, por exemplo, a bolsa agrícola de Chicago negociou 7,3 bilhões de toneladas de milho, 4,3 bilhões de soja e 2,7 bilhões de trigo. A produção física desses produtos foi de 780 milhões, 220 milhões e 606 milhões de toneladas, respectivamente.

Processo semelhante, em menor escala, ocorreu na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) do Brasil. Os negócios de produtos agropecuários saltaram de US\$ 12,5 bilhões em 2006, para US\$ 24,3 bilhões em 2007. Estima-se que possam alcançar US\$ 45 bilhões neste ano. Nos quatro primeiros meses do ano, o volume financeiro negociado na BM&F bateu em 81% o do primeiro terço de 2007.

No mercado de petróleo não tem sido diferente. Entre 2001 e 2007, o consumo mundial de petróleo apresentou taxa de crescimento média de 1,6%. Para 2008, a Agência Internacional de Energia projeta um crescimento de 1,4%. A expansão do consumo não parece ser suficiente para explicar a explosão dos preços de US\$ 24,5 barril do petróleo em 2001 para US\$ 135 em 2008.

Os mercados futuros, vale lembrar, estão sujeitos a oscilações abruptas de preços, com a entrada e a saída dos investidores em manada. A saca de soja, por exemplo, subiu de US\$ 17,60 em agosto de 2007, para US\$ 35 em fevereiro, na Bolsa de Chicago. Em abril, recuou para US\$ 24.

Quando ocorrer, a retomada da confiança na economia americana poderá desmontar parte dessas operações especulativas que buscam refúgio e lucros altos nas commodities. Eis um risco para o qual países muito dependentes de exportações de produtos básicos, como o Brasil, devem preparar-se desde já.

Cassel destaca potencial da agricultura familiar – **Sítio Eletrônico do MDA – 27/05/2008**

“Se fizermos um diagnóstico da produção brasileira de alimentos, veremos que quem tem condição de dar um salto de produtividade e rapidamente passar a produzir mais alimentos é a agricultura familiar.” A afirmação foi feita pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, na abertura da 32ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), realizada nesta terça-feira (27) em Brasília.

O ministro lembrou a crise mundial dos preços dos alimentos para alertar sobre a importância da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNRSS), que será realizada em Olinda (PE) de 25 a 28 de junho. A Conferência, que tem como tema “Por um Brasil Rural que Queremos: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade”, é parte da formulação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável para o meio rural que contemple todas as forças sociais e as diversidades regionais brasileiras.

Cassel afirmou que o tema da Conferência ganha relevância diante da projeção de especialistas de que a crise dos preços de alimentos deve ultrapassar dez anos. “A responsabilidade desse setor econômico (agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária) é produzir mais e colocar mais alimentos no mercado interno, para que o País tenha condições também de aumentar a exportação, contribuindo, assim, com o fim da crise.”

Etapas estaduais - Durante a reunião do Condraf foi apresentado um balanço das conferências estaduais que antecedem a etapa nacional. Foram realizadas 23 conferências estaduais, nas quais estiveram presentes 4.467 participantes, entre representantes do governo e da sociedade civil organizada. Este número aumentará, pois os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Maranhão ainda não realizaram suas conferências.

Cassel ressaltou que o sucesso da Conferência depende do diálogo com a sociedade. Dos 1.190 delegados que serão eleitos nas etapas estaduais, 800 representarão a sociedade civil e 390, o poder público.

Plano Safra - Além do espaço de discussão aberto pela conferência, o Governo Federal, por meio do MDA, está reforçando o apoio a agricultura familiar. Exemplo disso é o Plano Safra 2008/2009, que destinará R\$ 13 bilhões para financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), valor cinco vezes maior do que o da Safra 2002/2003.

Para a assistência técnica, foi aprovada uma suplementação de R\$ 200 milhões, garantindo R\$ 364 milhões para a extensão rural. O governo também fortaleceu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incentiva a agricultura familiar com a formação de estoques estratégicos e a distribuição de produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Os recursos destinados ao PAA foram elevados de R\$ 666 milhões para mais de R\$ 1 bilhão.

Plano para agricultores pobres - **Jeffrey D. Sachs** – Valor econômico – Opinião - 27/05/2008

Muitos países pobres importadores de alimentos em todo o mundo ficaram desesperados, nos últimos meses, quando os preços mundiais do arroz, trigo e milho dobraram. Centenas de milhões de pessoas pobres, que já gastam uma grande proporção de seu orçamento diário com alimentação, estão sendo colocados em situação limite. São crescentes os distúrbios devido ao encarecimento dos alimentos.

Mas muitos países pobres podem, eles próprios, cultivar mais alimentos, porque seus agricultores estão hoje produzindo muito menos do que é tecnologicamente possível. Em alguns casos, com apropriada ação governamental, eles poderiam duplicar ou mesmo triplicar a produção alimentícia em apenas alguns anos.

A idéia básica é bem conhecida. A agricultura tradicional emprega poucos insumos e obtém safras insatisfatórias. Os camponeses pobres usam suas próprias sementes da estação anterior, não dispõem de fertilizantes, dependem de chuvas em vez de irrigação e empregam escassos, se algum, recursos mecanizados - além das tradicionais enxadas. Suas propriedades agrícolas são pequenas, geralmente de um hectare (2,5 acres) ou menos.

Em condições agrícolas tradicionais, as colheitas de grãos - arroz, trigo, milho, sorgo ou milhete - são em geral de aproximadamente uma tonelada por hectare, para uma safra por ano. Para uma família de agricultores de cinco ou seis pessoas vivendo em um hectare de terra isso implica pobreza extrema, e para o país significa dependência de dispendiosas importações de alimentos.

A solução é incrementar o rendimento das colheitas de grãos para ao menos duas toneladas - e em alguns lugares para três ou mais toneladas - por hectare. Se a água puder ser administrada por meio de irrigação, isso poderia ser combinado com diversas safras por ano para produzir uma colheita durante a estação seca. Colheitas maiores e mais frequentes implicam menos pobreza para as famílias de agricultores e alimentos mais baratos para as cidades.

A chave para incrementar as safras é assegurar que até mesmo os agricultores mais pobres tenham acesso a variedades melhoradas de sementes (usualmente sementes

"híbridas" criadas por seleção científica de variedades de sementes), fertilizantes químicos, matéria orgânica para repor os nutrientes na terra, e, onde possível, métodos de irrigação em pequena escala, por exemplo, usando uma bomba para puxar água de um poço nas vizinhanças. Nada há de mágico nessa combinação. Essa é a chave do crescimento mundial na produção alimentícia desde a década de 1960.

O problema é que esses insumos aperfeiçoados não chegaram aos agricultores mais pobres e aos países mais pobres. Quando os camponeses não têm contas de poupança e garantias creditícias a oferecer, ficam impossibilitados de tomar empréstimos de bancos para comprar sementes, fertilizantes e equipamentos para irrigação. Em consequência, eles cultivam alimentos da maneira tradicional, com frequência ganhando pouco ou nada com suas colheitas, porque as safras sequer são suficientes para manter vivas suas famílias.

FMI e o Banco Mundial obrigaram os países pobres a dismantelarem seu sistema de subsídios, acarretando no erro profundo de passar ao mercado

A história evidenciou a necessidade de ações governamentais para ajudar os agricultores mais pobres a escapar da armadilha de pobreza resultante dos baixos rendimentos. Se for possível ajudá-los a terem acesso a tecnologias simples, as rendas poderão crescer e eles poderão acumular saldos bancários e garantias de crédito. Com um pouco de ajuda temporária, num prazo em torno de cinco anos os agricultores podem acumular riqueza suficiente para obter insumos no próprio mercado, seja através de compras diretas usando sua poupança, ou por meio de empréstimos bancários.

No passado, em todo o mundo, bancos agrícolas estatais em países pobres não apenas financiavam insumos como também proporcionam assessoramento agrícola e disseminavam novas tecnologias de sementes. Evidentemente havia abusos, como alocação de crédito público a agricultores mais ricos em vez de beneficiar os necessitados, ou manutenção de subsídios à compra de insumos mesmo depois de os agricultores terem, eles próprios, boas condições de crédito. E, em muitos casos, os bancos agrícolas estatais foram à falência. Ainda assim, o financiamento de insumos desempenhou um papel enorme e positivo na oferta de ajuda para que os agricultores mais pobres escapassem à pobreza e à dependência de ajuda na forma de alimentos.

Durante a crise de endividamento das décadas de 1980 e 1990, o FMI e o Banco Mundial obrigaram dezenas de países pobres importadores de alimentos a dismantelar esses sistemas estatais. Aos agricultores pobres foi dito: "virem-se"; a opção adotada foi: que as "forças de mercado" encarreguem-se de prover os insumos. Esse foi um erro profundo - não existiam tais forças de mercado.

Os agricultores pobres perderam o acesso a fertilizantes e variedades aperfeiçoadas de sementes. Perderam acesso a financiamento bancário. O Banco Mundial, para seu crédito, admitiu no ano passado esse erro em devastadora avaliação interna de suas velhas políticas agrícolas.

Chegou o momento de restabelecer sistemas de financiamento público que permitam aos pequenos agricultores nos países mais pobres, especialmente os que cultivam dois hectares ou menos, ter acesso aos insumos necessários, como sementes de alto rendimento, fertilizantes e irrigação em pequena escala. O Malawi fez isso nas últimas três estações e assim dobrou sua produção de alimentos. Outros países de baixa renda deveriam fazer o mesmo.

É importante o fato de o Banco Mundial, sob seu novo presidente, Robert Zoellick, ter dado um passo adiante no sentido de ajudar a financiar essa nova abordagem. Se o Banco Mundial fizer doações a países pobres para ajudar camponeses pequenos agricultores a obterem acesso a insumos melhorados, então será possível a esses países incrementar a produção de alimentos em pouco tempo.

Os governos doadores, inclusive os países ricos em petróleo no Oriente Médio, deveriam ajudar a financiar os novos esforços do Banco Mundial. O mundo deveria estabelecer como objetivo prático dobrar a produção de grãos em regiões de baixa renda africanas e similares (como o Haiti) durante os próximos cinco anos. Esse é um objetivo atingível se o Banco Mundial, os governos doadores e os países pobres voltarem suas atenções para as urgentes necessidades dos agricultores mais pobres do mundo.

Jeffrey D. Sachs é professor de economia e diretor do Instituto Terra da Universidade Colúmbia. É também assessor especial do secretário-geral da ONU para as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Alta de alimentos corrói renda familiar - Cibelle Bouças – Valor Econômico- Brasil – 28/05/2008

A inflação dos alimentos tende a comprometer mais a renda média disponível das famílias em 2008. A aceleração de preços da cesta básica, porém, deve ser compensada em parte por reajustes menores nas tarifas de serviços como energia elétrica, telefonia, gás e transporte. Em 2009, a situação se inverte e os preços administrados (reajustados com base no IGP-M) devem se acelerar e impactar mais a renda familiar, enquanto os preços de alimentos registrarão altas menores em comparação com as variações previstas para este ano.

O efeito corrosivo da inflação de alimentos sobre o poder de compra dos trabalhadores já apareceu nos quatro primeiros meses do ano, conforme análise da MB Associados. A consultoria traça um comparativo entre o preço médio da cesta básica, calculada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (Dieese), e o salário mínimo. Em março, quando houve o reajuste do mínimo para R\$ 415 - aumento de 9,2% e ganho real sobre a inflação dos 12 meses anteriores de 4,7% - , um salário era suficiente para comprar o equivalente a quase duas cestas básicas (1,85).

Em abril, esse poder já recuou para 1,82. O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, observa que, em anos anteriores, no mês do reajuste e pelo menos nos três meses seguintes essa relação superava duas cestas. "O ganho real de quase 5 pontos não alterou tanto o poder de compra das famílias", afirma Vale. Para ele, com a tendência de aceleração nos preços de alimentos nos próximos meses, a relação entre salário e cesta básica deve se deteriorar mais, podendo chegar ao pico de baixa alcançado em janeiro deste ano, de 1,66.

O Dieese faz uma comparação semelhante e calcula quanto do mínimo é gasto com os alimentos básicos após o desconto para a Previdência Social. Em abril, a aquisição exigiu 52,84% do rendimento líquido, contra 50,53%, em março e 47,31%, em abril de 2007.

Outro estudo, feito pela RC Consultores, estima que o aumento nos preços da cesta básica neste ano comprometerá 10,1% da renda bruta das famílias, ante 9,2% no ano passado. A consultoria projeta um aumento no custo da cesta básica de 16,4% em 2008 - ele foi de 9,2% em 2007. O cálculo leva em consideração famílias que tenham um rendimento mensal médio de R\$ 1.220 e o valor corresponde a um reajuste na renda média nominal de 6,9% este ano.

Já os gastos com serviços de energia elétrica, telefonia, gás e transporte terão aumento mais modesto que no ano passado, de 2,95%, ante 6,95% registrados em 2007. Como o reajuste é inferior ao do rendimento médio nominal, o comprometimento da renda familiar com esses gastos também será menor, de 25,2%, ante 26,2% no ano passado. "Neste ano, a participação menor dos administrados no gasto das famílias vai compensar os gastos maiores com a cesta básica. Com isso, a renda disponível vai ficar praticamente estável, em 62,8%", observa Fábio Silveira, sócio da RC Consultores.

Já em 2009 a situação se inverte. O aumento nos preços da cesta básica deverá ser menor, de 3,7%, com o fim da escalada da inflação de alimentos, que no mercado internacional já dá sinais de estabilização, ainda que em patamares altos. Com o reajuste na renda de 5,3%, o peso da cesta básica terá impacto um pouco menor sobre a renda disponível, de 9,9%. Além disso, observa Silveira, após alta de 7,75% do IGP-M em 2007 e expectativa de que supere 10% neste ano, a alta nos administrados deverá ser maior, de 6,5%, o que implicará em impacto de 25,5% sobre a renda - o indicador é utilizado no cálculo de reajuste de alguns dos preços administrados.

O efeito desses itens sobre a renda disponível deverá comprometer 37,3% dos ganhos das famílias, deixando um índice de renda disponível de 62,7% - 0,1 ponto abaixo do estimado para 2008. "O que quero chamar a atenção é que a renda disponível está chegando no seu limite. Taxas de juros maiores, cesta básica mais cara, encurtamento dos prazos de pagamento de veículos e outros produtos de maior valor agregado, tudo isso vai comprometer a renda disponível nos próximos meses", diz Silveira.

Outro ponto preocupa Vale. Os itens da cesta básica que apresentaram as maiores altas são produtos que não têm substituto direto, como farinha de trigo, arroz e batata. "A inflação de alimentos não vai dar trégua no curto prazo. Mesmo o reajuste do salário mínimo não é suficiente para compensar a deterioração na renda causada pelos aumentos de preços da cesta básica. O que se ganhou em 2006 e 2007 está se perdendo agora. Vamos voltar ao padrão de 2005", afirma o economista.

A LCA Consultores revisou as suas projeções de rendimento disponível em função da inflação mais acelerada que o previsto. A massa real de salários (descontado o efeito da inflação) deve apresentar no ano um incremento de 5,4%, levando-se em conta um INPC de 5,1%. A estimativa anterior era de um aumento de 6% na massa real, com inflação de 4,5%. Os resultados apontam uma deterioração nos ganhos reais dos trabalhadores em relação ao ano passado. "A redução do crescimento do PIB para 4,6% em 2008 tem um efeito sobre essas estimativas. Mas, acima de tudo, é a expectativa de inflação mais salgada que impacta na renda disponível", afirma Fábio Romão, economista da LCA.

Algumas pesquisas recentes, realizadas por outras consultorias, corroboram a tese dos economistas. Levantamento realizado pela Latin Panel junto a 8,2 mil domicílios revela que as famílias comprometeram mais a renda no primeiro trimestre em relação ao mesmo intervalo de 2007, mas gastando menos com produtos de maior valor agregado - reflexo do aumento de gastos com itens de primeira necessidade, como arroz, feijão, carne, legumes e frutas, que são excluídos da base de avaliação.

O acompanhamento é feito semanalmente pela Latin Panel em municípios com mais de 10 mil habitantes, o que representa 82% da população domiciliar e 91% do potencial de consumo do país. A lista é composta por 75 categorias de produtos, entre alimentos, bebidas, produtos de higiene pessoal e limpeza doméstica. Segundo os últimos dados, no primeiro trimestre o volume de vendas desses itens se manteve estável, o que é avaliado como negativo pela gerente de atendimento da Latin Panel, Maria Andréa Ferreira Murat. "O crescimento vegetativo da população por si só provoca um aumento do consumo de 1%", ponderou.

Nas classes C, D e E, as compras domésticas registraram queda de 4% em relação ao primeiro trimestre do ano passado, com queda de 6% nas compras de alimentos, de 3% em bebidas e de 2% em itens de higiene pessoal. A inflação de alimentos teria sido a responsável pela redução do consumo, diz Maria.

Em São Paulo, a inflação mais acelerada ajudou a frear o consumo no primeiro trimestre, de acordo com a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). O levantamento revelou que 18% dos consumidores consideraram o item alimentos como o que mais afetou o nível de endividamento, seguido por eletrodomésticos (16%) e vestuário (15%).

Remediar ou prevenir – Folha de São Paulo – Opinião – 29/05/2008

NUM MOMENTO em que tanto se fala da inflação dos alimentos, do protagonismo do país na produção de biocombustíveis e do salto de produtividade da agropecuária brasileiro, muitos poderão ter recebido com surpresa o anúncio, pelo Planalto, de um pacote de alívio a agricultores endividados.

O total de dívidas que poderão ser renegociadas chega a R\$ 75 bilhões. O número de produtores potencialmente agraciados é da ordem de 2,8 milhões.

O pacote não surpreendeu, porém, àqueles que acompanham o que se passa no campo. Ao longo dos últimos anos, fatores variados minaram a saúde financeira de uma grande massa de produtores. À instabilidade intrínseca à atividade somaram-se fatores como as violentas oscilações dos preços internacionais, a pronunciada queda da cotação do dólar (que corroeu as receitas, em reais, advindas de exportações) e o encarecimento de insumos.

É sempre incômodo imaginar que, ao lado de produtores cuja capacidade de pagamento foi solapada por circunstâncias além de seu controle, possa haver aqueles que deixaram de pagar dívidas à espera de mais uma operação oficial de salvação.

Cabe, naturalmente, cobrar das autoridades mecanismos que coíbam tais abusos. Mas a cobrança estratégica diz respeito à estruturação de políticas que previnam o

reaparecimento de tamanhos desequilíbrios financeiros no campo, permitindo que as operações de socorro deixem de ser recorrentes.

Apesar de algum avanço na política agrícola -como a criação de um fundo para socorrer produtores vítimas de desastres naturais-, as carências permanecem flagrantes. A infra-estrutura de armazenagem e distribuição da produção continua precária, onerando os custos. Os mecanismos de seguro e de crédito têm volume e abrangência ainda muito limitados.

A escassez de recursos públicos não é impeditiva de um combate mais coordenado a essas carências. A experiência internacional demonstra que ações adequadas de regulação podem estimular o setor privado a assumir papel central na oferta de crédito e de seguro aos produtores.

União quer limite a estrangeiro na Amazônia – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008

Incrá aguarda parecer da Advocacia Geral da União para definir restrições à aquisição de terras por empresas de capital externo - Consultor-geral da AGU diz que empresas estrangeiras têm adquirido "grandes extensões de terras" sem qualquer tipo de restrição

O governo federal vai fechar o cerco à "invasão estrangeira" na Amazônia. Até a próxima semana, o Incra terá em mãos uma solução jurídica para dificultar a compra de terras por empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro. Um parecer da Advocacia Geral da União vai fixar limites para essa aquisição, o que hoje não existe.

As regras, que passam a vigorar tão logo fique pronto o parecer, vão valer para todo Brasil. Mas o alvo principal é a Amazônia, onde estão 55% das propriedades do país registradas em nome de estrangeiros: são 3,1 milhões de hectares dos 5,5 milhões de hectares cadastrados no Incra por pessoas físicas e jurídicas de outras nacionalidades. A presença estrangeira pode ser ainda maior, já que os proprietários não são obrigados a identificar a nacionalidade na hora do registro.

"É preciso estabelecer regras urgentes porque há uma disputa mundial pelas terras brasileiras", diz Rolf Hackbart, presidente do Incra. Ele tem repetido que as medidas são necessárias não por uma "questão de xenofobia, mas de soberania".

O desejo do presidente Lula de transformar o Brasil na solução para a crise de alimentos e pólo mundial do biocombustível tem relação direta com as alterações. Segundo Hackbart, o interesse estrangeiro pelas terras nacionais cresceu com a estabilidade econômica do país e a necessidade de produzir alimentos e biocombustíveis.

Faltam porém mecanismos legais para interferir no volume e estoque de terras comprados ou arrendados por empresas com sede no Brasil comandadas por estrangeiros. Desde 1998, o Incra controla apenas a aquisição de imóveis rurais de empresas sem sede ou pessoas físicas não residentes no país.

Caberá à AGU apresentar, na próxima semana, um parecer revisado para restringir a aquisição de imóveis rurais por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O consultor-geral do órgão, Ronaldo Jorge, é o responsável por buscar uma solução jurídica "em nome da soberania nacional".

Desde o ano passado a AGU está revendo o próprio parecer, assinado em 1998 pelo então advogado-geral Geraldo Quintão. Na ocasião a norma foi criada para preencher lacunas na legislação abertas com o fim, na Constituição, da diferença entre empresa nacional de capital estrangeiro e de capital nacional. O parecer eliminou a necessidade de autorização para empresas de estrangeiros com sede no Brasil comprarem imóveis rurais no Brasil.

Em audiência no Senado, em março, o consultor-geral da AGU explicou que o parecer está sendo revisto porque os órgãos governamentais não podem mais controlar as aquisições desse tipo. "Com isso, as empresas estrangeiras se associam a empresas brasileiras, tendo controle do capital social, e adquirem grandes extensões de terras sem que se possa estabelecer qualquer tipo de restrição", disse Ronaldo Jorge.

A **Folha** apurou que há dois caminhos para dificultar a compra de terras por estrangeiros. A AGU pode revogar o parecer em vigor e fazer valer a legislação de 1971, que diz que estrangeiros não podem ter mais que 25% das terras num só município e precisam registrar a compra com certidão pública. A AGU pode também alegar que, apesar das mudanças na Constituição, permanecem inalterados os artigos da lei 5.709/71 que estendem a empresas controladas pelo capital estrangeiro as mesmas restrições para pessoas jurídicas e físicas do exterior.

A AGU deve indicar ainda a necessidade do Congresso disciplinar os investimentos estrangeiros no país por meio de projeto de lei. Seria a solução para por fim ao fenômeno dos estrangeiros que compram terras usando "laranjas".

Brasil pode derrubar preços de commodities - Bruno Rosa e Cássia Almeida – O Globo – Economia – 29/05/2008

Economistas destacam importância da tecnologia para que país avance e se beneficie de crescimento chinês

Depois de a China ter derrubado o preço dos produtos manufaturados mundo afora, o Brasil pode ter um papel fundamental no recuo do valor das commodities agrícolas e dos recursos energéticos renováveis.

Para Antonio Barros de Castro, assessor especial da Presidência do BNDES, que participou ontem do XX Fórum Nacional, o processo se dará a médio e longo prazos. Além

de o país ter abundância de solo, minério e petróleo, o investimento em tecnologia será essencial para “fechar esse ciclo”.

— Esse movimento não vai acontecer a curto prazo, pois existe um desequilíbrio entre oferta e demanda. A produção brasileira vai crescer, mas não dará conta, pois há 2,5 bilhões de pessoas entrando no mercado consumidor. Com o aperfeiçoamento da tecnologia, é possível atender a essa demanda.

Uma das principais empresas de software do país cresceu desenvolvendo sistemas (de eficiência) para as usinas. Se o país difundir essa tecnologia para os emergentes, vai complementar o que a China fez — diz Castro.

O economista afirma que a China está introduzindo novas propriedades industriais no mundo, com o desenvolvimento de tecnologia de ponta. Para Castro, o avanço das empresas chinesas híbridas — os chamados “dragõezinhos”, com participação estatal, privada e estrangeira — a partir da venda de produtos baratos e com tecnologia de ponta, tem forçado companhias a se adaptarem ao modelo, inclusive no Brasil, cujas empresas vêm exportando cada vez mais para a China: — A indústria brasileira está numa fase afirmativa. A Petrobras já detém 9% da formação bruta de capital fixo do Brasil.

O economista José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, fez referência a “três cabeças do dragão chinês”, destacando que o Brasil pode se beneficiar de duas delas: “a que devora vorazmente quantidades antes inimagináveis de energia, matérias-primas industriais e, cada vez mais, commodities agrícolas”. O país, porém, pode perder espaço com a “terceira cabeça do dragão”: — A China vem avançando na sofisticação industrial, em bens de consumo de maior valor (eletrônica) e bens de capital (equipamentos). O upgrade na produção requer máquinas mais sofisticadas, e o Brasil participa pouco dessa festa.

Para Velloso, criatividade é necessária para crescer. A presença da China na economia brasileira foi ressaltada pelo ministro interino do Desenvolvimento, Ivan Ramalho. Segundo ele, o país já é o segundo maior fornecedor de produtos para o Brasil, desbancando a Argentina.

Durante o fórum, os empresários brasileiros defenderam a importância da internacionalização para crescer. O presidente da Vale, Roger Agnelli, disse que é fundamental olhar a Ásia: — Está na hora de todos pensarem que a competição poderá vir também do outro lado do mundo.

Para Emilio Odebrecht, o câmbio está favorecendo investimentos.

Além disso, no exterior, é possível ter acesso ao mercado internacional de capitais: — Se o câmbio está desfavorável para as vendas, está bom para as compras. E este é um caminho para sinergias.

Segundo João Paulo dos Reis Velloso, organizador do XX Fórum Nacional, para tornar o Brasil o melhor entre os Brics (grupo que reúne ainda Rússia, Índia e China), é necessário usar o conhecimento como arma competitiva e fonte de criatividade.

— Deve haver criatividade nas empresas, nos trabalhadores e no governo. Só assim há avanço tecnológico. O mais importante é que isso chegue na baixa renda.

O país levou um susto ao ver o déficit

O Brasil se assustou com o reaparecimento do déficit nas contas externas, pela primeira vez desde que adotou o câmbio flutuante, em 1999, disse o ex-secretário de

Política Econômica do Ministério da Fazenda José Roberto Mendonça de Barros, no XX Fórum Nacional. O déficit foi US\$ 14 bilhões: — O país levou um susto ao ver o déficit reaparecer com o câmbio flutuante.

Mas esse sistema vai trazer uma reversão na trajetória do câmbio, com efeitos positivos na balança comercial.

Segundo ele, a redução no saldo comercial vai afetar a negociação do dólar: — Antes, tinha-se a garantia de US\$ 40 bilhões de saldo comercial. Agora, ficase sem coragem de ficar vendido em dólar (apostando que a cotação vai cair), com o saldo baixo (US\$ 7,5 bilhões no ano).

Assim, explicou, o dólar vai se valorizar, tornando as exportações novamente mais competitivas. Ele acredita que o dólar ficará em torno de R\$ 2.

Mesmo com o saldo comercial em queda — caiu à metade até maio — as exportações crescem. Segundo o ministro interino do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, “é provável que a meta de US\$ 180 bilhões de exportações seja superada”.

(Cássia Almeida)

Crise de alimentos e crise de modelo - Renato S. Maluf – Valor Econômico – Opinião - 29/05/2008

O mundo vem sendo sacudido por uma conjuntura crítica em cujo centro se encontra o principal determinante do direito elementar à vida que é o acesso aos alimentos, fortemente afetado pela alta dos preços de alimentos essenciais como arroz, milho, soja, trigo e lácteos. Essa alta também desestabiliza o abastecimento alimentar em quase todos os países do mundo. No Brasil, o Dieese registrou aumento no custo da cesta básica em 16 capitais, chegando a 29,79% em Belo Horizonte nos últimos 12 meses; de janeiro a abril deste ano, ela já atingiu 19,25% em Fortaleza. No mesmo período, em São Paulo, a Fipe apurou inflação de 4,51% e aumento de 12% nos preços dos alimentos, que chegou a 62,8% no óleo de soja.

Quatro fatores se destacam entre as causas dessa alta e revelam uma crise mais profunda que o mero desajuste entre oferta e demanda. Primeiro, a contínua elevação da demanda por alimentos em grandes países emergentes (China, Índia e Brasil, entre outros) fruto do incremento no poder de compra dos setores de menor renda. A isso se soma a destinação de grãos básicos como o milho e a soja, além de outros bens alimentares, para a produção de agrocombustíveis; só os Estados Unidos utilizam cerca de 10% da produção mundial de milho para a produção de etanol. Essa relação, no Brasil, não é direta e seus eventuais efeitos se darão no médio prazo.

O segundo fator é a forte elevação do preço do petróleo, encarecendo os custos da produção agrícola e do transporte. A valorização do real frente ao dólar e a estabilidade do preço do óleo diesel, até há pouco mantida pela Petrobrás, evitaram impacto maior no Brasil. Terceiro, agravou esse quadro a ocorrência de quebras de safra em países que contam para a oferta internacional, como a China e a Austrália, além de perdas na América Latina e Caribe e na Ásia. Por último, somou-se a especulação em bolsa com produtos alimentares tornados commodities (como a soja, milho e trigo). Demanda aquecida, baixo nível de estoques e governos desarmados de instrumentos reguladores oferecem excelentes perspectivas de ganho especulativo.

O Brasil encontra-se plenamente integrado no sistema alimentar globalizado. É um grande exportador em permanente busca de novos mercados, característica que o coloca como beneficiário dessa conjuntura segundo uma ótica mercantil estrita. Aqui se expandiu o padrão da grande produção mecanizada e intensiva em químicos e a grande agroindústria, com o modelo de consumo correspondente. Daí as propostas de enfrentar a presente conjuntura com "mais do mesmo", isto é, mais produção em grande escala, tecnologia e comércio internacional. É uma resposta possível que beneficia alguns, porém, que não enfrenta a alta dos preços e, muito menos, a crise de modelo subjacente. Estão em questão tanto o aprofundamento do atual padrão de produção por seus impactos sócio-ambientais, quanto uma segurança alimentar global assentada na premissa falsa do livre-comércio.

Aposta brasileira no comércio internacional se revelou nada livre e pouco confiável para segurança alimentar

Sucessivos governos brasileiros têm reafirmado, desde final dos anos 1980, a opção por liberalizar o comércio e desregular mercados. Reduziram-se tarifas de importação, foi quase eliminado o crédito agrícola subsidiado e, principalmente, desmontou-se a maioria dos instrumentos de uma política de abastecimento (preços, estoques e equipamentos públicos no atacado e varejo). No entanto, a aposta no comércio internacional se mostrou, reiteradas vezes como agora, nada livre e pouco confiável como fonte de segurança alimentar. Predominam, na produção e comércio mundiais e nos acordos internacionais, as políticas adotadas pela União Européia e Estados Unidos, bem como o enorme poder de cinco ou seis grandes corporações multinacionais e, no nosso caso, os interesses de um número reduzido de exportadores. O cerceamento ao uso de instrumentos de políticas domésticas é aceito em troca da promessa de avançar na liberação do comércio internacional que não é apenas improvável, como ilusória.

O enfrentamento da atual conjuntura exige instrumentos de efeito imediato em conjunto com a revisão de estratégias de médio e longo prazo. Em termos imediatos, destacaria o monitoramento dos fluxos comerciais e a recomposição gradativa de estoques de garantia, acompanhadas do apoio às ações de abastecimento nas esferas estadual e municipal. Pelo lado da oferta, trata-se de fortalecer o apoio à agricultura familiar cuja expansão recente contribuiu para amenizar os efeitos da crise, como ficou evidente no leite e derivados. Parte da elevação dos preços dos alimentos é uma recuperação dos preços agrícolas após longo período de queda, mas nada assegura que ela beneficiará os milhões de agricultores familiares entre os quais se registram os mais elevados índices de pobreza no Brasil.

Um dado grave e pouco destacado é o despreparo político-institucional da grande maioria dos países para enfrentar a presente crise. Devemos assistir à reconstrução de um padrão de regulação nacional no campo alimentar entre os países com capacidade para tanto. Embora pouco provável, seria importante se essa conjuntura estimulasse a revisão do tipo de multilateralismo e de regulação comercial patrocinados pela OMC. Requerem-se formas de cooperação e apoio técnico aos países mais fragilizados para além da doação de víveres.

Deduz-se do anterior ser inevitável implementar políticas nacionais de abastecimento. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional propôs ao governo federal em 2005, uma política de abastecimento orientada pelos enfoques da soberania e da segurança alimentar e nutricional, e da promoção do direito humano à

alimentação. Seu objetivo seria ampliar o acesso a alimentos de qualidade, promover uma alimentação adequada e saudável e a diversidade de hábitos alimentares, ao mesmo tempo em que valorizaria a agricultura familiar de base agroecológica e os pequenos empreendimentos urbanos.

Como dito acima, várias respostas são possíveis a atual crise, menos a de ignorar sua gravidade e profundidade. As responsabilidades internas e internacionais do Brasil, com a notoriedade adquirida nesse campo, requerem mais do que um comportamento de mercador interessado nos ganhos comerciais oferecidos pela conjuntura econômica.

Renato S. Maluf é professor do CPDA/UFRRJ e presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O futuro chegou: crise alimentar e energética – **Paul Singer** – **Folha de São Paulo** – **Opinião** – 30/05/2008

Nunca em tempos de paz houve pressões inflacionárias tão violentas a partir do encarecimento de bens essenciais

O PREÇO do petróleo está batendo recordes quase diariamente. No momento, ele gira ao redor de 130 dólares o barril. O índice dos preços de alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) foi, em média, 127 em 2006 e 157 em 2007, subindo para 220 em março de 2008 (1998-2000 = 100). Nunca em tempos de paz houve pressões inflacionárias tão violentas a partir do encarecimento de bens essenciais.

Eis a grande novidade dessa dupla crise que se deve às mesmas causas: a redução da pobreza em grandes países periféricos, como a China, a Índia e o Brasil (além de outros), que expandiu fortemente a demanda por derivados de petróleo e por alimentos "nobres" - carne e laticínios, cuja produção exige muito mais trabalho humano, energia e recursos naturais não renováveis, como terra e água.

A elevação dos preços do petróleo e da comida deveria provocar um aumento de sua produção, pois seu encarecimento a torna mais lucrativa. Mas a elevação da produção alimentar esbarra na disponibilidade de terra e água, limitada pela sua poluição pelos elementos químicos utilizados pelos agricultores. O mesmo vale para o aumento da produção de petróleo, limitado pelas reservas exploráveis.

Estamos nos defrontando com um cenário que Celso Furtado previu em 1974, quando escreveu "O Mito do Desenvolvimento Econômico". Ele sustentava que era um mito esperar que o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo lhes permitiria alcançar o nível de vida usufruído apenas pelos povos do Primeiro Mundo, porque não haveria recursos naturais suficientes para que isso pudesse acontecer.

Quase um terço de século decorreu desde então, e o que parecia na época um exagerado temor malthusiano tornou-se consensual, sobretudo desde que se comprovou que

o clima da Terra está aquecendo, com conseqüências danosas para os recursos naturais do planeta.

A nova classe média nos países chamados de emergentes passou a ter dinheiro para alcançar o padrão de vida de sua congênere do Primeiro Mundo. Essa mudança seria desejável se ela não impactasse desfavoravelmente sobre a grande massa que continua pobre.

A carestia da comida, causada pelo aumento da demanda dos ex-pobres, empobrece ainda mais os que já gastam a maior parte do que ganham para alimentar a família. Os cereais que lhes mataria a fome tendem agora a ser dados aos animais cujos derivados alcançam preços cada vez mais atraentes.

O funcionamento do mercado mundial de alimentos produz "naturalmente" esses efeitos perversos. Motins da fome estouram em cada vez mais países e, de acordo com a FAO, em 37, dos quais 21 africanos, há crise alimentar.

Premidos pelo desespero dos famintos, cada vez mais governos (inclusive o brasileiro) tratam de restringir a exportação de alimentos básicos para garantir o abastecimento do mercado interno. O que naturalmente agrava a situação dos pobres nos países que dependem de alimentos importados.

A ONU, alarmada com a gravidade da situação, está solicitando das nações mais ricas recursos para impedir que a fome se alastre pelo mundo, pondo em risco não só o combate à pobreza mas também a paz mundial.

Governos terão de adotar medidas de emergência para garantir um abastecimento alimentar mínimo a todos: estatizar os estoques de alimentos para evitar que sejam açambarcados pelos que têm dinheiro para formar estoques privados. E racionar a sua venda, por preços que os mais pobres possam pagar; eventualmente, taxar mais os alimentos derivados de animais para possibilitar o aumento da produção dos alimentos vegetais, indispensáveis à nutrição do conjunto da população; taxar também os derivados de petróleo, para reduzir a utilização do transporte individual e aumentar a do transporte coletivo.

A crise alimentar e energética poderá talvez ser contida por medidas como essas, mas sua resolução exigirá mudanças mais profundas.

Os padrões de consumo terão de ser acomodados à real disponibilidade de recursos naturais, e esta deverá ser alargada por mais investimentos no aumento da produção agrícola sustentável do ponto de vista social e ambiental.

As crises energética e da mudança climática terão de ser resolvidas pelo desenvolvimento de fontes renováveis de energia limpa, única maneira de acabar com as emissões de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis.

A crise alimentar não pode deixar de limitar, em alguma medida, a produção de agrocombustíveis, de modo que o desenvolvimento de outras fontes de energia -solar, eólica, hidráulica- terá de receber prioridade.

***PAUL SINGER**, 76, economista, professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP, é secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Foi secretário municipal do Planejamento de São Paulo (gestão Luiza Erundina).

Alimentos seguirão caros por ao menos 10 anos, alerta ONU – **Ana Carolina Dani - Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008**

Estudo da FAO, órgão das Nações Unidas, e da OCDE projeta aumentos de até 80% - Secretário-geral da OCDE criticou políticas agrícolas protecionistas, adotadas principalmente pelos países mais desenvolvidos

Manifestação na Indonésia contra recentes aumentos nos preços de alimentos e combustíveis

A FAO (Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) publicaram ontem, em Paris, um relatório conjunto sobre as Perspectivas Agrícolas Mundiais para os próximos dez anos. Segundo o documento, os preços dos alimentos vão cair em relação aos níveis recordes atuais, mas, apesar disso, continuarão mais altos do que os registrados na última década.

Em relação à média observada entre 1998 e 2007, as projeções agrícolas da OCDE e da FAO indicam aumentos que variam de 20%, para a carne bovina e suína, de 40% a 60%, para cereais como milho e trigo, a mais de 80%, para os óleos vegetais. "Apesar de prevermos uma queda nos preços, eles vão continuar claramente superiores aos dos últimos dez anos. E há o risco de que a inflação de alimentos, que hoje é bastante elevada, possa aumentar ainda mais a curto prazo. Segundo nossas estimativas, os estoques mundiais devem continuar baixos, o que quer dizer que, no futuro, qualquer choque na oferta vai gerar o risco de fortes e novas altas de preços", disse o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, ao apresentar o estudo.

Apesar da pressão nos preços dos alimentos, o relatório trabalha com um cenário otimista para a inflação dos países da OCDE nos próximos dez anos. Segundo o texto, a inflação deve ficar pouco acima dos 2% ao ano. O aumento dos preços será, entretanto, maior nos países emergentes, onde a inflação global é mais sensível à alta dos preços dos alimentos. O relatório cita a Rússia e a China, que devem registrar índices médios anuais superiores a 5%.

Críticas - Durante a entrevista coletiva em Paris, o secretário-geral da OCDE, José Angel Gurría, defendeu reformas nas políticas agrícolas de países protecionistas, especialmente os mais ricos. "Os subsídios às exportações agrícolas têm contribuído para danificar a capacidade agrícola e a estabilidade social em zonas rurais de muitos países em desenvolvimento."

O relatório também indica que os emergentes vão, progressivamente, tomar o lugar dos países da OCDE na produção mundial dos produtos agrícolas. Em 2017, os emergentes devem liderar a produção e o consumo da maior parte dos produtos agrícolas básicos -com exceção de alguns cereais, como o trigo-, do queijo e de derivados do leite. No caso do Brasil, as exportações de grãos de oleaginosas devem passar de 30% em 2008 para cerca de 40% em 2017, colocando o país na liderança do ranking mundial, na frente dos Estados Unidos. As exportações de carne brasileira devem representar, em 2017, 30% das vendas mundiais.

BANCO MUNDIAL LANÇA FUNDO DE AJUDA DE US\$ 1,2 BI - Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008

O presidente do Bird (Banco Mundial), o norte-americano Robert Zoellick, anunciou que disponibilizará US\$ 1,2 bilhão em novos empréstimos e financiamentos para países pobres que lutam contra a alta dos preços de alimentos e dos combustíveis e pediu por um plano de ajuda global. O dirigente afirmou que Haiti, Djibuti e Libéria serão os primeiros países a serem beneficiados com o auxílio do Bird. Segundo Zoellick, o Banco Mundial também está criando um fundo de diversos contribuintes para ajudar a fornecer sementes e fertilizantes para pequenos produtores antes da próxima temporada de plantio.

Relatório ataca biocombustível de EUA e Europa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008

Pela primeira vez, o relatório da FAO e da OCDE incluiu análises específicas sobre o mercado de biocombustíveis. De acordo com o texto, três fatores principais vão pressionar o preço dos alimentos: o crescimento da demanda nos países emergentes, a alta do preço do petróleo e os biocombustíveis.

"O crescimento da demanda mundial por biocombustíveis será responsável por um terço do aumento dos preços dos alimentos previsto para os próximos dez anos", afirmou, em Paris, Loek Boonekamp, coordenador do estudo para a OCDE.

O relatório também indica que a produção mundial de biocombustíveis vai dobrar nos próximos dez anos. Mas essas previsões, que poderiam ser consideradas otimistas, não

levam em conta possíveis mudanças que seriam acarretadas por novas políticas de energia nos EUA e na Europa.

Nos últimos meses, governos europeus têm demonstrado uma mudança de humor com relação aos biocombustíveis. As críticas, antes restritas a ambientalistas, têm ganhado cada vez mais espaço entre governos e organizações internacionais, reticentes com relação aos custos ambientais, sociais e econômicos da produção.

Tanto a FAO como a OCDE criticaram as subvenções concedidas ao setor dos biocombustíveis, principalmente na Europa e nos EUA. O álcool brasileiro é apontado como um exemplo à parte, mais rentável e viável economicamente. "No Brasil, a queda dos preços do açúcar no mercado internacional, aliada a um forte excedente mundial, aumentou a viabilidade e a rentabilidade da produção do álcool", afirma o estudo.

As dúvidas, porém, persistem. Questionado sobre o álcool brasileiro, o coordenador do relatório para a OCDE explicou que a entidade pública, no final de junho, estudo sobre o impacto das políticas de apoio a biocombustíveis. "O que posso adiantar é que, em todos os pontos analisados, os benefícios que pensávamos tirar dos biocombustíveis são menores do que imaginávamos."

O relatório diz, ainda, que o Brasil vai continuar sendo o principal produtor e exportador de açúcar e álcool. As projeções indicam que a parte das lavouras de cana-de-açúcar destinada à produção do álcool brasileiro vai passar de 51% médios registrados no período de 2005-07 para 66% em 2017.

O texto indica, ainda, que os estoques mundiais de alimentos não vão aumentar nos próximos dez anos. As pressões mais fortes devem ocorrer no mercado de cereais e oleaginosas. As duas entidades afirmam que a utilização de cereais para a produção de biocombustíveis, principalmente nos Estados Unidos e Europa, vão pressionar os estoques mundiais, "que já registram níveis críticos". Segundo o estudo, a forte demanda por milho para uso como combustível nos EUA modificou, profundamente, o mercado mundial de cereais. (ACD)

Segurança alimentar é tema de conferência mundial da FAO – **Sítio Eletrônico do MAPA**
– 30/05/2008

Brasília (30.5.2008) – A busca de soluções sustentáveis na produção de alimentos e biocombustíveis será discutida na Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial e os Desafios da Mudança Climática e a Bioenergia, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O encontro, que será realizado de terça (3) a quinta-feira (5), em Roma (Itália), terá a participação de chefes de estado, governo e ministros da Agricultura.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva falará na abertura sobre as metas de produção de alimentos que o governo estabelecerá para enfrentar a crise do desabastecimento mundial. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold

Stephanes, será representado pelo secretário de Relações Internacionais do ministério, Célio Porto. A delegação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), conta, ainda, com o secretário de Produção e Agroenergia, Manoel Bertone, e o diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Silvio Porto.

Os participantes vão discutir e propor políticas e estratégias para garantir a segurança alimentar, em particular as medidas para enfrentar o aumento dos preços dos alimentos. Estão previstos debates sobre os novos objetivos para a segurança alimentar mundial, a oferta e a demanda, as políticas e a estrutura do mercado.

A mudança climática e a bioenergia farão parte da ação institucional para inserir a defesa da segurança alimentar em acordos internacionais. Além disso, pretende-se elaborar uma declaração sobre “Iniciativas necessárias para a segurança alimentar”.

Preparação – As [reuniões preparatórias](#) para a conferência mundial foram realizadas entre janeiro e abril de 2008. Na América Latina, as diretrizes para o evento da próxima semana foram definidas durante a 30ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe, realizada em Brasília, de 14 a 18 de abril. Na ocasião, 21 delegações discutiram a alta demanda por alimentos no mundo, a produção de biocombustíveis e a cooperação dos países do Sul para a resolução de problemas ambientais.

O Brasil na crise mundial - Dados da FAO divulgados na última semana apontam que serão gastos com alimentos US\$ 215 bilhões a mais do que em 2007. O Brasil está sob um ponto de vista favorável, de acordo com a organização, pois tem grandes chances de ampliar e consolidar mercados. Entre os produtos que o País poderá oferecer interna e externamente estão os cereais, a carne e os pescados. *(Da Redação)*

Cúpula da FAO discute produção de alimentos – **Sítio eletrônico do MDA – 30/05/2008**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participa da comitiva presidencial que acompanhará o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial: Desafios das Mudanças Climáticas e Bioenergia, promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O encontro reunirá chefes de Estado em Roma, Itália, entre os dias 3 e 5 de junho.

A Cúpula foi convocada para analisar a crise provocada em várias partes do mundo pela alta dos preços dos alimentos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva informará, na sede da FAO, que o governo brasileiro estabelecerá metas de produção de alimentos para enfrentar a crise do desabastecimento. “Vamos ressaltar que o Brasil está conseguindo enfrentar esse problema por conta da presença de um vigoroso setor de agricultura familiar”, ressalta o ministro Cassel.

Outros assuntos que serão destacados pelo presidente em Roma serão os biocombustíveis, inclusive o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), e a revisão dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos e da Europa.

Ajuda ao Haiti - Na segunda-feira (2), dia anterior à Cúpula da FAO, a pedido do presidente Lula será realizada uma reunião com líderes estrangeiros para discutir a ajuda alimentar ao Haiti. Participarão do encontro os países que fazem parte do Grupo de Amigos do Haiti, criado para arrecadar recursos para o país caribenho: além do Brasil, Espanha, França, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Japão e União Européia.

Lula anuncia incentivo à agricultura familiar – **Sítio Eletrônico do MDA – 30/05/2008**

“Nós vamos incentivar a agricultura familiar, vamos financiá-la, vamos levar assistência técnica, pois, se depender deste país, ninguém vai passar fome no mundo”. O anúncio foi feito nesta sexta-feira (30) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita a Belém (PA). Em seu pronunciamento, o presidente fez referência à proposta de medidas para incentivar o aumento da produção de alimentos pela agricultura familiar que está sendo elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

“Nós já temos uma agricultura empresarial que não perde para nenhuma outra do mundo. Precisamos agora fazer a nossa agricultura familiar disputar com qualquer país, pois nós temos o que eles não têm e temos hoje a disposição política de fazer”, afirmou o presidente.

O presidente enfatizou que a alta dos preços dos alimentos é uma oportunidade de o Brasil dar um salto de qualidade. “Se tem mais chinês comendo, se tem mais indiano comendo, se tem mais africano comendo, se tem mais nordestino comendo ou se tem mais paraense comendo, não vamos reclamar, vamos plantar, produzir, para que a gente possa levar comida para quem quiser comer”, conclamou Lula.

Territórios da Cidadania - Em Belém, o presidente participou da solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Federativa do Territórios da Cidadania, programa do Governo Federal lançado em fevereiro que tem como uma de suas principais linhas de ação o reforço da agricultura familiar.

O Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, pela governadora Ana Júlia Carepa e prefeitos dos cinco territórios paraenses beneficiados no Pará nesta etapa do Territórios da Cidadania formaliza a participação dos governos Federal, Estadual e municipais na execução do Territórios da Cidadania.

Guilherme Cassel destacou o caráter inovador do Territórios da Cidadania e lembrou que os 13 territórios da região Norte receberão recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões em 2008. O ministro salientou que o programa tem como principal objetivo fazer com que os recursos do Governo Federal cheguem onde a população mais precisa. Em todo o País, os investimentos serão superiores a R\$ 11 bilhões.

Investimentos no Pará - Representando os 57 municípios paraenses que serão beneficiados, assinaram o acordo federativo os prefeitos Jaime Barbosa da Silva, de Óbidos (do Território da Cidadania do Baixo Amazonas); Consuelo da Silva Castro, de Ponta de Pedras, (Marajó); Evaldo Oliveira da Cunha, de Ipixuna do Pará (Nordeste Paraense); Darci Lermen, de Parauapebas (Sudeste Paraense), e Lenir Trevisan, de Medicilândia (Transamazônica).

Os cinco Territórios da Cidadania do Pará receberão, este ano, R\$ 1,2 bilhão para investimentos em infra-estrutura, desenvolvimento regional, saúde, educação. Ações coordenadas desenvolvidas por 19 ministérios reforçarão programas como Pronaf, Crédito Fundiário, Bolsa Família e Luz para Todos.

O Território Baixo Amazonas receberá R\$ 237,4 milhões para serem utilizados em 53 ações; o Território Marajó, R\$ 128,4 milhões para 52 ações; o Nordeste Paraense, R\$ 234,7 milhões para 50 ações; o Sudeste Paraense, R\$ 228,3 milhões para 57 ações; e Transamazônica, R\$ 397,2 milhões para 56 ações.

Reflorestamento na Amazônia - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ainda em Belém do lançamento do programa “Um Bilhão de Árvores para a Amazônia”, do Governo Pará; da solenidade de assinatura de atos relativos a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e do lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Marajó.

O MDA desenvolverá ações integradas com o Governo do Pará para a implementação do Programa “Um Bilhão de Árvores para a Amazônia”. Entre as ações previstas no plano estão o Cadastro Ambiental Rural, a regularização ambiental dos assentamentos rurais e a criação de incentivos econômicos à conservação e recuperação de serviços ambientais.

O Cadastro Ambiental Rural vai estimular a recomposição dos passivos ambientais dos imóveis rurais e promover o cadastramento georreferenciado de 250 mil imóveis rurais em três anos, a restauração florestal de 1 milhão de hectares e o registro das obrigações ambientais (reserva legal e áreas de preservação permanente). A regularização dos assentamentos rurais irá promover o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento, a partir dos planos de recuperação. Devem ser licenciados 300 assentamentos. Entre os incentivos econômicos à conservação e recuperação de serviços ambientais, o governo irá implementar programa de pagamento de serviços ambientais baseado no direcionamento de incentivos econômicos às ações de conservação e recuperação de bens e serviços ambientais. O programa está prioritariamente dirigido à agricultura familiar, comunidades tradicionais e povos indígenas. Irá atender 100 mil agricultores familiares.

Em sua visita a Belém, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também foi acompanhado pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pelo ministro Franklin Martins (Comunicação), Márcio Fortes (Cidades), Paulo Vanucchi (Direitos Humanos), Geddel Vieira (Integração Nacional) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), além de governadores da Amazônia.

MADRI, LISBOA, PARIS, BRUXELAS e NOVA YORK. Pescadores de toda a Europa ficaram parados nos portos ontem, em protestos contra a alta nos preços dos combustíveis. Para chamar a atenção da população, pescadores espanhóis distribuíram 20 toneladas de peixe em frente ao Ministério da Pesca, em Madri.

Eles argumentam que os preços do pescado não cobrem seus custos. Na Espanha e em Portugal, nenhum barco pesqueiro saiu, segundo as entidades dos trabalhadores. Na Itália, mais de 10 mil pescadores aderiram à paralisação.

— O preço do diesel triplicou em quatro anos, e o do peixe no atacado não muda há 20 anos — disse Javier Garat, secretário geral da Cepesca, a confederação do setor, ao site do “Le Monde”.

— Acredito que a frota européia ficará parada pelos próximos 15 a 20 dias.

Na França, onde os protestos começaram há duas semanas, pescadores bloquearam ontem o acesso a refinarias e depósitos de combustível na região de BouchesduRhône. Eles também têm impedido a entrada de pescado importado.

Pescadores vão controlar entrada de importados Em Portugal, um dos maiores consumidores de peixe da Europa, há 50 toneladas a menos do produto nos supermercados e restaurantes para cada dia em que os barcos não saem dos portos.

— Atingimos nosso limite, nem as empresas pesqueiras nem os pescadores têm qualquer lucro, então, se o país pensa que pode ficar sem peixe, que tente — disse Humberto Jorge, diretor da associação dos pescadores portugueses, à agência Lusa.

Mas o mercado talvez não sofra tanto: 70% do peixe consumido na União Européia (UE) vem de fora do bloco. Os mais afetados serão os pescadores independentes.

Os espanhóis ameaçam adotar a estratégia francesa de bloquear portos para impedir a entrada de importados.

— A partir de segunda-feira vamos controlar a entrada de contêineres refrigerados e de tudo dentro deles — afirmou o pescador David Lomba. — Eles não passarão.

Cotação do petróleo volta a subir: US\$ 127,35 Os pescadores escoceses não aderiram ao movimento, nem os belgas. Mas eles têm conversado com seus respectivos governos sobre a alta dos custos. Segundo Bertie Armstrong, diretor da Federação dos Pescadores Escoceses, um barco de médio porte gasta hoje, em uma viagem de dez dias, cerca de US\$ 60 mil em combustível, o dobro do que gastava há um ano.

Pelo menos a curto prazo, os preços do combustível não vão ceder. Depois de recuar 3% na quinta-feira, a cotação do petróleo voltou a subir ontem.

Em Nova York, o barril do tipo leve americano avançou ,6%, para US\$ 127,35, depois de ter atingido US\$ 128,30 durante o pregão. Já o do tipo Brent, negociado em Londres, subiu 0,7%, para US\$ 127,78, superando o leve americano. De acordo com analistas, essa alta foi resultado de um novo recuo do dólar frente às principais moedas.

Na quinta-feira, o governo dos EUA abriu uma investigação para saber se há especulação nas negociações do petróleo. A Comissão de Operações Futuras de Commodities (CFTC, na sigla em inglês) vai analisar as operações nos mercados americano e internacional, além de apurar uma possível manipulação por empresas do setor, como produtoras, transportadoras ou de estocagem.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

